

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELISEU PEREIRA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS: OBSERVANDO
O CASO DE MARINGÁ**

Maringá

2012

ELISEU PEREIRA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS: OBSERVANDO
O CASO DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Simone Pereira da Costa Dourado

Maringá

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S237p Santos, Eliseu Pereira dos
O processo de constituição de unidades prisionais : observando o caso de Maringá / Eliseu Pereira dos Santos. -- Maringá, 2012.
133 f.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado.

Coorientador: Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim.

Coorientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

1. Sistema prisional - Maringá (PR). 2. Agentes penitenciárias femininas. 3. Unidades prisionais. 4. Encarceramento. I. Dourado, Simone Pereira da Costa, orient. II. Rolim, Rivail Carvalho, coorient. III. Bodê, Pedro Rodolfo, coorient. IV. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. V. Título. III. Título.

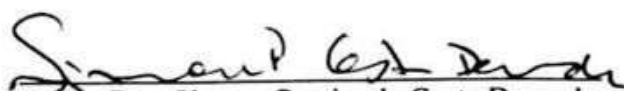
CDD 23.ed.365.34

ELISEU PEREIRA DOS SANTOS

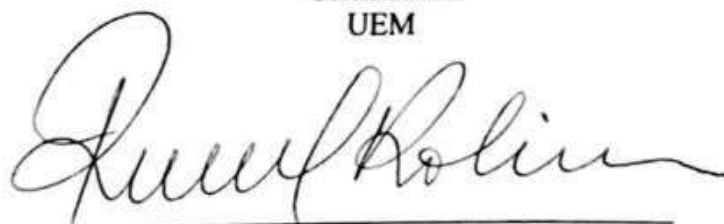
**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS:
OBSERVANDO O CASO DE MARINGÁ**

Aprovada em 21 de junho de 2012.

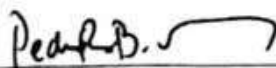
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado
Orientadora
UEM



Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Membro
UEM



Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê
Membro convidado
UFPR

Dedico este trabalho aos meus filhos, Vinícius e Victor, pelo incentivo, carinho e amor.

In memoriam à Guiomar Pereira dos Santos, mulher com quem tive o privilégio de conviver. Se há algo que me faz sofrer é sua ausência e a falta de sua palavra amiga. Se há algo que me faz forte é o orgulho de ser seu filho e saber que sempre esteve e estará ao meu lado me incentivando a vencer as batalhas da vida. A sua bênção, de seu filho, Eliseu.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para a realização deste trabalho com sugestões e críticas que, de alguma forma, serviram de inspiração para esta dissertação chegar ao fim. Correria o risco de ser injusto ao tentar nomear todos, por isso, escolhi citar nos agradecimentos apenas àqueles que tiveram uma contribuição mais direta.

Agradeço aos Professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, tornou possível a realização do presente texto.

Devo um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Dr^a Simone Pereira da Costa Dourado: agradeço ao incentivo, por ter acreditado no projeto, e, principalmente por ter acreditado na minha capacidade de realizá-lo.

Como Servidor Público do Sistema Penitenciário do Paraná, onde atuo como Agente Penitenciário agradeço ao DEPEN-PR, pela autorização da utilização das estatísticas, um especial agradecimento ao grupo de funcionário do DIPROM-CCM, Fabiano, Vitor, Kelly e Luciana que sempre incentivaram e participaram da elaboração dos dados exposto neste trabalho.

Não posso deixar de agradecer a psicóloga Aleir Tenório, amiga, que exerceu papel fundamental neste trabalho do início do projeto até o momento da conclusão final, a ela expresso minha gratidão: pelo estímulo à valorização da carreira acadêmica e as valorosas contribuições feita a este trabalho.

À Banca Examinadora de Qualificação, Professora Dr^a Ana Lúcia Rodrigues e Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim pelas pontuais sugestões que foram incorporadas neste texto final.

Ao Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bode de Moraes, e novamente ao Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim, por terem aceitado o convite para participar da Banca Examinadora.

A todos os funcionários do Departamento de Ciências Sociais da UEM, sobretudo o Junior. Entre os vários amigos, devo mencionar aqueles que tiveram presente em alguns momentos difíceis, e que seus conselhos tornaram mais amena a tarefa de escrever esta dissertação. Dentre eles, agradeço a Simone, minha orientadora, ao Silvio Bondezan este último, amigo no trabalho, no meio acadêmico e grande incentivador deste projeto.

Entre os familiares agradeço a meu pai João Clementino dos Santos, e sobretudo, aos meus amados filhos Vinícius, Victor, fonte de motivação para minhas

conquistas, e para quem espero que essa minha vitória alcançada sirva também de motivação para que eles alcancem suas próprias conquistas. Externo sinceramente que sem o apoio e o companheirismo de todos a realização deste trabalho não seria possível.

Quando fiz o projeto para construção das 11 penitenciárias imaginava que resolveríamos o problema de superlotação nos presídios paranaenses por 20 anos. Mas a cada penitenciária que inauguramos, vimos ela ser absolutamente lotada no dia seguinte

(REQUIÃO apud PRÁ, 2009, p. 101)

SANTOS, E. P. dos. *O processo de constituição de unidades prisionais: observando o caso de Maringá*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Este trabalho realiza uma descrição das unidades prisionais localizadas em Maringá. O objetivo é construir um quadro descritivo e analítico desses estabelecimentos, aspectos de seus processos de constituição e de organização. O trabalho de observação participante foi realizado junto à 9ª Subdivisão Policial, à Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) e ao Centro de Detenção Provisória de Maringá (CDPMGÁ), unidade essa que terá maior atenção por ser a mais recente. Adverte-se ao leitor que, o trabalho de observação não foi feito apenas durante o período de vigência do curso de mestrado, uma parte considerável do material etnográfico foi elaborado a partir da experiência profissional do autor, que há 16 anos é agente penitenciário no Paraná. A atuação profissional do autor e sua relação direta com o objeto de estudo, fez com que essa pesquisa buscasse tratar de mais um assunto relacionado à dinâmica de constituição e organização dessas unidades prisionais: como as agentes penitenciárias desempenham suas tarefas laboriosas dentro dessas unidades? No percurso desta pesquisa, buscou-se responder a seguinte questão: o que avançou e o que retrocedeu a partir da inauguração de unidades prisionais consideradas extremamente modernas, como a Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória de Maringá?

Palavras-chave: Unidades Prisionais. Violência. Encarceramento. Agente Penitenciária.

SANTOS, E. P. dos. *The process of establishing prison units: observing the case of Maringá*. Dissertation (Master's Degree), Graduate Program in Social Sciences, Universidade Estadual de Maringá.

ABSTRACT

This work conducts one description of prisons located in Maringá. Its goal is to develop a descriptive and analytical table, aspects of their formation and organization process. The observation work was conducted at the *9ª Subdivisão Policial de Maringá*, the *Penitenciária Estadual de Maringá* (PEM) and the *Centro de Detenção Provisória de Maringá* (CDPMGÁ), being this one more analyzed because of its most recent inauguration. The reader must be warned that the observation work was not made only during the Masters course; a considerable part of the ethnographic material was drawn from the author's experience, who has been acting as prison guard for sixteen years in Paraná. The author's professional experience and his direct relationship with the object of study contributes for a rescue of one more deal involving the dynamic of formation and organization of these prisons: How do the female prison guards perform their laborious tasks into these units? In the course of this research it was sought to answer the following question: what did it advance and regress from the opening of prison units considered extremely modern as the *Penitenciária Estadual de Maringá* and the *Centro de Detenção Provisória de Maringá*?

Keywords: Prison Units. Violence. Incarceration. Prison Guard.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARANÁ.....	21
2 9ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ	29
3 PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ	39
4 CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MARINGÁ.....	70
5 RELAÇÕES ENTRE AS UNIDADES PRISIONAIS DE MARINGÁ E AS ETNOGRAFIAS DE GOFFMAN	88
5.1 A relação entre as unidades prisionais de Maringá	88
5.2 Relações das unidades prisionais e o trabalho de Goffman.....	91
6 AGENTES PENITENCIÁRIAS FEMININAS DO PARANÁ.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza uma descrição das unidades prisionais localizadas em Maringá. O objetivo é construir um quadro descritivo e analítico desses estabelecimentos apresentando aspectos de seus processos de constituição e de organização. O trabalho de observação participante foi realizado junto à 9ª Subdivisão Policial, à Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) e ao Centro de Detenção Provisória de Maringá (CDPMGÁ), unidade que terá atenção especial em razão de ser a mais recente.

Esta proposta de trabalho parte da seguinte inquietação: de que forma uma cidade como Maringá pode ser considerada um dos municípios menos violentos do Brasil, o pólo de uma região de economia pujante e ser também uma das cidades que mais ampliou vagas no sistema prisional em razão da instalação de duas novas unidades prisionais?

Apresentando sucintamente Maringá, trata-se de uma cidade construída de forma planejada e arborizada, com árvores de diversas espécies ao longo das suas ruas e avenidas, totalizando cerca de 6.826.823 m² de área verde. Fundada em 10 de maio de 1947, se consolidou como um importante pólo regional, situada no Noroeste do Estado do Paraná. Possui um território de 6.565.174 km². Sua população atual é de 349.860 habitantes segundo (IBGE, 2010), sendo o total de sua população da região metropolitana superior a 576.500 habitantes. Ainda de acordo com o Censo de 2010, sua população é composta por: branca – 70,84%, parda – 22,00%, Amarela – 3,66%, Preta 3,40% e Indígena 0,11%.

Possui mais de 230.000 eleitores, com taxa de urbanização de 98,4% e de alfabetização de 95,1%. Quanto à violência e criminalidade, Maringá foi considerada a cidade mais segura do Brasil, segundo dados do IPEA de 2005, com índice de homicídio de 7,94 para cada 100 mil/h. Os índices de criminalidade dessa cidade são comparáveis aos de Amsterdã, capital da Holanda. As instituições de segurança instaladas na cidade são: Exército Brasileiro (Tiro de Guerra – 05-009), Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Agrupamento de Bombeiro, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Guarda Municipal.

O livro como *Como Andam Curitiba e Maringá* (2009) apresenta dados demonstrativos de baixo índice de criminalidade em Maringá e região, em que, na época da pesquisa, sua região metropolitana era composta pelos seguintes

municípios: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu e Ângulo. Segundo o Ministério da Saúde – MS, trabalhando com as regiões metropolitanas brasileiras da maneira como foram definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma taxa de homicídio de 10,3, tendo ocorrido 51 casos. Consideradas as informações naquele período de 1998 a 2002, ocorreram 225 casos de homicídios – número muito menor do que os 3.703 da região metropolitana de Curitiba e os 672 casos da região metropolitana de Londrina. Segundo Rosa Moura e Ana Lúcia Rodrigues(2009, p. 327):

Assim, Maringá, talvez, tenha recebido o título de cidade menos violenta do Brasil Por ser a cidade pólo de uma região metropolitana que, em 2003, contabilizou apenas dez mortes violentas de jovens. Enquanto as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, nesse mesmo período, tiveram, respectivamente, 148 e 195 jovens mortos (por 100 mil habitantes).

Sendo assim, para a realização deste trabalho de análise dos índices de violência da cidade de Maringá faz-se importante discutir a política de segurança pública para a região. Isso significa analisar a política de encarceramento voltada para um universo de mais de dois mil detentos espalhados em mais de 137 cidades e 38 comarcas, as quais possuem cadeias públicas, de responsabilidade da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Maringá. Cabe ressaltar que só na cidade polo existem três unidades de aprisionamento: 9ª Subdivisão Policial, Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória de Maringá, somando um total de 1392 presidiários atualmente.

Também é imprescindível fazer referência à futura unidade preste a ser inaugurada em Maringá, a saber: a unidade de regime semi-aberto (Colônia Penal), que teve sua construção predial iniciada no segundo governo de Jaime Lerne (PFL, de 1995 a 2002) e que, segundo anúncio do Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN), inicia seus trabalhos nos próximos meses de 2012, somando-se às demais unidades prisionais já em funcionamento na cidade – todas construídas para atender presos de Maringá e da região metropolitana.

Neste estudo, apresentamos um relato descritível das características de cada uma das unidades prisionais da cidade, iniciando com a exposição do histórico da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, por ter sido o primeiro estabelecimento prisional da cidade e ainda hoje servir como cadeia pública, apesar de sua interdição anunciada

pelos órgãos competentes. A exposição da Penitenciária Estadual de Maringá vem em seguida, com a apresentação da sua rotina nos anos seguintes em que ela foi inaugurada. Também mencionamos o trabalho de observação no Centro de Detenção Provisória de Maringá, nosso maior foco de atenção por ter sido inaugurado há pouco mais de três anos (em 9 de junho de 2008), portanto, 18 anos após a 9ª SDP e 13 anos após a inauguração da PEM.

O CDPMGÁ é uma unidade construída com o propósito de solucionar os problemas de superlotação das cadeias públicas dessa região metropolitana, principalmente da Subdivisão Policial de Maringá, no entanto, parece não ter alcançado tal objetivo. Se o Centro de Detenção desafogou uma parcela da população encarcerada do mini-presídio da cidade, não fez o mesmo com as cadeias públicas da região, que continuam superlotadas. Quais obstáculos políticos, jurídicos, geográficos e burocráticos que surgiram ou passaram a impedir as remoções para essa unidade? Cabe-nos verificar como essa nova unidade vem contribuindo para humanizar o cumprimento da pena imposta aos presos e quais os entraves que tem encontrado para executar sua proposta, uma vez que, com 10 meses de funcionamento, enfrentou uma rebelião de grandes proporções, danificando várias celas e ocasionando vários ferimentos em presos ali recolhidos.

A estrutura física do CDPMGÁ é incompatível para o tratamento penal proposto, já que a unidade é projetada para o regime provisório, mas possui cerca de 60% dos presos ali alojados condenados ao regime fechado, ou seja, são pessoas que não deveriam estar ali. Como a unidade foi pensada para internos que ficariam temporariamente presos, não conta com espaço físico de trabalho, tampouco de escolas. Além disso, uma possível falha na estrutura física ou negligência do grupo de segurança quase possibilitou uma fuga em massa. Como boa parte das unidades prisionais construídas no Brasil, o CDPMGÁ encontra-se hoje com sua capacidade de lotação máxima, a saber: 912 presos.

Uma das questões que pretendemos responder na pesquisa é: o que avançou e o que retrocedeu a partir da inauguração dessas unidades prisionais na região? O trabalho de descrição e análise do processo de implantação de unidades penais como o CDPMGÁ, nos levou a discutir a relevância do CDP: jurídica, política, econômica e social para a Região Metropolitana de Maringá. Daí, investigamos sua importância na execução da pena e na reintegração do apenado na sociedade maringaense.

O Centro de Detenção de Maringá é uma unidade prisional de regime provisório destinada à custódia de pessoas do sexo masculino. A permanência dessas pessoas nesse estabelecimento prisional deveria ser, teoricamente, somente por tempo necessário para as decisões das sentenças. Após isso, se condenado, seria o preso removido para uma unidade prisional de regime fechado, e se absolvido, seria posto em liberdade; fato que não ocorre efetivamente quando da condenação, pois o preso permanece ainda um bom tempo recolhido no CDP aguardando a disponibilização de vaga em unidades de regime fechado.

Esta particularidade encontrada no CDP se dá pelo fato do presídio destinado a presos condenados da região estar com sua capacidade no limite máximo. A Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), inaugurada em abril de 1996, atualmente encontra-se com 360 detentos, o que a impede de disponibilizar mais vagas. Não podemos esquecer de contabilizar os presos que estão com seus processos já transitados em julgado e se encontram recolhidos na 9ª SDP e nas comarcas da região, e que também deveriam obrigatoriamente estar em prisões de regime fechado.

Somam-se a esse problema os casos de detentos nas três unidades prisionais da cidade [e demais cadeias públicas da região metropolitana] terem os benefícios de progressão de regime adquiridos por lei para a remoção ao semiaberto, porém, não são relocados para unidades específicas que possam acomodar esse regime, como determina a Lei de Execuções Penais em seu art. 5, XLVIII, CRFB/1988, art. 91, LEP, e art.33 (que o cumprimento da pena de regime semiaberto deve ocorrer em colônias agrícolas, industrial ou estabelecimento similar). O que significa dizer que a remoção de um regime mais restritivo e rigoroso (fechado) para um mais brando (semiaberto), no qual o detento pode trabalhar fora da unidade durante o dia e voltar para dormir a noite – além do direito de, periodicamente, quatro vezes no ano (de três em três meses), sair para visitar seus familiares e passar com eles de 4 a 7 dias, dependendo da distância de seus domicílios e respeitando um prazo mínimo de quarenta e cinco (45) dias entre uma saída e outra.

Essa situação preocupava as autoridades responsáveis, tanto os diretores das unidades prisionais como os policiais responsáveis pelas delegacias, pela tensão que o não cumprimento desta lei ocasiona dentro da 9ª SDP, da PEM, do CDP e das demais cadeias públicas da região, pois além das administrações dos

estabelecimentos não poderem separá-los em alas diferentes como obriga a lei, os mesmos não usufruem desses direitos.

Os advogados dos presos pleiteiam para seus clientes o efetivo cumprimento da lei de Execução Penal vigente, ou então que o judiciário os deixe em liberdade domiciliar. Como solução para esse impasse jurídico e de disponibilidade de vaga no sistema prisional, o Juiz da Vara de Execuções Penais e Corregedor dos Presídios de Maringá, Dr. Alexandre Kozechen, expediu em 27/01/2010 a “Portaria nº 001/2010”, que obriga as Direções da PEM e do CDP a adequarem imediatamente medidas e espaços que supram temporariamente em seus estabelecimentos o cumprimento do regime semiaberto até que se consiga remoção para as unidades apropriadas (celas, pátio de sol e visitas separadas dos presos condenados e provisórios, disponibilização de saída para trabalho com retorno posterior para dormirem nas unidades e adequação das saídas temporárias).

Isso, na prática, obrigou as direções dos presídios a manterem dentro de uma mesma unidade de regime fechado (caso da PEM) e do regime Provisório (caso do CDP), os presos em diferentes situações de condenação: provisórios, condenados, primários, reincidentes e semiaberto, todos dividindo o mesmo espaço, o que contraria o Art. 82 da Lei de Execução Penal (o mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimento de destinação diversa desde que devidamente isolado), agravando ainda mais a situação, o que deixa as prisões da região ainda mais superlotadas, inseguras e tensas.

A situação acima descrita é impedimento também para o processo de *reinserção* pretendido pelo poder público. O fato de Maringá – ou as cidades mais próximas da Região Metropolitana – não ter unidades prisionais que abriguem não só presos e presas do regime semiaberto, mas também um hospital médico penal para os casos mais complexos de doença, obriga os presos a aguardarem disponibilidade de vagas nas unidades da capital do Estado. Assim como a carência de uma prisão feminina obriga presas a ocuparem alas próximas dos presos masculinos na 9ª SDP (inclusive duas mulheres com bebês recém-nascidos), o que agrava ainda mais as condições de higiene e salubridade do mini-presídio que, aliás, tem sua interdição já impetrada pelo poder judiciário e demais órgãos competentes desde 26 de março de 2008. Nos casos em que a remoção para unidades da capital do Estado ocorre, o contato dos familiares com os presos é prejudicado, pois a grande maioria das famílias é de baixa renda, tendo muita dificuldade financeira para

se deslocar do interior até Curitiba. Tal situação contraria a Lei de Execução Penal em seu artigo 41, inciso X, que determina a proximidade do apenado junto a seus familiares no cumprimento da pena.

Quanto ao local apropriado para menores infratores, ressaltamos a construção e inauguração recente do Centro de Socioeducação de Maringá (CENSE), em 6 de maio de 2010, estabelecimento com 20 mil metros quadrados [capacidade para abrigar 70 menores infratores], destinado a cumprir medidas sócio-educativas e psicopedagógicas, composto de espaço para escolarização formal, cursos profissionalizantes, teatro de arena, quadra poliesportiva coberta, horta, além dos espaços que abrigam os serviços de saúde e administração.

Os estudos de Foucault (1987) já explicavam que na sociedade capitalista a prisão evolui de um aparelho marginal do sistema punitivo a uma posição de centralidade como aparelho de controle. Sendo assim, o que se procura com a abertura de vagas em presídios é tão somente excluir a pessoa do convívio social ou uma real preocupação em reintegrá-la à sociedade? A crítica do mesmo autor fomenta nossa curiosidade sociológica em saber o porquê do “sucesso” de um fracasso de mais de dois séculos.

Michel Foucault (1987) respondeu a essa pergunta mostrando que a cadeia é uma unidade de socialização no mundo do crime e não um espaço de recuperação dos criminosos, um local para que eles possam ser reintegrados à sociedade, por exemplo. Nesse sentido, por que continuar investindo montantes cada vez maiores na construção de unidades prisionais que não conseguem efetivar a ressocialização? Não preparam o condenado para um retorno ao mundo do trabalho, não promovem o controle técnico de correção e não garantem sequer o cumprimento adequado das diversas modulações de pena. Hoje, não temos mais essa percepção sobre as prisões, pesquisas atuais já apontam que a instituição não tem mais o papel da disciplina da qual falava Foucault, esses estudos agora apontam que as prisões servem para controlar determinado segmento social (WACQUANT, 2001; 2003).

Com esta pesquisa também buscamos contribuir no sentido de criar um espaço para a discussão de pesquisa acadêmicas referentes ao trabalho desempenhado pelas Agentes Penitenciárias Femininas, as quais atuam dentro das unidades prisionais de Maringá, em especial no interior da PEM e do CDPMGÁ, já que na 9ª Subdivisão Policial essa função de agente penitenciário não existe sendo

cumprida pelas policiais civis [somente nos dias em que ocorrem as visitas familiares naquela unidade prisional].

Entendemos que tal estudo pode contribuir para discussão do papel desempenhado por um grupo profissional importantíssimo dentro do Departamento Penitenciário do Paraná, trabalhadoras invisíveis aos olhos de muitos. São poucos os estudos que têm os agentes penitenciários como foco central, os trabalhos que discutem e analisam suas ações estão focados na categoria profissional de uma forma geral, não revelando a dimensão das diferenças de gênero entre esse grupo profissional. Assim, procuramos analisar, por meio de coleta de depoimentos orais entre as agentes, a visão que as trabalhadoras têm do papel que desempenham no contexto prisional e no tratamento penal efetivado nas unidades, além de suas observações acerca de sua vida profissional, familiar e pessoal.

Relevante para a discussão sobre essa categoria profissional do Paraná é o trabalho de Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (2005). Em sua obra *Punição, encarceramento e contribuição de identidade profissional entre agentes penitenciários*, o pesquisador descreve o cotidiano dos agentes penitenciários nas unidades prisionais do Estado, em particular nas unidades da capital. O capítulo desta dissertação que vai tratar da atuação das agentes busca um diálogo com essa obra.

O ambiente interno de estabelecimentos como hospitais psiquiátricos, prisões e conventos esconde uma realidade desconhecida para a grande maioria das pessoas, em especial sobre o que ocorre no interior desses locais. Portanto, é natural certa curiosidade em conhecer os mistérios e segredos desse mundo escondido por altas muralhas, arames farpados, grades e cadeados, quando não cachorros ferozes e vigilância dia e noite. No entanto, a dificuldade é que as pessoas que no mesmo instante em que pretendem desvendar esses mundos, não querem ou não podem conviver, nem mesmo adentrar nesses estabelecimentos.

Partimos de uma forma favorável à minha experiência pessoal como funcionário do sistema penitenciário do Estado do Paraná e qualificação profissional como Cientista Social para, por meio do uso da técnica de pesquisa etnográfica, apresentar informações que vêm de dentro do sistema. Nossa ideia é colocar os fatos etnográficos por nós apresentados em diálogo com os trabalhos de Erving Goffman, escritor que em sua obra *Manicômio, prisões e conventos*, dedicou-se a descrever o mundo de pacientes e de funcionários, bem como a complexidade do

cotidiano e o tratamento médico dispensado aos internados. Também analisou o resultado de ações individuais que refletem em todo o grupo e as ações tomadas em grupo que atingem diretamente o indivíduo.

A motivação pelo tema se deu basicamente por duas razões: primeiro porque as Ciências Sociais têm se preocupado com o assunto, criando espaço de discussão acadêmica em todo país; segundo, como anunciado acima, pela própria experiência de trabalho há mais de 16 anos no Sistema Penitenciário do Paraná, especificamente trabalhando como agente na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), sendo oito deles em cargo de chefia da Divisão de Disciplina e Segurança (DISED). Tive, ainda, o privilégio de trabalhar por mais de dois anos no CDPMGÁ, (2008 e 2010), no primeiro ano ocupando o cargo de chefe da Divisão de Prontuários e Movimentação (DIPROM), setor responsável por colher e armazenar todos os dados pessoais e processuais referentes aos presos ali recolhidos; o segundo ano em razão de convite feito pela coordenação do DEPEN, em que exerci o cargo de vice-diretor dessa mesma unidade prisional.

Como acadêmico de Ciências Sociais, também tive a oportunidade de, no ano de 2005, participar junto ao Observatório das Metrópoles – núcleo instalado dentro da Universidade Estadual de Maringá – de um projeto de iniciação científica denominado “Mapa da População Encarcerada de Maringá: uma Análise dos dados Existente na Penitenciária Estadual de Maringá”, no período de 2005 a 2006, no qual desenvolvi uma pesquisa etnográfica sobre a Penitenciária Estadual de Maringá desde sua inauguração. Como resultado desse trabalho, publicamos, juntamente com a professora orientadora Dr. Simone Pereira da Costa Dourado, um artigo no livro *Como Andam Curitiba e Maringá* (2009), intitulado “Alguns Aspectos da Violência na Região Metropolitana de Maringá”

O local de trabalho, o tempo de serviço e os cargos ocupados propiciaram-me certos privilégios nas observações captadas, assim como me ajudaram a colher informações preciosas sobre o tema de estudo. Observei também as consequências sofridas pelos profissionais dessa área, as curiosidades do convívio, os malefícios e os ensinamentos que o contato direto com presos às vezes ocasiona; convívio este que, por vezes, se torna extremamente estressante e desgastante, além da visão social e midiática que a carreira normalmente é apresentada.

Moraes (2005) descreve a ótica estigmatizada e preconceituosa presente quando a opinião pública e a mídia se referem aos agentes penitenciários, como se

o insucesso do tratamento penal fosse exclusivamente de responsabilidade desses trabalhadores e que em sua maioria seria formada por pessoas violentas e corruptas. Segundo o autor,

[...] a população encarcerada passa a ser percebida, entre os estudiosos críticos do sistema penitenciário, como vítima de uma estrutura social excludente e injusta, como o que, pelo volume de pesquisa feito, não há como discordar. Por mais que se critique o sistema [grifo do autor] em sua totalidade, o responsável imediato e visível pela guarda e vigilância dessa população é o carcereiro, o guarda ou agente penitenciário. [...] se os agentes penitenciários, por acaso, aparecem ou não são referidos e descritos nesses estudos, são apresentados para reforçar o caráter negativo da instituição, ou seja, com algumas exceções, quase sempre como violentos e corruptos (MORAES, 2005, p. 14).

As obras de construção de prisões estão a todo vapor no Brasil. O Paraná também segue esse aumento de vagas disponibilizadas; lembrando que, até 1996, tínhamos oito unidades prisionais, passando a ter, em 2011, vinte e duas já em funcionamento, além de outras duas em fase de construção.

Os municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá (RMM) sofrem hoje com sérios problemas resultado do acirramento do conflito social e do aumento da violência urbana, o que tem ocasionado uma enorme sensação de insegurança na população, além de uma dificuldade das autoridades em abrigar os presos da região em locais adequados, como exige a Lei de Execução Penal.

A PEM – estabelecimento prisional modelo durante muito tempo no Paraná e no país –, em sua inauguração trouxe alívio à superlotação na 9ª SDP, que de uma população de um pouco mais de 500 presos ficou com 56 presos. Porém, atualmente essa penitenciária tem passado por transformações de ordem operacional. Mudanças nos horários das escalas dos agentes, de 24 horas de trabalho por 48 horas de descanso, passou para 12 horas de trabalho para 36 horas de descanso, obrigando o servidor a ficar mais tempo dentro das cadeias, aumentando o estresse profissional e a diminuição no efetivo do quadro funcional. O conflito ocorrido em março de 2008, que culminou na fuga de 15 presos da sétima galeria; e a rebelião em abril de 2010, no setor de restauração de livros e com tomada de refém, foram situações nunca antes presenciadas naquela unidade. Há ainda a dificuldade de administrar presos de regime semiaberto junto aos presos do regime fechado e com altas condenações, pois existe uma possibilidade muito

grande de os presos saírem para trabalhar e trazerem consigo, por conta própria ou obrigados pelos demais presos, materiais como armas, drogas, serras, dentre outras coisas nocivas à segurança.

O Juiz Corregedor da Vara de Execuções, responsável pelas saídas e entradas de presos nos presídios, obriga as direções, igualmente da PEM e do CDP, a estabelecerem condições ao cumprimento de pena específico ao tratamento penal direcionado aos presos de regime semiaberto (atualmente são cerca de 172 presos nesse regime). Ou seja, em unidades prisionais projetadas para receber especificamente determinados tipos de regimes prisional, na prática, existem três tipos de regimes condenatórios em uma única cadeia: presos de regimes fechado, provisórios e semiaberto. Essa diferenciação de regime dentro das unidades também ocasiona distinções no tratamento dispensado pelos servidores a esses grupos.

A diferenciação de grupos de presos por regime de condenações dentro do CDP e da PEM é vista por nós como uma valiosa fonte de estudos sociológicos, sobretudo para obtenção de respostas às nossas perguntas e motivação para analisarmos as relações de comportamento entre eles, entre os servidores, suas dinâmicas, sociabilidade e conflitos. Observamos disso o fato de os presos estarem adentrando o sistema penal cada vez mais jovens, a ação de grupos organizados em facções criminosas dentro dos estabelecimentos prisionais também tem agravado a disciplina e a rotina das unidades, a sociabilidade vivida no cotidiano das cadeias tem se modificado. Quando chegam à prisão, encontram total desvalorização pelo tratamento dispensado a eles, tanto que com menos de 10 meses de funcionamento, no CDPMGÁ, houve uma rebelião de grandes proporções que danificou seriamente a estrutura física da unidade e levou à inutilização de várias celas, obrigando a pontual intervenção da tropa de choque da Polícia Militar e diversos ferimentos nos presos.

Oportuno lembrar que todos os dados desta pesquisa foram colhidos em momentos pontuais. No entanto, várias dessas informações tiveram alterações no decorrer do trabalho. Sendo assim, alguns dados foram atualizados e outros permanecerão no trabalho. Ao procurarmos resgatar o processo de constituição das unidades prisionais de Maringá, dividimos o trabalho da seguinte maneira: No primeiro capítulo, apresentamos um panorama geral do Sistema Penitenciário paranaense. Os três próximos capítulos voltam-se para o processo de constituição

das unidades prisionais de Maringá, dando a ver um quadro descritivo e analítico desses estabelecimentos. Como mencionado, trata-se de um trabalho etnográfico. Detemos nosso olhar de forma mais detalhada sobre a CDPMGÁ, por ser ela a unidade construída mais recentemente em Maringá e sobre a qual grande expectativa fora criada no sentido de melhora no quadro de atendimento prisional aos presos de Maringá e região. Ainda no terceiro capítulo propomos uma análise acerca da relação atual entre as três unidades, dialogando a partir das etnografias realizadas e da obra de Goffman (2001).

No último capítulo apresentamos o cotidiano de trabalho das agentes penitenciárias no interior dessas unidades prisionais. Em particular a PEM e a CCM, uma vez que na 9ª SDP não existe essa função. O propósito, como um todo, consiste em analisar e descrever o cotidiano dessas funcionárias e qual significado atribuem à função de agentes penitenciárias, bem como o reflexo que o exercício profissional traz para suas vidas profissional, pessoal e familiar. Por fim, propomos responder os questionamentos feitos no percurso desta pesquisa, ou seja, aqueles concernentes aos avanços e aos retrocessos vivenciados no sistema penal maringaense a partir da inauguração das suas unidades penitenciárias.

1 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

Neste capítulo propomos fazer um pequeno resgate da história do Sistema Prisional do Estado do Paraná, a fim de situar melhor o nosso universo de pesquisa. O estado do Paraná localiza-se na Região Sul do Brasil. Possui 399 municípios e uma área de 199,554 Km², o que equivale a 2,3% da superfície do Brasil. De acordo com o Censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população era de 10.444.526 habitantes. Sua capital é Curitiba, e seu território conta com outras importantes cidades como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá. Na Região Metropolitana de Curitiba, destacam-se, por sua importância econômica, os municípios de São José dos Pinhais e Araucária (IPARDES, 2011).

Desde 1677 já se tem notícia da existência da primeira cadeia pública estadual, estabelecida em Paranaguá. Em 02 de junho de 1880, com a presença do Imperador, do Presidente da Província e do Chefe da Polícia, é lançada a pedra fundamental para a construção daquela que seria a primeira penitenciária da Província. Por razões primeiro de natureza financeira e depois políticas (queda do Império), a construção não foi concretizada. Somente em 1905 que o governo adquiriu um edifício no bairro denominado Ahú, na capital do Estado, que seria adaptado para posterior instalação da penitenciária do Estado.

Após três anos, a história do Sistema Penitenciário do Paraná efetivamente começa quando, através da Lei nº 808, de 05 de maio de 1908, o Poder Executivo passa a ser autorizado a instituir o regime penitenciário do Estado, o qual foi instalado no prédio do antigo Hospício de Nossa Senhora da Luz, que também serviu como sede do presídio do AHÚ. Segundo Moraes (2005), o discurso público utilizado nos primórdios da constituição do sistema prisional paranaense era de que a prisão deveria funcionar com o instituto de correção e de adequação dos “fora da lei”, ao invés de ser somente um centro de reclusão.

Moraes (2005) ressalta que, de acordo os relatórios pelos chefes de Polícia, os indivíduos denominados “fora da lei” seriam aqueles integrantes das “classes inferiores”. Ou seja, os estrangeiros e os proletários – todos com pouca ou nenhuma instrução, desprovidos de orientação religiosa, como pondera Bondezan (2011). As chamadas “classes baixas” estavam mais sujeitas às contravenções como

vagabundagem, uso de armas proibidas, desordens, embriaguez, etc.; conseqüentemente, tais pessoas preenchem os espaços nas prisões.

Em 1908 – ano da inauguração do AHÚ – foi editado o Decreto de nº 564, de 23 de setembro, que instituiu o primeiro regulamento da Penitenciária do Estado, vinculada à jurisdição da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Segundo Moraes (2005), nos relatórios que descreviam o trabalho dos chefes de polícia, observa-se um apelo às conseqüências do crime. Como causa do aumento da criminalidade, aparecia a falta de trabalho, de religião e de educação.

Em relação aos órgãos de controle e direção, desde o surgimento das Cadeias Públicas e da primeira Penitenciária, em 1909, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e a Chefatura de Polícia eram os órgãos responsáveis pelas Cadeias e Penitenciária do Estado (PARANÁ, 2011). Essa subordinação direta à Chefatura de Polícia foi adotada até a criação do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado - DEPE, através da Lei 1767, de 17 de fevereiro de 1954, sendo designado como Diretor-Geral o Dr. José Muniz de Figueiredo, que desde 1951 estava à frente das obras de conclusão da Penitenciária Central do Estado, acumulando a Direção da Penitenciária do Estado (Ahú) e da Prisão de Mulheres da Rua Barão do Rio Branco.

Em julho de 1962, por meio do Decreto de n. 4.615, foi criada a Secretaria da Segurança Pública. Desse modo, o DEPE passou a estar sob a subordinação desta e a responsabilizar-se pelas penitenciárias, prisões, escolas de recuperação, colônias, sanatórios e manicômios penais. Nove anos depois, em 1971, em virtude do disposto no artigo 150 da Emenda Constitucional 3 e do Decreto 698 de 19 de agosto de 1971, o DEPE volta à jurisdição da Secretaria do Interior e Justiça¹.

Em 1975 a denominação DEPE foi substituída por Coordenação do Sistema Penitenciário – COOSIPE, que seria novamente modificada em 1987, dentro da nova regulamentação da Secretaria de Estado da Justiça, passando a denominar-se de Departamento Penitenciário – DEPEN. Tal denominação perdurou até os anos 2000, quando, em virtude do Decreto n. 2881, o nome foi novamente alterado para Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado – COPEN, e sua vinculação

¹ A respeito deste processo de redefinição dos órgãos de segurança pública do Paraná, vale consultar a obra de Rivail Carvalho Rolin: *O policiamento e a ordem: história da polícia em Londrina 1948-1962*.

hierárquica passou novamente à esfera da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em 19 de março de 2001, uma nova alteração é procedida. A denominação volta a ser Departamento Penitenciário do Estado – DEPEN, que ficou ainda sob o comando da Secretaria de Estado da Segurança Pública até 2002, quando a estrutura organizacional do Estado é modificada pela Lei n. 13.667, de 5 de julho de 2002, criando a Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania – SESJ, que incorpora em seu âmbito de atuação o DEPEN. Essa situação vigorou até 30 de dezembro de 2002, quando, por meio da Lei n. 13986, foi recriada a Secretaria de Estado da Justiça – SEJU, e, finalmente, como nos dias atuais, o DEPEN integra sua estrutura (PARANÁ, 2011).

O passado histórico das cadeias públicas e do sistema penitenciário do Paraná foi investigado pelo sociólogo e funcionário do DEPEN-PR, Alcione Prá, que lançou em 2009 o livro *Paraná – Das Cadeias Públicas às Penitenciárias (1909-2009)*. Nesta obra, o autor relata que a necessidade de se instalar uma cadeia nos limites geográficos que hoje entendemos ser o Estado do Paraná, remonta aos primeiros anos da colonização, momento em que a descoberta de ouro e prata na região de Paranaguá trouxe consigo a prática de alguns delitos típicos da região de garimpo, tais como homicídios, furtos e roubos. Sendo assim, a construção de uma prisão poderia “deter os desajustados da sociedade” (PRÁ, 2009, p. 16).

Na época eram dispensados dois tipos de tratamento penal. Ambos pautados no isolamento, no silêncio e no trabalho. Trata-se da cópia dos modelos adotados nos sistemas da Pensilvânia e do sistema de Auburn, como destacam Maia et al. (2009, pp. 14-15):

O sistema de Pensilvânia propunha o isolamento completo dos presos durante o dia, permitindo que trabalhassem individualmente nas celas; o sistema de Auburn isolava os presos apenas à noite, obrigando os mesmos ao trabalho grupal durante o dia, sem que pudessem se comunicar entre si.

Maia et al. (2009) afirmam que o modelo de Auburn era o mais apropriado para o sistema capitalista, uma vez que permitia a exploração econômica da mão-de-obra prisional, ao mesmo tempo em que reforçava a concepção delinquente do indivíduo preso. Dito de outro modo, segundo Bondezan (2011, n.p.), “o Estado justificava que o trabalho desempenhado pelos presos custearia o próprio sustento e

ainda possibilitaria aos detentos canalizar o pensamento para a atividade laboral, em vez de ocupá-lo com pensamentos criminosos”.

De acordo com Prá (2009), foi seguindo o modelo prisional de Auburn que a penitenciária do Ahú iniciou as suas atividades. Um ato do Presidente da Província, no Paraná, regulamentou o funcionamento da prisão, como mostra o Artigo 2º do decreto n. 564 transcritos da obra de Prá: *Regimen de Auburn*: “se observará o encarceramento celular durante a noite, e o trabalho em comum durante o dia, sob regimen rigoroso do silencio” (p. 37). Dessa forma, a unidade prisional do Ahú começa seus trabalhos sob fundamentação do Decreto n. 564 e na implantação de setores de serviços:

Pelo que fora estabelecido no Decreto de nº 564, o preso deveria ser submetido ao trabalho. Para tanto, desde o início das atividades, a penitenciária do Ahú contava com setores que ocupavam a mão-de-obra dos presos, em serviços como: ‘Cozinha, Horta, Alfaiataria, Sapataria, Tipografia e Marcenaria’. Relacionado à educação, os presos deveriam, ao menos, aprender a ler, escrever e contar. Neste sentido ‘as disciplinas ministradas eram: noções de Gramática, Aritmética, Geografia e História do Brasil (PRÁ, 2009, p. 40).

Na época da sua implantação, a Penitenciária do bairro do Ahú disponibilizava 52 vagas. De imediato, abrigou 55 detentos, traduzindo a tendência do sistema carcerário brasileiro: número de vagas sempre menor que a quantidade dos detentos a serem abrigados. Em termos de Sistema Penitenciário, até 1990, o Paraná contava com oito unidades. A primeira, como já foi mencionado, inaugurada em 1909, e a oitava em 1987. A unidade inaugurada em 1987 – COT, não se tratava, basicamente, de uma penitenciária, mas de um local de triagem para os presos que chegavam das delegacias para ser distribuídos às unidades do Estado. Abaixo, as unidades existentes até 1990:

(I) Prisão Provisória de Curitiba – PPC ou AHU, devido ao bairro onde está localizada. Com já foi dito é a unidade mais antiga do sistema, fundada em 05 de janeiro de 1909, com capacidade para 584 presos e, no entanto, com média de 790 presos.

(II) Penitenciária Central do Estado – PCE. Inaugurada em 1º de dezembro de 1954, com capacidade para 1320 presos. Hoje conta com 1.500 internos, embora já tenha chegado a abrigar até 1.800 presos.

(III) Complexo Médio Penal – CMP. Mantém atendimento psicológico e ambulatorial a presos e condenados. Fundado em 31 de janeiro de 1969, com capacidade para 350 presos.

(IV) Colônia Penal Agrícola - CPA. Fundada em 17 de dezembro de 1943, com capacidade para 810 presos.

(V) Penitenciária Feminina do Estado- PFP. Fundada em 13 de maio de 1970, com capacidade para 342 mulheres. Hoje mantém uma creche que abriga 42 crianças.

(VI) Centro de Observação e Triagem – COT. Encaminha os presos condenados para as devidas unidades prisionais. Fundado em 12 de fevereiro de 1987. Sua capacidade é para 46, mas abriga em média 110 pessoas presas.

(VII) Penitenciária Estadual de Londrina PEL. Fundada em 25 de janeiro de 1994. Inicialmente, com capacidade para 360 presos. Após uma ampliação em sua estrutura física em 1998/1999 sua capacidade passou para 504 presos.

(VIII) Educandário São Francisco. Abriga menores infratores de alta periculosidade, situado na cidade de Curitiba.

(IX) Penitenciária Estadual de Maringá PEM. Fundada em 09/04/1996 com capacidade para 360 presos, localizada na divisa dos municípios de Maringá e Paiçandu, região norte do Estado do Paraná. Posteriormente neste trabalho descreveremos mais detalhadamente o histórico e a rotina desta unidade prisional.

(X) Boa parte da construção de presídios no Estado do Paraná ocorre entre os anos de 1990 e 2000. Neste período, o Estado procurava parcerias privadas para administrar as unidades, tanto que, em 1999, na cidade de Guarapuava foi inaugurada a primeira penitenciária com administração terceirizada. Ao Estado competia apenas fiscalizar a custódia dos presos. A empresa gestora fornecia a segurança, o pessoal técnico (médico, psicólogo, assistentes sociais, psiquiatra, pedagogo etc.), os assistentes administrativos, os serviços gerais, materiais de limpeza e alimentação. Além da tendência da terceirização dos presídios, as décadas de 1990 e 2000 são marcadas pela expansão do parque penitenciário para o interior do Estado (BONDEZAN, 2011). As cidades do interior contempladas com o projeto terceirizado foram: Guarapuava, em 1999; Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Piraquara, em 2002.

Bondezan (2011) chama a atenção para o fato do processo de ampliação de vagas no sistema penitenciário, iniciado na década de 1990, no governo Jaime Lerner (PFL), ter priorizado a tendência à terceirização dos presídios, sendo

acusado de ser “neoliberal”. Esta política penal privatizada foi substituída em partes pelo seu sucessor, o Governador Roberto Requião (PMDB), que, a partir de 2002, apenas minimizou as participações empreiteiras, sem frear o processo de construção de novas unidades prisionais.

Segundo o autor, tais unidades foram questionadas pelo não cumprimento de seu papel ressocializador e pelos altos custos aos cofres públicos. Também foram acusadas de atendimento a interesses privados, uma vez que contribuíram em muito para a precarização do trabalho, em especial no que diz respeito ao tratamento penal. Destacaremos aqui as unidades que foram construídas após a inauguração da Penitenciária Estadual de Maringá, entre os anos 1990 e 2000:

- Penitenciária Industrial de Guarapuava – PIG. Inaugurada em 12 de novembro 1999, considerada a primeira penitenciária industrial do país, destinada a presos masculinos, condenados em regime fechado. Capacidade para 240 presos e fica localizada no município de Guarapuava.

- Patronato Penitenciário de Londrina – PATRLDA. Inaugurado em 27 de abril de 2001, criado através do Decreto Estadual n. 3.877/2001, atende a cidade de Londrina e 16 cidades vizinhas, tem como objetivo fiscalizar, orientar e assistir aos condenados à pena restritiva de direito, suspensão e livramento condicional, além de prestar assistência jurídica e psicossocial aos egressos vindos das unidades prisionais do Estado.

- Casa de Custódia de Londrina – CCL. Inaugurada em 20 de novembro de 2001, essa unidade inicialmente era terceirizada, atualmente é operacionalizada pelo Estado, capacidade para 272 presos masculinos, de regime fechado, localizada em Londrina.

- Penitenciária Industrial de Cascavel – PIC. Inaugurada em 22 de fevereiro de 2002, capacidade para 240 presos masculinos e de regime fechado, localizada na cidade de Cascavel, inicialmente também era operacionalizada por empresa terceirizada, hoje não mais.

- Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP. Inaugurada em 16 de abril de 2002, sua capacidade é para 723 presos masculinos, regime fechado. É a maior unidade prisional construída pelo governo do Paraná em parceria com o Ministério da Justiça, foi elaborada para ser aprova de fugas. De seu investimento R\$ 8,5 milhões, 80% proveniente do Ministério da Justiça e 20% a custa do Estado do Paraná.

- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF. Inaugurada em 17 de julho de 2002, idealizada sobre os moldes de uma prisão americana, destinada para presos do sexo masculino, sendo sua capacidade para 468 vagas para regime fechado.

- Casa de Custódia de Curitiba – CCC. Inaugurada em 07 de agosto de 2002, capacidade para 432 presos masculinos e de regime fechado, localizada na cidade industrial de Curitiba.

- Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PEPG. Inaugurada em 27 de maio de 2003, sua capacidade é para 408 presos masculinos do regime fechado, localizada na cidade de Ponta Grossa.

- Centro de Regime Semiaberto de Ponta Grossa – CRAPG. Inaugurado em 05 de outubro de 2004, construído para atender 120 presos masculinos de regime semiaberto daquela região não precisando mais conduzi-los para Curitiba, está localizado em anexo com PEPG.

- Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais – hoje, CCJP-inaugurada em 21 de dezembro de 2005, unidade de regime provisório, para presos masculinos, capacidade de 870 vagas, que aguardam decisão judicial, localizada na região metropolitana de Curitiba.

- Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava – CRAG. Inaugurada em 14 de fevereiro de 2007, capacidade para 320 presos masculinos do regime semiaberto, esta unidade possui parcerias com a iniciativa privada que disponibiliza trabalho aos presos. Localizada na cidade de Guarapuava.

- Centro de Detenção e Ressocialização de Londrina – CDRLDA. Inaugurada em 26 de abril de 2007, localizada na região sul da cidade de Londrina com capacidade para 960 presos do sexo masculino de regime fechado.

- Centro de Detenção e Ressocialização de Cascavel – hoje, PEC. Inaugurada em 17 de agosto de 2007, capacidade para 960 presos masculinos de regime fechado, localizada na cidade de Cascavel.

- Centro de Detenção e Ressocialização de Francisco Beltrão – hoje, PFB. Inaugurada em 07 de maio de 2008, capacidade de 960 presos masculinos de regime fechado. Localizada na cidade de Francisco Beltrão.

- Centro de Detenção Provisória de Maringá – CDPMGÁ, hoje, CCM. Inaugurada em 09 de junho de 2008, construída para alojar 960 presos de regime provisório, no entanto hoje possui mais de 60% de seus presos condenados, esta

localizada na divisa das cidades de Paiçandu e Maringá e será melhor analisada posteriormente neste trabalho de dissertação.

- Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu – CDRFOZ, hoje, PEF II. Inaugurada em 23 de agosto de 2008, capacidade para 800 presos do sexo masculino de regime provisório.

Além destas unidades, estão em fase de finalização das obras as unidades de regime semiaberto de Maringá e de regime provisório de Cruzeiro de Oeste, com previsão de inauguração para o ano de 2012². Podemos constatar um crescimento considerável no número de vagas no sistema prisional paranaense. Em menos de dez anos foram construídas mais 12 penitenciárias, o que elevou a capacidade para 15.904 vagas.

As estatísticas disponíveis no *site* do departamento penitenciário, sistematizadas a partir de 2003, nos fornecem um parâmetro para observarmos a evolução quantitativa no número de vagas criadas somente na gestão do governo anterior. Em 2003, ano em que se iniciou o segundo mandato do governador Roberto Requião (PMDB), de acordo com o DEPEN-PR, a população carcerária contava com um total de 7.525 presos, sendo 6.597 em regime fechado e 928 em regime semiaberto. Em cinco anos essa capacidade praticamente duplicou, atingindo o total de 13.519 presos em 2008, dos quais 11.681 estão em regime fechado.

Nos próximos capítulos vamos utilizar as etnografias das unidades prisionais localizadas em Maringá para discutir pontualmente como se deu o fenômeno da explosão dessas instituições no Paraná

² Para explicar melhor a explosão do encarceramento no Paraná no período de 1996 aos dias atuais, sugerimos o trabalho de mestrado de Bondezan (2011). Já para nos aprofundarmos em um viés mais global sobre este assunto, indicamos o trabalho de Wacquant (2001; 2003).

2 9ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ

A 9ª Subdivisão Policial de Maringá, situada na Av. Mandacaru nº 560, conhecida também por Mini-Presídio de Maringá, Cadeião da Mandacaru ou simplesmente “Nona”, foi inaugurado em 4 de novembro de 1982, durante a gestão municipal do então prefeito Sincler Sambatti (maio de 1982 a fevereiro de 1983), sendo considerado, na época, um estabelecimento prisional modelo. Foi projetada para alojar 120 presos, embora inicialmente já recebia internos das cidades de Paiçandu, Floresta e Ivatuba. Com o decorrer dos anos, as delegacias da região que não foram projetadas para alojar presos, além do tempo necessário para o término do inquérito Policial, viam-se quase sempre (isso ainda ocorre) com dificuldades em manterem alojados em seu estabelecimento os presos condenados há muitos anos de prisão, presos de alta periculosidade, presos violentos ou com problemas de saúde grave, pois os mesmos, em função da sua situação carcerária, da fragilidade quanto à segurança e as instalações físicas da cadeia pública, motivam a estar sempre arquitetando uma forma de fuga, seja por escavações, por rebeliões, ou ataques a desafetos dentro da cadeia; inimigos esses adquiridos na vida do crime ou em decorrência da sociabilidade dentro do próprio estabelecimento prisional.

Isso obrigava os delegados desses estabelecimentos a pedirem transferência o quanto antes desses presos para a Delegacia de Maringá, por ser ela mais segura e com mais funcionários. Objetivavam, com isso, evitar problemas mais sérios. A autorização se efetivava na maioria dos casos. Contudo, atualmente, em função da interdição do prédio da Nona, foi determinado pelas autoridades competentes a proibição de receber presos de qualquer delegacia da região.

Ademais, cabe lembrar que as subdivisões Policiais não possuem agentes penitenciários ou carcereiros de carreira, aliás, essa profissão não existe dentro da Secretaria de Segurança Pública, pasta subordinada às Subdivisões Policiais. Um Policial civil é retirado dos serviços de rua e passa a responder por essa tarefa nas carceragens das delegacias. Assim também ocorreu na 9ª SDP. Um Policial civil assumiu essa tarefa meses após a inauguração e permanece exercendo a função até os dias atuais, protagonista, testemunha ocular e nosso entrevistado.

Tida como única unidade prisional a manter presos na cidade de Maringá até 1996, o “Cadeião da Mandacaru” se viu obrigado a alojar mulheres e menores infratores por falta de estabelecimento próprio para esse fim na cidade polo e em

toda a região metropolitana. Segundo informações do nosso entrevistado, as delegacias da região, inclusive a de Maringá, não foram projetadas, inicialmente, celas para receber presas e menores infratores. No relato abaixo, o funcionário entrevistado informa como se deu o início dos trabalhos na 9ª SDP:

[...] a delegacia quando inaugurada, pretendia receber apenas presos do sexo masculino, mulheres poucas vezes foram recolhidas, os cinco casos em que recebemos mulheres para reclusão no início dos trabalhos dessa unidade foram de casos referentes aos crimes passionais (homicídios de maridos). Com o decorrer dos tempos, tornou-se rotineiro o aumento do número de mulheres presas, sendo 43 presas atualmente. Mudou, também, o tipo de delito cometido, a maior ocorrência hoje em dia é o art. 12 da Lei 6368/76 (tráfico de drogas), sendo os funcionários obrigados a improvisar, Nós simplesmente criamos espaços para elas.

No início da 9ª SDP, os funcionários eram em número 50 profissionais, hoje, pouco mudou no efetivo, pois nosso entrevistado afirma que contaria com efetivo de 70 a 80 profissionais e que, neste ano de 2012, novos Policiais passaram a incorporar o quadro funcional da delegacia. Suas atribuições e distinções se dão da seguinte forma:

- Delegados são os presidentes dos inquéritos Policiais e comandam as delegacias em seus vários segmentos (delegacia de furto e roubo, da mulher, homicídios, dentre outras);
- Investigadores, que por sua vez, colhem provas materiais para que os Delegados possam elaborar os inquéritos Policiais e posteriormente encaminhá-los aos Juízes Criminais competentes das Varas Criminais de Maringá (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais, localizadas no Fórum da cidade polo), para que promovam as decisões, ou seja, condenar ou absolver os réus.
- Escrivão, servidor que escreve todos os relatórios determinados pelo Delegado ao qual está subordinado;
- Carcereiro, profissão que, como dito anteriormente, não existe na Polícia Civil do estado do Paraná, esse funcionário não recebe nenhum tipo de treinamento para exercer essa função aprendendo no dia a dia, recebendo R\$ 16.00 a mais no seu salário por acumular essa função, como relata nosso entrevistado;
- Papiloscopista, sua atuação profissional é fotografar, identificar, retirar impressões digitais e cadastrar todas as pessoas conduzidas para a delegacia por

cometerem algum crime. O sistema de informatização é em parte hoje *online*, porém, existe um projeto na Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná para estender esse cadastro e seu acesso a todos os órgãos Policiais, unificando esse sistema em todo o Brasil, pois até o ano de 2010 isso não ocorria.

Quando se expedia um mandado de prisão pelo juízo competente, o oficial de justiça da Vara Criminal, que confeccionava o documento, encarregava-se de notificar a pessoa na unidade prisional caso estivesse preso ou em liberdade, se esse fosse o caso. Três vias eram assinadas pelo réu, uma ficava com ele ou com o estabelecimento que o mantinha preso, outra voltava para a Vara Criminal que expedia o mandado e a última via era encaminhada para a Delegacia de Vigilância e Captura (DVC) em Curitiba, responsável por cadastrar todos os mandados de prisão expedidos pelas Varas Criminais do Estado inteiro.

Esse processo podia demorar de três a quatro meses. Ocorriam casos em que pessoas que tinham em seu desfavor um mandado de prisão expedido por um determinado delito praticado que já estivesse presa em uma unidade prisional, pela prática de outro delito diferente do mandado de prisão, e recebesse Alvará de Soltura nessa “janela” (lacuna de tempo), seria imediatamente posta em liberdade, mesmo tendo que permanecer presa devido ao mandado expedido. E se estivesse em liberdade e fosse abordada por agentes Policiais, esse mesmo mandado de prisão poderia não constar no sistema de identificação, apontando pendência judicial em seu desfavor, portanto, mesmo com pedido de prisão decretada, essa pessoa não seria presa.

O horário de expediente dos profissionais da 9ª SDP, dependendo da função que exerce, pode ser de 12 horas de trabalho por 36 de descanso ou de 24 horas de trabalho por 72 de descanso. Esses horários, no entanto, não são os mesmos que cabem ao carcereiro responsável pela carceragem da Nona. Segundo o mesmo, ele trabalha todos os dias, de segunda-feira a segunda-feira, e ainda está sujeito a ser solicitado a comparecer na delegacia em horários após o expediente normal de trabalho, caso ocorra algum problema na rotina burocrática ou operacional no setor de carceragem. Os outros dois servidores do mesmo setor fazem 24 horas de trabalho por 48 de descanso.

O mini-presídio de Maringá encontra-se hoje com 194 internos, entre mulheres e homens, alojados em 16 celas, numa área útil de 300 metros quadrados. Cubículos que foram projetados para alojar quatro (04) pessoas, hoje têm, em

média, mais de 12 pessoas ocupando esse espaço por cela, sendo que já se chegou a alojar 18 pessoas, segundo o chefe da carceragem. A Nona já teve uma população encarcerada de 586 presos. Contingente diminuído em função da inauguração da PEM e da CCM. Em dados dimensionados pelo chefe da carceragem, cada preso ocuparia um espaço de 0,80cm a que tinha direito devido à superlotação da delegacia.

Desde março de 2008, as instalações da 9ª Subdivisão Policial estão interditadas pelos órgãos fiscalizadores responsáveis (Promotoria Pública, Vara de Execuções e Corregedoria dos Presídios e demais órgãos responsáveis), e por isso o prédio foi totalmente condenado. Suas instalações elétricas estão todas danificadas, sendo que para uso de aparelhos eletroeletrônicos os internos improvisaram fiações, correndo sério risco de provocarem curtos circuitos e consequente incêndio. A rede de água e esgoto foi totalmente destruída, cavaram um poço de mais de 10 metros de profundidade do lado externo da cadeia, para onde são direcionadas as descargas do vaso sanitário (“boi” para os presos). As tubulações de água e esgoto originalmente instaladas no espaço foram quebradas pelos internos no decorrer do tempo para servir de local de esconderijo de celulares, drogas, estoques ou outro material de uso ou porte não permitido dentro do Presídio.

Durante o dia, os cubículos são abertos e os presos permanecem perambulando no corredor que fica em frente às celas e não possui mais de dez metros de comprimento. Por motivos de infiltração de água, decidiram passar um impermeabilizante no teto das celas: uma “manta asfáltica”. Material que impede a passagem de água, mas consegue captar e armazenar calor. E como as celas não possuem ventilação de ar, o local fica extremamente quente no verão e extremamente frio no inverno. Segundo o carcereiro chefe, ao se aferir a temperatura em uma cela no verão, constatou-se 57 graus centígrados e, como dito, no inverno, a sensação térmica é de intenso frio. Essas e outras razões ocasionaram a demolição de parte da estrutura predial da 9ª SDP logo após a inauguração da CDPMGÁ. Isso diminuiu o número de vagas disponibilizadas e o número da população encarcerada. População que baixou para 76 presos após a inauguração da nova unidade.

O banho de sol dos internos da 9ª SDP, anteriormente, acontecia mais regularmente e por mais horas. Hoje, em função da estrutura predial, falta de funcionários e pela ausência de Policiais militares na realização da segurança das

muralhas, os presos somente saem para o pátio quando sobra tempo para os funcionários. A falta do efetivo Policial se deu porque o comando do 4^o Batalhão remanejou o pelotão para as unidades prisionais inauguradas em Maringá (PEM e CDPMGÁ), deixando desguarnecida e fragilizada a vigilância externa dos presos ali recolhidos. Aliás, seria essa, segundo nosso entrevistado, a maior causa das recentes fugas que ocorreram no mini-presídio: primeiramente 26 e depois 7 internos conseguiram evadir.

Uma particularidade interessante na 9^a SDP é o fato de que quem libera os internos para o pátio de sol, atendimentos jurídicos e social, saídas para as audiências no fórum, serve a alimentação, fecha as celas no final do expediente são os próprios presos, isto é, são os internos que recebem pecúlio por tal tarefa (trabalham três dias e ganham um dia a ser remido no total de sua pena). Os servidores só adentram à área onde os presos permanecem recolhidos quando há uma situação crítica, como um princípio de motim, rebelião, brigas, tentativa de fuga, por exemplo. No entanto, não adentram sem o apoio do comando do 4^o Batalhão de Polícia Militar, que envia um grupo Policial para auxiliar as intervenções e revistas estruturais do prédio ou as buscas de objetos não permitidos. Procedimento esse diferente das unidades PEM e CCM.

Nesses estabelecimentos, os presos não “demarcam” o local onde tomam banho de sol, sendo esse espaço de uso exclusivo da massa carcerária, como fizeram na Nona, onde nenhum funcionário adentra quando é dado o banho de sol aos presos. Ou seja, na PEM e CCM eles não conseguiram impedir o agente e desencorajá-lo a entrar nesses pátios nos momentos em que eles estão soltos. O que não significa que eles não tenham tentado, de forma combinada, criar um clima de intimidação e tensão toda vez que algum funcionário se propõe a tal “invasão” deste território nessas unidades prisionais. Os Ajustamentos Secundários descritos por Goffman (2001) anunciam a união de pessoas com pretensão de conquistar privilégios e recriar esquemas para a reorganização pessoal. As situações descritas acima exemplificam isso:

[...] Se o sistema de privilégios parece dar o principal esquema dentro do qual ocorre a reorganização do eu, existe outros fatores que geralmente levam, por outros caminhos, à mesma direção [...] o efeito desorganizador dessa moratória seja mais significativa do que seu efeito reorganizador. Mais importante, como uma influência

reorganizadora, é o processo de confraternização, através do qual, pessoas socialmente distantes desenvolvem apoio mútuo e resistência a um sistema que as forçou à intimidade numa única comunidade igualitária de destino (GOFFMAN, 2001, p. 55).

As visitas de familiares e de amigos aos presos ocorrem aos domingos e consiste em um momento de muita movimentação e trabalho para os servidores. Inicia-se a visitação aos presos entre às 09h00min e 10h00min, sendo que as visitas que já estiverem no interior do mini-presídio somente terão autorização de saída às 11h30min, e outra somente ao término, às 16h00min. Todas as documentações necessárias e critérios exigidos para entrada de visitantes na 9ª SDP, seja para a visita social ou íntima, são analisadas e concedidas por nosso entrevistado. Essa dinâmica é diferente do que ocorre nas unidades prisionais do departamento penitenciário. Nas outras unidades, para adquirir essa autorização, é preciso que a pessoa passe pelos setores responsáveis (Assistente Social, Divisão de Segurança e Disciplina). Há toda uma investigação social e criminal das pessoas que pretendem visitar os internos, com a exigência de vários documentos de comprovação de vínculo familiar e posterior aprovação ou não da autorização pela Direção da unidade prisional. Tal procedimento objetiva coibir ou dificultar visitas que possam criar algum tipo de crise tanto no decorrer da visita como posterior a ela.

Nesse sentido, nosso entrevistado, em determinada situação acreditando não implicar em nenhuma complicação de ordem disciplinar, autorizou a visita de uma senhora a um determinado interno, acreditando ser ela esposa do preso. Horas mais tarde soube, por intermédio de visitas, que havia um homem fora da delegacia que premeditava agredi-lo por ter cedido tal autorização à mulher. Ao saber da ocorrência, foi até a entrada da delegacia onde o homem desconhecido o espreitava e agressivamente ele perguntou ao nosso entrevistado com que direito e fundamentação o mesmo havia concedido permissão para que sua esposa visitasse o preso que ali estava recolhido? Como resposta, o entrevistado esclareceu que autorizou a entrada fundamentado em documentação registrada em cartório apresentada pela visita, documentação que comprovava estado civil como relação conjugal existente entre a visita e o preso.

Após essa explicação, o homem ficou aguardando o término da visitação. Preocupado, o carcereiro prestou-se a espiar de longe, pretendendo intervir caso ocorresse qualquer iminência de crime. Para sua surpresa, quando a mulher se

deparou com o homem na sua saída, ouviu o mesmo dizer-lhe carinhosamente: “Amor, não faz isso comigo não. Eu te amo. Esse cara aí só quer o seu dinheiro”. Após essa declaração, ele (nosso entrevistado) voltou para seus afazeres.

Esses casos na delegacia e na penitenciária não são raros, por isso é preciso muito cuidado para liberação de credenciais de visita. A visitação é um momento “sagrado” para os presos. O interno que descumprir essa regra e criar qualquer tipo de constrangimento às demais visitas corre um sério risco de morte.

Houve um caso em que uma mulher que mantinha relacionamento estável com um homem, e decorrido algum tempo após o enlace amoroso, ele veio a cometer um crime e ser preso na Delegacia. Tempos depois, ela arrumou novo companheiro que, posteriormente, também veio praticar crime e ser preso. Ela, então, passou a visitar esse último na Nona, local em que os dois se encontravam recolhidos. Como esse momento de visitação é muito respeitado pelos presos, nada ocorreu, porém, no dia seguinte, quando da soltura dos internos para o pátio de sol, os dois entraram em luta corporal pelo “amor da mulher amada ou odiada”, não soube explicar o entrevistado.

A alimentação elaborada e servida no mini-presídio é preparada na cozinha instalada dentro da própria cadeia. Lá, três presos provisórios e quatro mulheres condenadas se ocupam desse serviço. Após o preparo, a refeição é armazenada em “panelões” e levada até o corredor em frente às celas, para que os próprios presos se sirvam, uma vez que os funcionários, como dito anteriormente, não se arriscam a entrar no espaço dos presos sem reforço Policial, evitando possíveis retaliações ou serem pegos como reféns.

Também houve outro caso relatado pelo chefe da carceragem, de que a massa carcerária, por motivos de retaliação, proibiu determinado preso de se alimentar por vários dias, na tentativa de matá-lo de fome. A ocorrência só foi solucionada devido às informações que foram repassadas posteriormente por familiares aos carcereiros e que solucionaram o problema, transferindo-o para outro presídio.

Hoje, entre as 323 pessoas presas na 9ª SDP, 46 são mulheres. Quando o mini-presídio estava com sua lotação máxima e havia uma maior dificuldade em manter num mesmo local presos do sexo masculino, feminino, além de menores infratores, as mulheres foram transferidas para a cidade de Astorga-PR, sendo que alguns anos depois voltaram para a 9ª SDP. Elas permanecem durante o dia

amontoadas em um corredor escuro e mais estreito do que aquele onde ficam os homens, localizado ao lado inverso do corredor masculino, onde conseguem visualizar todos aqueles que passam entre esses dois locais. Quando isso acontece, elas se agitam em curiosidade e perguntas. Duas dessas internas possuem filhos recém nascidos, com poucos meses de vida, e por isso ficam em local diferente das demais presas.

Improvisaram do lado de fora da cadeia um quarto muito pequeno, mas bem arrumado, com duas camas de solteiro e dois berços, um criado mudo antigo que serve para as mães trocarem as fraldas sujas dos bebês: um local humilde embora asseado, próximo uns cinco metros do buraco escavado para servir de receptor dos dejetos dos presos da cadeia. Ainda assim, este local nos parece melhor para acomodar as crianças do que o espaço interno utilizado pelas demais presas. E que, na verdade, não se aproxima daquilo que determina o Estatuto Penitenciário do Paraná (1975), em seu art.17: “Deverá haver uma creche e Pré-Escola em cada estabelecimento feminino de regime fechado ou semiaberto, com a finalidade de assistir aos menores até 6 (seis) anos de idade, cujas responsáveis estejam presas naquelas unidades”.

Observando a segurança nesse local externo, notamos que não seria muito difícil uma fuga por parte dessas duas internas com seus filhos e dos próprios presos que trabalham na cozinha, que também se encontra próximo a esse local. Diante disso, questionei o entrevistado sobre essa facilidade para uma possível tentativa de fuga e a resposta foi a seguinte:

No caso das mulheres, não convém a elas arriscarem nesse momento a integridade física das crianças, pois as mesmas estão em lugar “privilegiado” em relação às demais e que elas ali estão por força de lei, pois determina local apropriado nesses casos para salvaguardar o bem estar da criança e da mãe, além das mesmas serem de família humilde sem condições de sustento e condições de cuidar de seus filhos.

O critério utilizado na 9ª SDP para implantar os presos no setor de cozinha, espaço onde a estrutura física compromete a segurança, é o fato de eles serem “presos caseiros”, o que significa, na gíria dos Policiais, preso com “raiz” na cidade. Alguns destes presos, ainda que venham a empreender fuga, serão facilmente encontrados em suas residências.

A situação dessas pessoas no setor de cozinha da Nona guarda relação com a visão de Goffman (2001) sobre a “desculturação”, a qual, para o autor, trata-se da perda ou impossibilidade de adquirir os hábitos atualmente exigidos na sociedade mais ampla e o “estigma” que é o baixo status proativo, quando a pessoa passa a ter uma recepção fria no mundo mais amplo, o que dificultaria o internado se readaptar no mundo fora dos muros. Isso por ter ele, depois de muito esforço, se adaptado ao mundo enclausurado.

[...] a liberação tende a ocorrer exatamente quando o internado finalmente aprendeu a manejar “os fios” no mundo interno e conseguiu privilégios que descobriu dolorosamente, que são muitos importantes. Em resumo, pode descobrir que a liberação significa passar do topo de um pequeno mundo para o ponto mais baixo de um mundo grande. (GOFFMAN, 2001, p. 69).

Os menores infratores que ficavam alojados na 9ª SDP e que já chegaram a ser em número de 12 pessoas recolhidas, foram encaminhados à unidade prisional própria para esses casos, recém inaugurada em Maringá (CENSE), onde os mesmos recebem medidas socioeducativas. Atualmente, os menores que são apreendidos e conduzidos a delegacia por cometerem algum delito, passam somente a noite nesse estabelecimento e no dia seguinte são conduzidos ao CENSE.

Quando perguntado ao funcionário entrevistado sobre o reflexo na 9ª SDP da inauguração da Penitenciária Estadual e posteriormente da Casa de Custódia de Maringá, o mesmo foi enfático ao dizer que houve uma melhora momentânea. Ou seja, com a inauguração da PEM, em 1996, o mini-presídio, com lotação de mais de 400 presos, fora reduzido para 56. E no ano de 2008, com a inauguração do CDPMGÁ, a 9ª SDP encontrava-se novamente com um elevado número de detentos: 586 presos, passando para 76 internos. Ao ser indagado a respeito da remoção dos presos para essas unidades prisionais, as palavras do Policial refletiram alívio: “*Que bênção. Amém Jesus!*”.

Uma mudança apontada pelo entrevistado com a inauguração das novas unidades é que presos acostumados à indisciplina na 9ª SDP, quando passam por unidades como a PEM e o CDPMGÁ e retornam presos à Nona, ficam mais disciplinados. Ele acredita que isso ocorre devido ao regime mais rigoroso imposto aos presos pelos agentes penitenciários e no tratamento penal dispensado daquelas

unidades prisionais. Atitudes como, por exemplo: andar com as mãos para trás, dirigir-se ao funcionário chamando-o de “Senhor”, proibição de fumar, ficar em silêncio, andar cabisbaixo sem fixar o olhar no agente, consciência de sanção disciplinar, etc.

As mães dos presos, em sua grande maioria, mesmo com o rigor da disciplina cobrada na PEM e no CDPMGÁ, preferem, segundo o entrevistado, que os mesmos sejam transferidos da 9ª Subdivisão àquelas unidades prisionais. Ele esclarece que, em primeiro lugar, os custos dos familiares com o preso diminuem, devido ao fato de não precisarem mais comprar material de higiene, alimentação, calçados, roupas, entre outros, após a transferência para as unidades prisionais. Isso porque esses produtos são disponibilizados pelo DEPEN. Em segundo lugar, alega que os familiares acreditam que os presos saem mais disciplinados destas unidades prisionais. O que é contestado pelo número de reincidência que ocorre no sistema prisional.

Notórios também são os casos de doenças infectocontagiosas que se proliferam na cadeia pública de Maringá, situação que não atinge somente presos ali alojados. O servidor que circula pelo mesmo local também está sujeito ao mesmo perigo de contágio. Soma-se a isso a falta de atendimento médico ambulatorial e dentário. Rotineiramente os presos que passam mal são conduzidos a hospitais da rede pública de saúde da cidade; em casos mais graves são transferidos para unidades do departamento Penitenciário (CMP ou CDP). Esporadicamente (e quando solicitado pelo setor de carceragem), um médico, um dentista ou uma técnica de enfermagem comparecem às instalações da 9ª SDP para atender tão somente menores infratores e não os demais presos ou presas, segundo nosso entrevistado.

A inauguração da PEM criou boas expectativas no poder público, autoridades diretamente ligadas ao encarceramento na cidade, Policiais e funcionários passaram a contribuir também na melhora das condições de tratamento penal dispensados aos presos da região, e principalmente da 9ª SDP. Isso acontece, inicialmente, com a imediata diminuição da superlotação da cadeia pública. Na descrição a seguir apresento como se deu o processo na PEM, que muda o endereço da maior parte dos presos da cadeia pública da cidade de Maringá para o presídio, localizado na divisa das cidades de Maringá e Paiçandu.

3 PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ

No dia 08 de março de 1996, um grupo de 144 pessoas (132 homens e 12 mulheres) assinava, no interior da unidade prisional denominada Penitenciária Estadual de Maringá, a nomeação de posse na função de Agente Penitenciário, após concurso iniciado no ano anterior. A PEM foi inaugurada em 10 de abril de 1996 pelo então governador Jaime Lerner, tendo como Secretário de Justiça e Cidadania Edson Luiz Vidal Pinto, Nelson Jobim como Ministro de Justiça e Said Ferreira, Prefeito de Maringá.

Sendo eu (pesquisador) um dos aprovados no concurso e, portanto, testemunha ocular dessa história, passo a relatá-la com detalhes de quem a viveu e vive. Assim, antes da inauguração da PEM, o Estado do Paraná contava com oito unidades prisionais. A Penitenciária Estadual de Maringá, naquele momento era a mais recente unidade a receber presos condenados do sexo masculino no cumprimento de pena em regime fechado. Localizada na divisa dos municípios de Maringá e Paiçandu, região norte do Estado do Paraná, na época de sua criação, houve uma disputa política entre as duas cidades no que diz respeito à execução do projeto de construção da penitenciária e, portanto, a quem caberiam os “louros” políticos de uma obra daquela envergadura, com um custo de cerca de três milhões de reais.

A PEM possui uma área de cinco mil e setecentos e noventa e seis metros quadrados de área construída, em um terreno de 24.210 mil metros quadrados. As muralhas medem nove metros de altura e contam com uma extensão de 664 metros. Sabemos que em função da PEM, alguns familiares de presos adquiriram imóveis em Paiçandu para ficarem mais próximos de seus parentes presos. No mais, alguns estabelecimentos foram abertos na cidade e a linha de ônibus coletivo se estendeu na frente do presídio para levar familiares até a unidade prisional.

A PEM recebe presos das 38 comarcas existentes e que estão sob a jurisdição da Vara de Execuções Penais de Maringá (VEP), como demonstra o quadro 1 a seguir:

Quadro 1- Comarcas sob a jurisdição da VEP de Maringá

MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A VEP MARINGÁ	
ALTO PARANÁ	ALTO PIQUIRI
ASTORGA	ALTÔNIA
BARBOSA FERRAZ	CAMPO MOURÃO
COLORADO	CIANORTE
ENGENHEIRO BELTRÃO	CIDADE GAÚCHA
JANDAIA DO SUL	CRUZEIRO DO OESTE
MANDAGUAÇU	GOIOERÊ
MANDAGUARI	GUAÍRA
MARIALVA	ICARAÍMA
MARINGÁ	IPORÃ
NOVA ESPERANÇA	LOANDA
NOVA LONDRINA	MAMBORÊ
PARAÍSO DO NORTE	PEABIRU
PARANACITY	PÉROLA
PARANAVAÍ	SANTA IZABEL DO IVAÍ
SANTA FÉ	TERRA ROXA
SÃO JOÃO DO IVAÍ	UMUARAMA
SARANDI	XAMBRE
TERRA RICA	
TERRA BOA	

Fonte: Dados da Vara de Execuções Penais. Elaboração própria, 2012.

No início do funcionamento da nova unidade prisional, oito antigos funcionários do Departamento Penitenciário (DEPEN) foram incumbidos de fazer o trabalho de recepção dos presos, direcionando os trabalhos operacionais e principalmente ensinando a função aos guardas novatos, esclarecendo toda complexidade que envolve o universo prisional. Tal situação revela aquilo que Moraes (2005) descreve em sua obra sobre os agentes penitenciários:

[...] A experiência dos guardas mais antigos é fundamental neste processo de aprendizagem. De fato, o novato raramente arrisca-se a decidir uma situação contando com os seus próprios recursos. Nos primeiros tempos, o que ele mais faz é observar o comportamento dos mais experientes e nele se apoiar (MORAES, 2005, p. 237).

Foram denominados então como “Corpo Funcional de Transição”. Esses antigos funcionários passaram a ser, posteriormente, chamados pelos presos alojados na unidade pelo codinome de “Os Coletes Pretos”, devido a cor do colete que usavam e que os diferenciava da cor alaranjada dos coletes dos novos agentes. Antes de nossa nomeação, a Escola de Formação do Departamento Penitenciário do Estado (ESPEN) forneceu um curso preparatório de um mês de duração nas dependências do Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR). Naquele

momento, a estrutura física dessa instituição educacional era improvisada e estava no começo de sua história se comparada ao que tornou-se hoje.

Com algumas exceções (eu era uma delas), os funcionários novos não tinham experiência nem contato com o universo de pessoas que praticam ações criminais e delituosas, muito menos no que se refere ao trabalho na área Policial e todo o mundo das prisões. No meu caso, minha experiência vinha, primeiramente, de uma juventude vivida na periferia de uma cidade no interior de São Paulo e posteriormente da função de Policial militar na cidade de Londrina durante 5 anos. Aliás, os funcionários mais experientes haviam sido, como eu, Policiais militares. Foi essa bagagem pessoal a motivadora para a escolha e o preenchimento, na sua maioria, de cargos de chefia: entre nós os “Coletes Laranjas”, nas primeiras equipes que se formaram.

O primeiro cargo de chefia que ocupei foi o de “Vigilante” da equipe denominada Charlie, responsável pelo acompanhamento das tarefas do cotidiano da unidade, tais como: distribuição das refeições dos presos e o acompanhamento das faxinas feitas pelos internos. Também me responsabilizava pela ocupação temporária dos postos de serviços desocupados devido à saída autorizada de outro guarda, e da liberação dos presos para os setores de trabalho e escola, sempre tomando os cuidados de segurança necessários. Alguns meses depois passei a ocupar o cargo de Auxiliar de Segurança. Neste cargo, era responsável pelas inspetorias e, conseqüentemente, pelas equipes de serviço. Direcionava as ocorrências graves relacionadas às condutas disciplinares dos presos, o acompanhamento de visitantes, a busca de informações sobre eventuais problemas de ordem disciplinar e de segurança, entre outras ocupações.

Durante os sete anos que estive à frente desses cargos, minha relação com os demais funcionários, sejam hierarquicamente superiores ou inferiores, foi de companheirismo, harmonia, profissionalismo, compreensão e cumplicidade, sempre tive o respeito de todos os colegas de trabalho e a recíproca na maioria dos casos foi verdadeira. Contudo, há de se dizer também que por vezes surgiram questões profissionais e interpessoais que não foram de soluções fáceis .

As equipes eram divididas em 3 (três) grupos. O critério de escolha ficou a cargo dos próprios guardas. Eram pesos nessa escolha a amizade e a possibilidade de dividir custos das pessoas que moravam nas mesmas cidades. Isso porque, vários funcionários eram de cidades vizinhas, como Londrina, Rolândia, Jandaia do

Sul, Cambira, Apucarana, Marialva, Cianorte, Paranavaí, Nova Esperança, entre outras. Logo no início dos trabalhos, mudei com minha família de Londrina para Maringá a fim de facilitar o deslocamento para a unidade.

O edital do concurso exigia uma escala de serviço de 24 (vinte e quatro) horas trabalhadas por 48 (quarenta e oito) horas de descanso, formando, então, três equipes, com média de quatro mulheres e 44 homens por cada equipe de trabalho. Cada equipe recebeu um codinome do alfabeto internacional, A (Alfa), B (Bravo) e C (Charlie), usado também para a comunicação precisa entre pilotos de aviões com a torre de comando, ou Policiais em atividade de patrulha urbana e central de operações, etc.

Na primeira quinzena do mês de março (mês anterior ao de inauguração), fomos incumbidos de retirar restos de materiais da obra que pudessem ser ofensivos à segurança, uma vez que no prédio da unidade ainda não havia presos. Materiais como ferros expostos nas paredes, pregos, madeiras, barras de ferro, latas, etc. Colocamos também os kits de pertences dos futuros internos em cada cama dos cubículos (celas), que compreendia: um colchão, uma toalha de banho, um cobertor, um lençol, uma caneca de plástico e materiais de higiene: escova e creme dental, sabonete, barbeador, papel higiênico. É curioso lembrar dessa época, apesar dos guardas terem seus alojamentos para dormir, vários deles, inclusive eu, dormíamos nas celas. Ficávamos horas intermináveis questionando os “coletes pretos” sobre o que deveríamos fazer caso acontecesse isso ou aquilo, eram criadas situações hipotéticas, rotineiras e conflitantes para resolvermos.

Certa vez questionei os “coletes pretos” de como deveria agir caso algum interno me desacatasse, no pátio de convívio, na frente de mais de 200 presos, eu o arrastaria à força? Chamaria apoio para fazer isso? Abaixaria a cabeça, viraria as costas e sairia do pátio? A resposta que o antigo agente deu foi que primeiro seria preciso manter a calma. Disse também que no cotidiano da cadeia muitas coisas eram ditas de modo subliminar e todo e qualquer tipo de atitude tomada por um preso que alterasse a rotina somente poderiam acontecer com o consentimento do líder ou dos líderes da massa³. Ainda mais alterações desse tipo poderiam refletir sobre os outros presos, por exemplo: o pátio poderia ser interditado para o sol por alguns dias e, dependendo da gravidade da ocorrência, poderia até haver uma

³ Frequentemente tornam-se líderes os presos de alta periculosidade, com poder de mando em função de seu crime, tempo de cadeia, poder de ação violenta, filiação em facções criminosas, etc.

retaliação maior, inclusive com o uso da força Policial, que normalmente mostra-se rigorosa e chega a atingir presos que não participaram da situação. Outros ainda poderiam sofrer sanções disciplinares, o que, conseqüentemente acarretaria complicação na ficha carcerária de cada interno envolvido, ocasionando maior dificuldade para esse(s) preso(s) conseguir juridicamente benefícios para progressão de regime⁴.

Ainda na explicação do agente antigo, se o preso fosse enquadrado em infração grave prevista na Lei de Execução Penal, ele perderia os dias remidos⁵ caso tivesse trabalhado, por isso a atitude isolada de um preso no pátio poderia ocasionar muitos problemas para o preso, inclusive de ordem física, como risco de morte. A atitude do guarda diante desse fato, alega o “colete preto”, é procurar dizer frases como: *“fulano, os outros presos não são obrigados a voltarem às celas por uma ação sua”*; *“ou você sai do pátio ou acaba o banho de sol para todos”* ou então: *“fulano, assumo seus problemas, não faça quem não mereça pagar pelos seus erros”*. Ao observar a atitude do guarda, a massa carcerária provavelmente intimidaria o preso percussor do problema, podendo até dizer frases como: *“quer ir pra grupo vá sozinho, maluco”*, que significa dizer: se quer se complicar, não envolva os outros que não querem. Ou então, *“ai mano, não trouxe ninguém pra cadeia não”*, que significa dizer: você veio preso porque você praticou um crime, não fui eu quem te incriminei, você assumo seus erros. Ou também: *“ai mano, se eu ficar sem meu adianto, o bicho pega pro teu lado”*, querendo dizer: se eu ficar sem receber minha visita social e íntima, não poder fumar, não poder tomar sol, você está morto, etc.

Parece inacreditável, mas esse procedimento como resposta funciona de fato. Até porque, na maioria dessas situações o interno envolvido quer, na verdade, sair do pátio, possivelmente em função de alguma pressão psicológica sofrida de outros presos. Contudo, a cadeia é um local machista, o preso não pode pedir “seguro”⁶. Pois sabe que com tal atitude ele será acusado somente de ter cometido uma falta disciplinar e, conseqüentemente, terá de sair do pátio, dando a entender que não pediu seguro.

Outra pergunta feita aos antigos funcionários foi a seguinte: *“O que fazer em uma situação na qual um preso acabou de esfaquear outro interno levando-o à*

⁴Progressão para o regime semiaberto, livramento condicional e alvará de soltura são todos expedidos pela Vara de Execuções Penais, que leva em consideração o histórico carcerário do preso.

⁵ A cada três dias trabalhados, o preso ganha um dia a menos no total da sua pena.

⁶ Pedir proteção física dos demais presos para a equipe de guarda.

morte?” A resposta foi não fazer nada. Falou ainda que caso fosse presenciado algum esfaqueamento, o preso envolvido iria, espontaneamente, entregar-lhe a faca, talvez até lavada do sangue do outro preso ferido mortalmente. Para o entrevistado, os presos acreditam que tal atitude é honrosa e para mostrar que era suficientemente capaz de responder pelo ato praticado em razão do insulto sofrido. Por outro lado, caso nenhum guarda presenciasse o esfaqueamento, seria possível que outro preso não envolvido no crime se apresentasse para responder pelo crime ocorrido (forçadamente na maioria das vezes) por medo, dívida, etc. Disso, recomendou-se jamais tentar sozinho segurar o preso que está agredindo, pois nesse momento ele estará fora de seu estado de razão e poderá possivelmente te agredir também.

Na segunda quinzena do mês recebemos na Unidade 60 presos trazidos de Curitiba; oriundos, em sua maioria, da Penitenciária Central do Estado (PCE). Estes presos, diga-se de passagem, eram de altíssima periculosidade, já trabalhavam em setores idênticos aos que trabalhariam na PEM em outras unidades por onde haviam passado. Tinham praticado quase todos os tipos de crime, desde sequestro e roubo a banco, até latrocínio e formação de quadrilha, dentre outros. Usualmente, nas unidades antigas o que sempre credenciou o preso a trabalhar em setores de trabalhos na cadeia era justamente o seu “currículo” no crime, ou seja, sua “periculosidade” e o tempo de prisão.

Isso faz com que esse preso possua dentro desse meio social o respeito que os demais presos dedicavam. Todavia, é preciso a indicação do chefe de segurança da unidade para seu ingresso no trabalho. Nesse caso em particular, esses presos já eram conhecidos do atual chefe de transição da PEM, devido ao fato de ter ocupado também a chefia de segurança da Penitenciária Central do Estado.

Esses 60 primeiros internos foram trazidos para iniciar o funcionamento do setor de alimentação (S.A.), que corresponde à cozinha, padaria, almoxarifado e à lavanderia; setores de serviço que são primordiais para o funcionamento do cotidiano da unidade. Eles seriam responsáveis pela alimentação de todos os 360 internos da unidade, além da alimentação do corpo de funcionários (direção, administração, técnicos e seguranças). Foi implantado um cardápio variado e inspecionado por nutricionistas do Estado e da Secretaria de Saúde da cidade. Servia-se café da manhã, almoço, lanche da tarde (para os funcionários), jantar e

lanche noturno (para os guardas). A capacidade da cozinha era de 2 mil refeições/dia e da padaria de 1.800 pães/dia.

Com a chegada desses presos de Curitiba, o setor de alimentação da PEM começou a funcionar. O que caracteriza o histórico desses presos, nas gírias da cadeia, é que são os chamados de presos “piolhos”, “cadeieiros velhos”, isso por terem “puxado” muito tempo de prisão e, conseqüentemente, tendo feito ou visto alguém fazer tudo o que se pode imaginar dentro dos presídios.

Também havia uma distinção na forma como eles tratavam os funcionários mais antigos (coletes pretos) e os novos (coletes laranja). Perante os “coletes pretos”, tinham um comportamento; e diante dos “coletes laranja”, principalmente quando esses estavam a sós, tinham outro. A fisionomia mudava para mais despojadas, as palavras não eram medidas antes de serem ditas, os gestos sempre ameaçadores, a ironia e o deboche também se faziam constantes e de modo absurdos. Era compreensível essa situação devido à inexperiência e o próprio medo dos “coletes laranjas” frente a essas novidades. Nesse sentido, foi providencial e necessária a intervenção dos agentes antigos e experientes. Certa vez, relatou-se a um deles a seguinte situação: Determinado preso havia ameaçado, de forma sutil, o funcionário, por esse ter surpreendido o mesmo estragando alimento vindo do almoxarifado e destinado às refeições, com os seguintes dizeres: *“Tenho vários aliados (amigos) na rua que racham comigo (ajudam-me), o senhor mora em tal lugar, não mora ?”*

Isso fez com que a chefia de segurança reunisse todos os presos, orientando-os que não seriam admitidos desacatos aos guardas novos e que, além de sofrerem sanções disciplinares previstas na Lei de Execuções Penais, poderiam incorrer na possibilidade de voltarem para Curitiba, o que eles não desejavam por vários fatores: os seus familiares moravam na região, queriam manter o distanciamento dos desafetos perigosos, a assistência jurídica e as acomodações eram de melhor qualidade do que de onde vieram, entre outras atenuante que a PEM proporcionava diante das outras unidades de origem deles.

Em meados de abril, após o cumprimento de praxe das devidas comemorações e discursos das autoridades, chegou, enfim, o momento de receber os presos que superlotavam distritos Policiais dos municípios vizinhos que fazem parte da área de jurisdição da Vara de Execuções Penais de Maringá (VEP). Os guardas novatos jamais tinham visto tamanho aparato Policial. Ônibus cheios de

presos condenados algemados uns aos outros e nos próprios Policiais, viaturas Policiais parando o trânsito, homens armados com armas de grosso calibre, sirenes ligadas, carros de reportagens e uma grande quantidade de repórteres. Enfim, a “matéria-prima” do agente penitenciário chegava para se instalar nas dependências do presídio: os presos.

Os Policiais militares e civis já acostumados com o ambiente ditavam ordens aos presos até o pátio de visitas. Dali em diante os “coletes pretos” tomavam para si o comando, direcionavam os presos e seus pertences para um lado e para o outro a fim de que os guardas novatos os identificassem e posteriormente realizassem uma minuciosa revista pessoal em seus pertences, com objetivo de conduzi-los para as celas. Nesse momento, foi posto em prática aquilo que foi ensinado no curso de formação de agente e durante as conversas com os funcionários mais experientes. Para conhecimento, o curso de formação teve a duração de 30 dias e com uma grade curricular que continha as seguintes matérias teóricas: Direitos Humanos, Gerenciamento de Crises, Relações Humanas, Estrutura Organizacional, Ética Profissional, Teorias de Segurança, Saúde e Higiene, Combate a Incêndio, Primeiros Socorros e Direção Defensiva e Ofensiva.

Em todo esse processo de qualificação, o que eu achei mais importante e interessante foi a somatória da teoria e prática no dia a dia do trabalho. Pude perceber quão difíceis e complexas são as relações humanas entre preso e funcionário, preso e preso, funcionário e funcionário. Na verdade, o cotidiano do trabalho em uma unidade penal é realmente um eterno gerenciamento de crise. A grande maioria dos presos que chegava nunca havia cumprido pena em penitenciária, somente em comarcas⁷, o que acarretava um pavor e uma incógnita muito grande para todos (funcionários e presos). Alguns presos chegavam arredios e nervosos. Por vezes, sob efeito de álcool ou de drogas, portavam materiais indevidos, prejudiciais à integridade física das pessoas e da estrutura do presídio.

Diante desse cenário, foi preciso identificar e reter esses objetos, como por exemplo, cintos com fivela de ferro, sapatos altos que possuíam ferro em sua estrutura e que pudessem esconder algo, agulhas, livros de capa dura, botijão de gás (2 Kg), “rabo quente”⁸, garrafas térmicas, cordas, latas, panelas, talheres de

⁷ Distrito policial da cidade onde o preso fica recluso. Geralmente marcado por uma disciplina menos rigorosa em relação aos presídios do Estado.

⁸ Usado pelos presos como fogão para ferver água, etc.

metal, chaves “michas”⁹, televisores, rádios e outros aparelhos eletrodomésticos. Tudo era retido e revistado. Quanto à devolução desse material, só acontecia caso o objeto apreendido não fosse ofensivo à segurança de pessoas e da estrutura física da unidade e de quem o possuísse. No caso de eletrodomésticos, esses somente com apresentação de nota fiscal ou termo de doação.

Para os presos portadores de remédios, eram feitas entrevistas junto aos mesmos, averiguando qual a necessidade do uso do medicamento. Em caso de doença grave, não havia a interrupção da medicação. Deixava-se o mínimo para ele e o restante era retido e na sequência repassado ao setor de saúde, para que fosse feito um diagnóstico pelo médico, responsável por afirmar a necessidade da continuidade ou não do tratamento.

Na primeira revista pessoal dos presos e em seus pertences, foram encontradas drogas (maconha) junto aos pertences ou (às vezes) em sua posse. Esse tipo de ocorrência direcionava imediatamente o preso a um cubículo de isolamento celular e, posteriormente, o seu deslocamento para a delegacia de polícia para procedimento de abertura de inquérito Policial por porte de substância entorpecente. Como agravante de tudo isso, chegavam em média de 50 a 100 presos por dia. Surgiam, no momento de recebê-los, ocorrências de que alguns presos decidiam ofender, desacatar e até agredir funcionários, seja por estarem drogados ou com o intuito de mostrar aos demais presos alguma superioridade.

Notamos o processo de admissão que, segundo Goffman (2001), também leva a outros processos de perda e mortificação do eu:

[...] Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupa da instituição, dar instruções quanto as regras, designar um local para o internado [...] O momento em que as pessoas da equipe dirigente dizem pela primeira vez ao internado quais são suas obrigações de respeito pode ser estruturado de tal forma que desafie o internado a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre. Por isso, os momentos iniciais de socialização podem incluir um “teste de obediência” ou até um desafio de quebra de vontade; um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe (GOFFMAN, 2001, p. 26).

⁹ Chave artesanal que serve para abrir qualquer tipo de fechadura.

Recordo-me de um caso específico em que, durante a revista pessoal feita nos presos recém chegados na unidade, foi solicitado aos mesmos que retirassem as roupas do corpo. Alguns se recusavam, alegando não serem homossexuais e haviam aqueles mais alterados que chegavam a agredir com socos e pontapés os funcionários. Outros ainda ironizavam a determinação do guarda com piscadas de olhos, sorrisos sarcásticos, etc. A consequência dessa atitude era o encaminhamento do interno para a galeria de isolamento e, posteriormente, para o julgamento e sanção disciplinar cabível.

Passado esse processo de recepção e alojamento dos internos, que durou cerca de 30 dias, a PEM entrou em funcionamento total, iniciando o convívio de pessoas de vários níveis sócio-econômicos, com estruturas familiares únicas, diferenças culturais, preconceitos, objetivos pessoais, objetivos profissionais, valores morais e concepções de vida diferentes uns dos outros. Todas essas pessoas somadas eram em torno de 550 (entre elas presos, guardas, direção, administrativos e técnicos) no mesmo ambiente.

Cotidianamente as atividades da PEM se davam de acordo com os seguintes horários e ações:

Horários e Atividades das Equipes

08h00 – sai um ônibus do terminal urbano central de Maringá com destino à PEM, conduzindo funcionários.

08h45min – a equipe que chega se reúne a fim de definir o posto de trabalho de cada agente penitenciário. A chefia das equipes é composta por: 2 (dois) auxiliares de segurança, 1 (um) inspetor e 3 (três) vigilantes que repassam verbalmente para sua equipe as ocorrências do plantão anterior. Informa também os cuidados e as atividades que aconteceram no decorrer do dia de trabalho. Feito isso, o grupo que chegou assume rendendo o grupo que está saindo, sempre nessa sequência: equipe ALFA rende equipe CHARLIE; equipe CHARLIE rende equipe BRAVO e, por sua vez, a equipe BRAVO rende a equipe ALFA.

09h00 – as equipes recebiam as celas abertas; atualmente, somente os presos do semiaberto são liberados os demais ficam dentro da cela aguardando liberação pela equipe que entra.

11h15min – a equipe encerra as atividades na escola e nos setores de serviço, com exceção do setor de alimentação (cozinha, padaria, almoxarifado e lavanderia) para retornarem às galerias de origem, que são sete no total.

11h30min – com o auxílio da chefia da Dised e da inspetoria, os presos do setor de cozinha efetuam a distribuição das refeições para todos os outros presos da Unidade que em 1996 era feita em “bandejões” de ferro e colheres de metal, com o passar dos tempo trocou os bandejões por vasilhas e colheres plásticas e atualmente, a alimentação é servida em marmitex por uma empresa contratada pelo Estado.

12h00 – inicia-se, no refeitório dos funcionários, o almoço dos guardas e técnicos. Os guardas revezando nos postos, podendo tão somente almoçar, escovar os dentes e retornarem aos postos de serviços.

13h00 – a equipe de segurança retira os presos dos pátios de sol, conduzindo-os aos seus setores de trabalho, escola e atendimento técnico (assistência social, atendimento psicológico, atendimento médico e odontológico, etc). Observa-se aqui um detalhe importantíssimo: sempre e por quantas vezes se fizerem necessárias todas as saídas de internos do pátio para setores, e dos setores para o pátio, como também dos cubículos para o pátio de sol, é feita uma busca pessoal (revista) no interno e nos pertences que carrega.

16h30min – a equipe encerra os trabalhos nos setores de serviços, encerrando também os atendimentos técnicos, conduzindo-os às suas respectivas galerias.

16h40min – fecha-se toda a cadeia, com exceção do setor alimentação (S. A.).

16h45min – o ônibus sai da PEM com destino à região central de Maringá (terminal urbano), conduzindo somente os técnicos e administrativos; permanecendo na Unidade as equipes de segurança.

17h00 – é distribuído o jantar dos presos (Obs: tanto o almoço quanto o jantar são efetuados no pátio de sol).

17h30 – é feito novamente o revezamento dos guardas para efetuar o jantar no refeitório.

19h00 – término da escala diurna; inicia-se a escala noturna.

20h30 – encerram-se os setores de cozinha padaria e lavanderia, pelo grupo de prontidão junto com a chefia de segurança, conduzindo os presos aos seus devidos cubículos.

04h00 – o guarda de prontidão acende o fogo no fogão no interior da cozinha, afim de ferver a água para fazer o café que será servido aos presos e funcionários.

04h30min – o guarda de prontidão acorda a chefia de segurança e juntos liberam de dentro das selas os presos que trabalham na cozinha, padaria e lavanderia.

06h00 – a chefia e a guarda de turno, juntamente com outros quatro presos, realizam a entrega do café para todos os presos (pela portinhola).

06h30min – alvorada e café da manhã dos guardas.

07h00 – início da faxina interna realizada pelos presos do setor de manutenção e de limpeza (corredores, alojamentos, escola, recolhimento de lixo, etc).

07h30min – início da soltura geral dos presos, tanto para os pátios de sol, como para escola, demais setores de serviços e cursos.

08h45min – Troca de equipes. Uma vai embora descansar e outra assume o plantão de serviço.

Os dias que se sucederam à chegada de todos os presos foram permeados por uma mistura de ansiedade, alegria, curiosidade, empolgação e, principalmente, medo. Medo de ser feito refém, de morrer, de ter de agir, de falar, de errar – uma grande tensão. Alguns meses antes do término do período de transição foram escolhidos, pelos “coletes pretos”, vários agentes que integrariam os grupos de chefia das equipes de segurança. Essas equipes se constituíam hierarquicamente das seguintes formas e funções:

(I) Chefe de Segurança: uma pessoa subalterna somente à direção, a quem deve repassar problemas e soluções relacionados à segurança de visitantes que adentram a unidade penal, dos funcionários e presos, além da observância na disciplina dos internos e nas instalações prediais, entre outras.

(II) Auxiliares de Segurança: duas pessoas por equipe, responsáveis diretos pelas ocorrências diárias. Responsáveis pelos direcionamentos das ações feitas no plantão: levantamento de informações, determinação de ordens à inspetoria em relação a funcionários e internos, além de serem os “olhos” do Chefe de Segurança no fundo da cadeia, entre outras ações.

(III) Inspetor: uma pessoa por equipe, responsável pelos relatórios, documentos referentes a guarda e presos, escalas de serviços dos funcionários, entrada e saída de pessoas na unidade, direcionamento de reforços de postos, comunicação de alteração de funcionários (faltas, atestados, mudanças de postos).

Encarrega-se, também, pelas ações rotineiras da cadeia: pagamentos de alimentação aos presos, entre outras atividades relacionadas aos funcionários da equipe.

(IV) Vigilantes: três por equipe (braços direito do inspetor). Responsáveis diretos pela execução das tarefas diárias relacionadas aos presos, rendição de funcionários no horário de refeições, acompanhamento de pessoas visitantes interna e externamente à Unidade.

Os critérios de escolha destas equipes ficam todos a cargo dos antigos agentes que usaram como suporte a experiência de vida, desempenho e adaptação profissional. Feitas as escolhas, é iniciada uma nova etapa de trabalho.

Antes de dar prosseguimento, é preciso esclarecer o seguinte: existe um mundo à parte dentro das muralhas e, especialmente, o convívio entre presos e funcionários, sobretudo entre presos e agentes penitenciários, em que observamos formas de interação muito particulares. Goffman (2001) descreve a diferenciação desses dois grupos distintos dentro da instituição total:

[...] presumivelmente, todas essas restrições de contatos ajudam a conservar os estereótipos antagônicos. Desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração. (p. 20).

Devido ao estado de clausura do preso, o funcionário – em especial o agente penitenciário – passa a representar para o preso o elo entre ele e a liberdade. Quer seja a representação do Estado, da sociedade, o exemplo a ser seguido de moralidade, de justiça, de responsabilidade, de idoneidade, entre outros. O agente penitenciário, mais do que qualquer outro funcionário, por estar mais próximo ao preso em todas as horas do dia e da noite e em todas as situações como doenças, particularidades, desavenças com outros presos, por ter acesso junto a eles de todos os seus problemas jurídicos, psicológicos, familiares, etc., acaba por exercer a função de um assistente social, um psicólogo, um médico, etc.

O agente penitenciário é observado e analisado pelos presos todo tempo. Sua honestidade, seu profissionalismo, o respeito dedicado aos seus familiares, pertences pessoais e até mesmo as ações rigorosas tomadas com o propósito único de manter a disciplina na unidade. Isso fortalece (ou não) essa relação do preso com o funcionário e demais internos.

São retirados da posse dos presos dentro da unidade e guardados em um cofre na sala da chefia de segurança os objetos de valor como anéis, relógios, correntes, pulseiras e dinheiro; ação essa que foi comunicada ao juiz corregedor dos presídios de Maringá. O objetivo desse procedimento era evitar que ocorressem negociatas e roubos entre os próprios presos. Lembro-me que, certa vez, retirei de um determinado preso um anel de latão, mais de três anos passados e em razão da expedição do alvará de soltura, esse mesmo interno, devido ao término de sua pena, antes de ganhar as dependências da rua, me exigiu de volta o anel que materialmente nada valia, mas que a ele pertencia e se lembrava perfeitamente qual funcionário o reteve.

É importantíssimo que, por menor que seja a quantia ou por mais insignificante que seja o objeto do preso, ele deve ser devolvido ao seu dono ou a sua família, caso não possa esse objeto entrar na unidade, se cercado com o devido cuidado de recibos. A esse respeito, existe uma “Constituição” promulgada entre os presos, e essa “lei” tem que ser seguida nos seus mínimos detalhes, cabendo a quem não cumpri-la o risco e custo de pagar com a própria vida. O modo como se comportar na cela, nas horas das refeições, no pátio, na forma de se comunicar com os demais presos e com os funcionários, faz com que sejam os presos bem vistos ou segregados entre si. Algumas dessas “leis”, as quais eles seguem, por exemplo: O preso que vai se alojar num cubículo é obrigado a pedir licença para entrar, se não fizer isso terá problema; o preso condenado por estupro, ou considerado delator não pode sentar junto aos outros presos de artigo diferentes como latrocidias, homicidas, ladrões, etc. No caso de uma rebelião, se algum preso tiver que ser sacrificado com a pena de morte, certamente será um dentre esses casos.

O preso que adquirir dívida financeira ou de outra ordem com outro preso dentro da unidade, ou que já possuía antes de ser condenado e não pagar, fica sujeito a obrigações nada comuns: carregar objetos não autorizados na unidade, drogas celulares, etc.; seus familiares são obrigados a trazerem dinheiro, alimentos, drogas e outras coisas para os demais presos.

O preso que tiver algum familiar desrespeitado ou molestado por outro preso ou funcionário tem a obrigação de matar os ofensores, caso contrário, perderá o respeito perante os demais presos. Na hora das refeições dentro do cubículo ninguém pode usar o banheiro para evacuar ou urinar. Se o preso porventura fizer

isso, sua sanção será com certeza uma grande surra. Se um preso chamar outro por nomes como moço ou moçada, é a mesma coisa que chamá-lo de homossexual. Para provar que é heterossexual, o ofendido é obrigado a matar ou agredir o acusador. Essas são algumas das “regras” – entre outras – impostas por essa “Constituição” dentro da cadeia.

Todas essas regras executadas pelos presos que já se encontram na unidade penal e que o interno novato tem o quanto antes de aprender, Goffman aponta em sua obra:

O Novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral* (grifo do autor), uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele (GOFFMAN, 2001, p. 24).

Retomando a fase de transição, fui um dos escolhidos para assumir o cargo de chefia, primeiramente como vigilante, dias depois como auxiliar de segurança. Recordo-me que não aceitei de imediato, pois tinha um medo enorme de errar, colocar alguém em risco, fosse funcionário ou preso. Trata-se de uma função extremamente estressante e que não paga gratificação.

Essas indicações de auxiliares eram feitas pelos “coletes pretos”, como já dito. Aqueles escolhidos tinham a denominação de “cria” (preferido) do agente antigo. Trabalhávamos em horários diferentes dos outros guardas. Enquanto eles faziam 24 horas de trabalho por 48 horas de descanso, nós fazíamos expedientes todos os dias, das 08h00 às 18h00, inclusive sábados e domingos. Cabe ressaltar que o horário que corresponde das 8h00 às 17h00 é o mais preocupante, mais complexo, mais arriscado de trabalhar, até porque durante a noite todos os presos estão trancados e o maior problema que se pode ter é entre seis presos alojados numa cela e que, teoricamente, é mais fácil de solucionar do que 360 deles circulando pelos pátios, corredores, setores de serviço e atendimento técnico.

Como auxiliares, andávamos durante todo o expediente lado a lado com os antigos agentes, procurando captar tudo que pudessemos de suas experiências

profissionais, observando a forma de tratamento que eles mantinham com os presos, os gestos, a fala, a forma de levantar informações, as astúcias do trabalho. Entrávamos juntos no convívio (pátio) dos presos. Era estranho e assustador, mas empolgante.

Ainda mantinha-se o clima irônico e de menosprezo por parte dos presos em relação aos “coletes laranjas”, inclusive aqueles que todos sabiam que seriam efetivados como chefes. Os agentes antigos deixavam bem claro as dificuldades que encontraríamos e nos orientavam muito a cada dia sobre como se daria logo após o retorno deles às suas unidades de origem. Com certeza absoluta, os presos iriam testar todos os funcionários e efetivamente quem estivesse mais próximo deles: a guarda. E nos colocariam à prova, o que na gíria da cadeia significa “*medir a febre*”.

Conforme esse dia ia chegando, todos nós, “coletes laranjas”, ficávamos “amarelos” de preocupação, para não dizer apavorados de medo. Coelho (2005), pesquisador do sistema prisional do Rio de Janeiro, descreve em sua obra *A Oficina do Diabo* a relação guarda-presos – um dilema de papéis:

A relação guarda – preso está condicionada por um fator estrutural peculiar às prisões: do lado da administração, o guarda é virtualmente o único interlocutor cotidiano do preso ou pelo menos é aquele ao qual o acesso é, em princípio, mais fácil e imediato. A despeito disso, a frequência das interações entre ambos é baixa. [...] Mas, para além de todo controle explícito ou da força do código, está o fato de que efetivamente o guarda representa e simboliza tudo o que oprime o preso, ou tudo que o preso experimenta, com negligência, frustração, carência e opressão. Conseqüentemente, o guarda constitui o alvo imediato de sua hostilidade e a interação entre ambos será frequentemente áspera (COELHO, 2005, p. 108).

Os guardas antigos também proporcionaram situações que nos engrandeceram muito profissionalmente, como por exemplo a visita à Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), que já estava em funcionamento há dois anos. Participamos como observadores da primeira revista feita naquele presídio com o auxílio da Polícia Militar, o que particularmente me propiciou maior conhecimento, assim como a oportunidade de rever velhos amigos de farda. Proporcionou-me ainda maior conhecimento das unidades de Curitiba (PCE, Ahú, Presídio Feminino, CPA, CMP) suas instalações, a forma de trabalho, os “vícios” e “hábitos” dos guardas antigos em relação ao serviço, as formas que os presos se comportavam etc.

A lei de Execuções Penais legisla sobre a forma pela qual devem ser tratados todos os presos do sistema prisional do país. No entanto, é no mínimo curioso como ela é seguida de maneira diferenciada nas diversas unidades penais. Em cada uma delas, toma-se medidas que tem uma especificidade única, particularizada e que melhor funcionar à unidade. Há certa individualidade funcional de cada equipe de segurança e de cada cadeia em administrar as formas de cobrar a higiene, a disciplina, a forma de montar e distribuir os setores de serviço dentro da unidade, os critérios de alojamento dos presos por galeria, etc. O que diferencia radicalmente cada unidade prisional do Estado e o que os presos denominam como ideologia da cadeia¹⁰.

Há outro fenômeno que ocorre no interior da atuação nos presídios chamado “prisionização”, que atinge tanto presos quanto funcionários. Diz respeito a alguns vícios ou manias que esses adquirem ao longo do tempo de convivência dentro das unidades prisionais. Alguns exemplos são o uso constante de gírias, gestos com as mãos, caminhar de um lado para outro, etc. É necessário que todos se policiem sempre para que esse efeito seja minimizado.

Um fator preocupante também são as alterações de ordem psicológica, que atingem funcionários como um todo, mas com muito mais frequência o agente penitenciário: a Síndrome de Burnout¹¹. Muitos agentes passam a ter comportamentos considerados anormais: como nervosismo excessivo, Síndrome do Pânico¹², estresse, uso demasiado do tabaco, ingestão de álcool, drogas.

Cristophe Dejours (2009), em sua obra *A loucura do trabalho*, aponta as dificuldades passadas pelo trabalhador para administrar sua qualidade mental no trabalho, bem como suas consequências e alternativas:

Quando o limiar coletivo de tolerância não é ultrapassado, pode acontecer que um trabalhador, isoladamente, não consiga manter os ritmos de trabalho ou manter seu equilíbrio mental. Forçosamente, a saída será individual. Duas soluções lhe são possíveis: largar o trabalho, trocar de posto ou mudar de empresa. São as fórmulas encobertas pela rotatividade. A segunda solução é representada pelo

¹⁰ Os presos definem por ideologia da cadeia a forma como eles agem e pensam seus valores morais, de hierarquia e convívio. Essa ideologia é denominada por eles de cadeia.

¹¹ Trata-se de uma síndrome decorrente do estresse laboral crônico, resultado de uma insatisfação permanente com o trabalho, exaustão emocional e perda de comprometimento entre os interesses do local de trabalho.

¹² Condição mental que faz com que o indivíduo tenha ataques de pânico esporádico, intenso e recorrente. Pode ser controlado com medicação e psicoterapia.

absenteísmo. Mesmo sabendo que não está propriamente doente, o operário esgotado e a beira da descompensação psiconeurótica não pode abandonar a fábrica sem maiores explicações. O sofrimento mental e a fadiga são proibidos de se manifestarem numa fábrica. Só a doença é admissível. Por isso, o trabalhador deverá apresentar um atestado médico, geralmente acompanhado de uma receita de psicoestimulantes ou analgésicos. A consulta médica termina por disfarçar o sofrimento mental: [...] na medida em que se procura não-somente o deslocamento do conflito homem-trabalho para um terreno mais neutro, mas a *medicalização visa, além disso, a desqualificação do sofrimento, no que este pode ter de mental* (DEJOURS, 2009, p. 121. Grifo do autor).

O grau maior ou menor da prisionização varia de indivíduo para indivíduo. O tempo de serviço é um agravante, mas também tem a ver com a estrutura emocional da pessoa. Aqueles funcionários sob maior efeito dessas transformações de comportamento estão sujeitos a práticas relapsas e de riscos para com ele e os demais funcionários. Há casos em que o funcionário se comporta como preso: modo de falar, de andar, gesticular com as mãos, entre outros. Alguns não se preocupam com a segurança de todos, inclusive a própria. Há os que tomam medicamentos fortes avaliados pelos médicos e há casos de agentes que sofreram traumas irreversíveis em razão de rebeliões ocorridas em que ficou como refém. Isso com certeza é uma situação que sugere um trabalho específico com os funcionários por parte da Secretaria de Justiça, como da iniciativa da Direção da Unidade, objetivando qualidade de vida dos trabalhadores e da saúde mental e física dos elementos do quadro de funcionários atuantes nessa difícil – mas necessária – tarefa de reinserção do preso ao convívio social.

O investimento em dinâmicas que trabalham o lado psicológico dos funcionários e a redefinição das escalas de serviço, como as de atividades de lazer, podem contribuir muito para solucionar ou ao menos amenizar o problema.

Se já foi amedrontador a “nossa” unidade nova, com um número expressivo de funcionários e com uma lotação que nunca ultrapassava o limite de 360 presos, com instalações prediais e logísticas em perfeitos estados, imaginem as unidades em Curitiba, com suas instalações prediais antigas, reerguidas após várias rebeliões, abarrotadas de presos muito acima do limite de suas capacidades, com uma disciplina quase inexistente, com guardas sem identificadores (crachás, coletes, camisetas), por muitas vezes usando o linguajar dos presos (gírias) e que dificultava,

até mesmo, distingui-los dos internos. Com certeza essas experiências serviram para direcionar da melhor forma possível os trabalhos na PEM.

Aliás, descrevo aqui o que para mim é um dos detalhes mais importantes desse universo prisional ao qual os presos denominam “ideologia da cadeia”: a eterna disputa por espaço, travada entre os funcionários (em especial o guarda) e os internos; disputa essa que pode ser surda e silenciosa, ou gritante e violenta, mas sempre incessante. Para os presos, quanto menos disciplina, regras e censura e mais indisciplina melhor. Para os funcionários, quanto mais obediência, higiene, respeito às regras e às disciplinas melhor. Por isso a criação e cumprimento das Leis de Execuções Penais são extremamente importantes.

Aponto como um pequeno exemplo dessa luta por espaço dentro da cadeia uma simples troca de olhares entre presos e guardas, ao fixar o olhar nos olhos de um guarda por alguns segundos, o preso espera que o funcionário, ao invés de encará-lo e questioná-lo, abaixe o olhar, demonstrando medo, o que pode valorizar a atitude do preso perante a massa carcerária, uma vez que todos os outros presos podem estar observando tudo. Porém, se o guarda encará-lo sem desviar o olhar e repreendê-lo verbalmente, o preso automaticamente perceberá que o guarda não o teme e se ele continuar com essa atitude de desrespeito, será sancionado por infração de indisciplina.

Digo isso porque sabíamos que quando acontecesse a saída definitiva dos “coletes pretos” da PEM para as suas unidades de origem, seria preciso que nós fizéssemos o alicerce, a estrutura funcional e uma diretriz de ações, a qual apoiáramos todo nosso trabalho. Também era certo que teríamos um “confronto” por parte dos presos que queriam “dominar a cadeia”. Presos esses, já mencionados anteriormente, antigos de cadeia, de alta periculosidade, de fama violenta no sistema, que queriam ditar regras para funcionários e outros presos novos no sistema.

O esperado, o inevitável, o previsível dia, enfim, chegou. Fomos chamados pela manhã na sala da direção, onde nos reunimos com o diretor Dr. Tadeu Rodrigues, seu vice Dr. Wilson Neduziaque, o então Coordenador do Departamento Penitenciário (DEPEN) Dr. Cezinando Paredes, todo o grupo de chefia dos “coletes pretos” e os sete auxiliares de segurança de “coletes laranja”. Desses últimos, um foi escolhido para chefe de segurança e os demais foram efetivados como auxiliares.

A rapidez com que as informações internas e externas da unidade chegam aos ouvidos da massa carcerária é algo a ser destacado. Os canais de informações são vários, visitas que os presos recebem, além de rádio, televisão, cartas enviadas e recebidas, conversas de funcionários ouvidas pelos presos, etc. A partir da constatação de que os “coletes pretos” deixaram a unidade, os trabalhos passaram a ser direcionados por nós, os “coletes laranja”, e era preciso mostrar competência e profissionalismo.

Em cada procedimento tomado pelos guardas – fosse liberar o preso do cubículo para o pátio, revistá-lo ou conduzi-lo ao atendimento junto aos técnicos da unidade, conduzi-los às salas de aula, realizar a contagem ou repreendê-los por alguma conduta indisciplinada – era motivo suficiente para que eles testassem a guarda. Era como se previamente já tivessem em comum acordo tramado isso. No entanto, havia um consenso geral dos funcionários: trataríamos cada ocorrência de forma séria, responsável e profissional. Se por um lado acontecia um desacato, uma ofensa, uma ironia, uma ameaça de rebelião ou de atentado contra a integridade física do funcionário dentro ou fora da unidade prisional, havia uma conduta profissional e rigorosa para solucionar o mal, alicerçada sempre na Lei de Execuções Penais no sentido de fazê-lo cumprir os deveres e obrigações que a lei impõe a ele, enquanto homens condenados e transitado em julgado no decorrer do cumprimento de sua pena.

Em cada transgressão cometida por qualquer interno, fosse ele “piolho” (preso antigo) ou “jurão” (preso novo), executavam-se os trâmites legais, ou seja: o interno era conduzido ao “isolamento celular”, onde ficava à disposição do Conselho Disciplinar da Unidade, que funciona como um tribunal, dando amplos direitos de defesa ao preso. Esse conselho é composto por um advogado de defesa do preso, um psicólogo, um assistente social e um pedagogo que atendem ao preso, juntamente com o chefe de segurança e o diretor da unidade (o então presidente do conselho), oferecendo, de acordo com a sentença em que se enquadrar a atitude do preso na LEP, a condenação por falta leve, média ou grave. Sendo assim isolado, ou se absolvido, permanecendo no convívio com os demais. A respeito do Conselho Disciplinar, vale a pena conferir o que determina o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná e a Lei de Execuções Penais – LEP, de 1984, a respeito do mesmo:

Do Regime Disciplinar:

Art. 51 - Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

Art. 52 - Não haverá confinamento ou qualquer medida que contrarie o objetivo da promoção da saúde física e mental, de ressocialização e da capacidade produtiva, ou que atente à dignidade pessoal do preso ou do internado.

Art. 53 - Nenhuma sanção disciplinar será imposta em razão da dúvida ou mera suspeita.

Art. 54 - São proibidos, como sanções disciplinares, os castigos corporais, clausuras em celas escuras, sanções coletivas, bem como toda punição cruel, desumana, degradante e qualquer forma de tortura.

Art. 55 – A falta que importar em responsabilidade penal será comunicada a autoridade competente, sem prejuízo da sanção disciplinar cabível.

Art. 56 – O preso que concorrer para a prática de falta disciplinar incidirá nas sanções a ela cominadas.

Art. 67 – O conselho Disciplinar, existente em cada estabelecimento, será composto por um secretário, que é relator, quatro técnicos e um defensor, sendo presidido pelo diretor.

§ 1º- Os técnicos serão, respectivamente dos setores de psicologia, serviço social, laborterapia e pedagogia.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria de votos.

§ 3º - Somente terão direito a voto os técnicos e o diretor.

§ 4º - O representante da divisão de segurança será ouvido obrigatoriamente (Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná).

Disposições Gerais

Art. 44. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º São vedadas as sanções coletivas.

Art. 46. O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

Art. 47. O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares (LEP/1984).

A determinação do Conselho Disciplinar é soberana e caso haja uma sanção disciplinar a ser aplicada ao interno, ela é comunicada de imediato à Vara de Execuções Penais de Maringá, mais especificamente ao Juiz Corregedor – maior responsável pela vida carcerária do preso. E assim sucedeu durante os primeiros anos da Unidade.

Para tornar o convívio entre os presos e os agentes penitenciários o mais pacífico possível, foi preciso modificar alguns comportamentos e rotinas funcionais que os internos e os funcionários antigos mantinham entre si e no cotidiano das atividades das unidades prisionais de onde eles haviam vindo. Condutas desrespeitosas entre eles, concepções paradigmáticas de conduta dentro da cadeia, formas contratuais que por tempos vigoraram dentro das cadeias, não só nas unidades do Paraná, mas por todo o Brasil e pelo mundo. Nesse sentido, a LEP serviu como um escudo legal. Citarei alguns costumes e o que foi feito para transformar ou tentar fazer do convívio entre todos o mais humano possível.

NA FORMA ANTERIOR: o preso chegava à Unidade e era alojado em qualquer cela. Não se falava muito com ele, não havia interesse em saber do seu histórico criminal, quem eram seus desafetos, conduta carcerária, entre outras coisas.

Na PEM: o preso é recepcionado pelo chefe de segurança e seus auxiliares. Realiza-se revista pessoal rigorosa tanto nele como em seus pertences. São retirados anéis (exceto alianças de casamento), correntes, relógios e tudo o que tiver de valor, como também o excesso de roupas e calçados (existe uma quantidade específica de roupas e calçados que podem ficar com o preso), evitando assim negociatas e “acharques”¹³. Preenche-se um recibo do material retido, que é conferido pelo preso e entregue aos familiares para serem levados embora o quanto antes. As roupas que são permitidas entrar vão direto para a lavanderia, para serem lavadas e passadas, evitando a proliferação de percevejos, pulgas, sarnas trazidas de outras unidades. O interno recém-chegado recebe um quite de higiene (sabão, sabonete, escova e creme dental, barbeador, toalha de banho, papel higiênico), tem seu cabelo cortado e após o interno é entrevistado pelo chefe de segurança, que lhe expõe as regras e os procedimentos da unidade, fornecendo-lhe uma cópia da LEP. Procura-se conhecer se algum preso tem problemas de ordem médica ou social, para que ele o tenha mais rapidamente resolvido. Outros problemas, como “desafetos” com outros presos, também são objeto de investigação para melhor administrar sua estadia na PEM. Tais informações são detectadas no decorrer da entrevista inicial entre o preso e a chefia de segurança.

¹³ Ação de tomar forçadamente pertences de outro; furto, roubo dentro da unidade prisional.

Após este procedimento, o interno é alojado por um prazo de até 30 dias, isolado dos demais presos, para cumprir o período de triagem. Durante esse período investiga-se o seu histórico criminal e ele recebe atendimento jurídico, médico, social, psicológico, dentário, etc. É nesse momento que o guarda vai conhecer o preso, tirar informações importantes e esclarecedoras sobre sua conduta carcerária e criminal. Tira dúvidas do preso e da segurança e o orienta a fim de que ele não crie transtornos para si e para a Unidade como um todo.

NA FORMA ANTERIOR: os presos escolhiam galerias e até mesmo celas para ficarem, separavam-se por crimes praticados. Isso porque rejeitavam determinados tipos de crimes. As celas eram superlotadas e não havia uma vistoria constante nas estruturas físicas do prédio ou vistoria pessoal do preso. Não se cobravam higiene e nem disciplina (não só dos presos, mas também dos funcionários). Não havia parcerias com outras instituições, públicas ou privadas, no sentido de uma melhor maneira de ressocialização do preso.

NA PEM: todas as galerias têm utilidade e propósitos definidos; servem como uma progressão do preso durante sua estadia na unidade. Isso porque alguns pátios são fisicamente maiores que outros. Algumas galerias têm acesso a atividades variadas (cursos profissionalizantes, escola de ensino fundamental e médio, setores de serviço, atividades festivas e comemorativas, e outras atividades), enquanto outras não dispõem desses privilégios.

São sete galerias que compõem as dependências da PEM, nelas os trabalhos são objetivados para os seguintes fins:

7ª Galeria – Abriga inicialmente os internos que chegam à Unidade para ficarem isolados dos demais presos. Abriga, também, aqueles presos que já passaram por todo o processo de “progressão” e que por um motivo ou outro não se adaptaram com o convívio dos demais, infringiram as regras e foram, por isso, sancionados. Nesse caso ele é submetido em função da disciplina a um processo de regressão, retornando para a sétima galeria. A Sétima galeria possui 10 cubículos, com capacidade e lotação para seis presos por cela.

1ª Galeria – Recebe os presos logo após a triagem, dependendo do seu comportamento. Nessa galeria, ainda não há trabalho para todos, mas o interno já tem o acesso à escola e a cursos profissionalizantes. Tal galeria possui dez cubículos, com capacidade e lotação para seis presos por cela.

2ª Galeria – Destinada a isolar dos demais presos os internos sancionados pelo Conselho Disciplinar da Unidade (Falta regida pela LEP) e, em caso extremo, aloja os internos que, por motivos de doença contagiosa, não tenham nenhuma condição de convívio com os demais presos. Esse procedimento de isolar o preso é imediatamente informado ao juiz da Vara de Execuções Penais de Maringá. Essa galeria possui sete cubículos, com capacidade para duas pessoas cada.

3ª Galeria – Trata-se uma das quatro galerias que, juntamente com a 4ª, 5ª e 6ª, possuem um pátio onde os internos ficam liberados por mais tempo. São presos com comportamento adequado e que podem viver em convívio com os demais. Alojados em dez cubículos, seis pessoas por cela, encontram-se nessa galeria os 60 presos responsáveis pelos trabalhos no setor de alimentação da Unidade.

4ª Galeria – Possui dez cubículos com capacidade e lotação para seis presos por cela. Os presos dessa galeria são responsáveis pelos trabalhos nos setores de lixamento de jeans, serigrafia, sacolas, restauração de livros, setor de artesanato, etc.

5ª Galeria – Essa galeria possui dez cubículos com capacidade e lotação para seis presos por cela. Abriga 60 presos responsáveis pelo setor de faxina interna e externa da unidade.

6ª Galeria – Galeria composta por dez cubículos com capacidade e lotação para seis presos por cela. Esses presos são responsáveis pelo setor de horta, jardinagem e reciclagem de lixo da Unidade.

Cabe aqui observar que as quatro últimas galerias citadas, além de um pátio maior para tomar sol, são em sua maioria setores de trabalho. Todos os presos aqui alojados podem estudar, participar de cultos religiosos, como também de cursos profissionalizantes e outras atividades que a unidade proporciona. Outro aspecto muito importante é que todos esses setores em que os presos prestam serviços são remunerados, além de receberem uma quantia em dinheiro por mês, denominado (pecúlio)¹⁴, os presos recebem também remissão de pena (a cada três dias trabalhados, ganham um dia de remissão). Teoricamente, essas vantagens fazem

¹⁴ Quantia em dinheiro depositada pelo DEPEN em conta para o preso que presta serviço em setores da unidade. Atualmente o valor é de R\$30,00. Esses valores estão à disposição do preso quando ele sair em liberdade.

com que os presos nessa situação se empenhem para não perdê-las, pois caso isso ocorra, ele voltará para a 7ª Galeria, onde iniciará todo o processo novamente.

Não há também na PEM alojamentos de presos em galerias específicas, criadas para separar presos que praticam determinados tipos de crimes como estupro, por exemplo, ou presos ameaçados de morte por outros presos devido a problemas particulares. Essas alas são chamadas no sistema carcerário de “alas de seguro”.

Na PEM todos os presos são obrigados a conviver juntos, independentemente do tipo específico de crime que cometeu, do tempo que se encontra preso, sua cor, religião e periculosidade. Toda e qualquer infração cometida por presos e que abarque a Lei de Execuções Penais no que diz respeito a deveres e obrigações, são averiguados pela segurança com o objetivo de ser elucidados. Com o único intuito de esclarecer os fatos e punir os verdadeiros culpados, já que no cárcere é uma constante presos que não cometeram infrações serem obrigados a assumirem falta alheia. Entretanto, é sabido que em algumas unidades vários desses critérios não são levados em consideração, dificultando o esclarecimento real dos fatos e a punição dos verdadeiros culpados.

Cobra-se aquilo que está previsto na Lei de Execuções Penais, a higiene do preso (cabelos e unhas cortadas, barba feita, roupas) como também dos cubículos (arrumação das camas, limpeza do chão e das paredes, proibição de estoque de alimentos perecíveis, etc.). Possuímos um trabalho acompanhado e assessorado pela Secretaria da Saúde de Maringá, no controle e combate a insetos – ratos, percevejos, pulgas. São ministradas palestras junto ao preso para que possam contribuir ou auxiliar os trabalhos nesse sentido. Um exemplo é coleta de sobras de alimento do almoço e do jantar, que antes eram jogados na rede de esgoto – ajudando na proliferação de ratos –, e hoje isso não acontece mais, graças à criação do setor de serviço responsável pela coleta diária dessas sobras de alimento.

São feitas revistas diárias nos cubículos para verificar as instalações, a fim de coibir danos na estrutura e a posse de materiais que possam ofender a integridade física dos presos ou de funcionários, além de uma constante revista pessoal no preso quando de seu deslocamento de um setor para outro na unidade.

NA FORMA ANTERIOR: Não havia atendimento imediato das necessidades básicas do preso, fossem de ordem jurídica, psicológica, da assistência social e de saúde.

NA PEM: A unidade está estruturada com ambulatório médico e dentário, farmácia própria, salas para atendimentos jurídicos, psicológicos, de assistência social e salas de aulas. Conta também com profissionais qualificados nessas áreas específicas em atendimentos que são prestados de segunda a sexta-feira em horários de expediente. Com exceção dos profissionais de entidades e órgãos públicos de outras secretarias, todos os outros funcionários foram efetivados mediante aprovação em concurso público específico para cada área. A formação e a quantidade de técnicos encontram-se listadas assim:

Assistência social: três profissionais voltam-se ao atendimento dos problemas de ordem familiar, documental e relacionados à visita do preso; **Psicologia:** três profissionais assistem ao desenvolvimento psicológico dos presos dentro da unidade, procurando auxiliá-los nesse tempo em que estarão cerceados de sua liberdade, realizam acompanhamento em relação à abstinência de drogas, depressão, estresse dentro da unidade, etc.; **Psiquiatria:** um profissional; **Dentista:** dois profissionais; **Médico:** um profissional; **Enfermeiras:** duas profissionais; **Advogados:** quatro profissionais que ocupam-se dos problemas relacionados às questões jurídicas dos presos, desde que ele não tenha advogado particular; **Professores:** Ao todo, 12 profissionais da rede pública de ensino lecionam em nível de 1º e 2º graus, além de outros profissionais convidados a ministrarem cursos profissionalizantes vindos de outras instituições ou entidades da comunidade maringaense (SEBRAE, SENAI, SENAR, Prefeitura, Ongs, Sociedade Civil, entre outros).

NA FORMA ANTERIOR: em relação à divisão de segurança, nota-se certo descaso no processo de acompanhamento diário individual do preso, o desinteresse em seus problemas e nas suas atitudes dentro da cadeia.

NA PEM: a partir do momento que o preso adentra à unidade, ele é cercado de um rigoroso acompanhamento, seguido de muito diálogo, ajuda e cobrança se for o caso. O preso é observado 24 horas: nos pátios de convívio, nos dias de visitas junto aos seus familiares e amigos, no tratamento com funcionários e demais presos. Ele é ajudado ou cobrado de acordo com sua disciplina e interesse. Atitudes tomadas a favor ou contra os internos visam uma melhor convivência entre todos os

envolvidos nesse processo, quer seja um ambiente mais humano e mais justo possível. Assim, cada particularidade é discutida com todos os setores da unidade, junto da participação do diretor do presídio.

NA FORMA ANTERIOR: devido a vários fatores, as unidades não conseguiam manter sua capacidade de lotação nos níveis que a estrutura física permitia.

NA PEM: graças a um trabalho árduo, muito desgastante e, especificamente, político da direção da unidade junto a Corregedoria dos Presídios, Secretária de Justiça e Segurança Pública do Estado, não se extrapolou o limite da população carcerária. Os cubículos mantêm sua capacidade original de seis presos por cela.

NA FORMA ANTERIOR: os funcionários que trabalham diretamente com os presos (agente penitenciário) são esquecidos e pouco valorizados.

NA PEM: por ser uma profissão extremamente estressante, o guarda sofre uma tensão diária agravada pelas questões salariais. O apoio às questões psicológicas fora do serviço com o auxílio do CESUMAR, UEM, ACIM e escola penitenciária procuram amenizar essa difícil tarefa. Um aspecto interessante de se observar é que a grande maioria dos agentes possuem cursos superiores, sendo graduados pela Universidade Estadual Maringá (UEM) ou em outras instituições. Sem dúvida nenhuma, o conhecimento intelectual auxilia na formação de ideias construtivas e proveitosas dentro da unidade. Infelizmente a Escola Penitenciária (ESPEN) quase nada faz para ajudar nessa questão. Quase não existem trabalhos direcionados aos funcionários que atuam nas unidades do interior do estado, ficando, portanto, a iniciativa a cargo dos próprios funcionários da PEM.

NA FORMA ANTERIOR: o corpo funcional das unidades, normalmente, cai na rotina do dia a dia.

NA PEM: desde os primeiros meses de funcionamento da unidade criamos rotinas relacionadas ao cotidiano dos presos e dos funcionários e em relação às instalações físicas que possuíamos. Foram inovações no tratamento e acompanhamento aos presos, sempre com vistas à segurança e ao cumprimento das regras que a Lei de Execuções preconiza. Com o auxílio da direção, dos agentes de segurança, dos profissionais técnicos dos diversos setores da unidade e, posteriormente, com a ajuda importantíssima na área de segurança de um agente antigo, o qual fizera parte do grupo de transição e que por razões pessoais fixou residência em Maringá, colaborando efetivamente conosco nas resoluções de

dúvidas e problemas referentes à disciplina e conduta dos presos e, sobretudo, em todas as atividades cotidianas da PEM.

Essas descrições dizem respeito a uma realidade vivenciada no início do funcionamento da unidade. Porém, 16 anos se passaram e muita coisa mudou. Hoje o que se vê é um cenário diferente do anterior e as pessoas envolvidas nesse processo também se modificaram. Desmotivaram-se, conformaram-se e, talvez, não acreditem mais no propósito do seu trabalho. Dois casos podem exemplificar tais mudanças: o primeiro aponto como a entrada pela primeira vez – e, se não me falha a memória, a única vez – que foi recolhido preso um interno da alta sociedade, pessoa de posse de bens elevados, além de ser político influente em Maringá e no Estado.

Lembro que em uma rendição de equipe (passagens de turno das equipes) ocorrida dias antes da anunciada remoção deste preso, um agente fez um desabafo – ou talvez um desafio ou quem sabe uma premonição – na exata descrição da palavra¹⁵: a PEM se manteria a mesma após a chegada desse preso. No dia 2 de janeiro de 2003, data de entrada do preso em questão, a unidade possuía sete anos de efetivos trabalhos, sendo respeitada pelo trabalho que desenvolvia junto aos presos, mantendo relacionamento de parceria com a comunidade externa, valorização e motivação dos funcionários.

A unidade era temida, mas também respeitada pelos presos mais complicados do sistema prisional do Estado, não porque era desumana, mas por tratar os presos da mesma forma: com respeito e disciplina. Os presos de alta periculosidade sempre procuram ter privilégios dentro da cadeia e esse tratamento igualitário dispensado aos internos, de certa forma, era um insulto para eles que se viam enquanto superiores a determinados crimes e criminosos (por exemplo, o estuprador). Goffman (1961) observa em sua obra *Manicômio, prisões e convento*, o que acontece quando é dispensado um tratamento democrático aos internados:

[...] Deve-se notar que ao suprimir dessa forma as diferenças externamente válidas, a instituição Total “mais dura” pode ser a mais democrática, e, na realidade, o fato de o internado saber que o tratamento que recebe não é pior do que seus companheiros (GOFFMAN, 1961, p. 106).

¹⁵ Correspondente no “Novo Dicionário do Aurélio” (Estado especial de imunidade ou resistência a uma infecção. [Cf. *premonição*.])

Com a chegada desse preso (digamos “influente”), desde o primeiro minuto algo mudou na PEM. O preso veio conduzido pela Polícia Federal de Maringá, no banco traseiro (não no camburão), sem algemas e foi desembarcado na revista de veículos¹⁶ da unidade. Seus pertences foram carregados pelos federais e entre eles havia um clima de companheirismo e amizade. Acontece, porém, que os presos são desembarcados em local mais a dentro da unidade, sempre algemados para evitar uma fuga, já que ali é um local próximo ao portão de entrada da PEM. Eram trazidas duas malas grandes, cheias de roupas de marca. Mas existia uma quantidade certa de roupas autorizadas a entrarem com os presos. Na separação dos pertences que ficariam na unidade, os agentes Federais prontamente manifestavam-se para levá-los de volta para entregar aos familiares do presos em questão.

As palavras firmes do agente penitenciário que determinava as ordens ao preso – (no caso, eu) – parecia que ofendiam os agentes federais que bajulavam o preso. Essa reação causou estranhamento na guarda, confesso que esperei uma reação dos agentes federais, pois, premeditava uma resposta à altura para tanta bajulação. Ato seguinte, ao sair do local de revista pessoal, houve a convencional conversa com o referido preso repasse das “*normas da casa*”. A frase que fiz questão de frisar era de que ele era igual a qualquer outro preso que se encontrava alojado naquela unidade prisional. Ainda expõe que, mesmo antes do término desta entrevista, sabia-se que havia advogados na sala da Direção, exigindo uma perícia médica determinada pelo Juiz Corregedor. (O Diretor foi obrigado a telefonar para o médico da unidade solicitando que viesse até lá, uma vez que seu horário de trabalho terminara e ele não se encontrava mais no estabelecimento).

Possuíam, ainda autorizações por escrito da VEP, determinando a entrada de colchão diferenciado (a alegação dos advogados era que o seu cliente sofria de dores nas costas em demasia) além de determinar ainda acesso imediato a televisão e travesseiro, sendo que o procedimento de autorização de TV aos demais presos ocorre somente após o período de triagem, que corresponde de 0 a 30 dias, e travesseiros eram proibidos aos outros presos em função da dificuldade de revista.

Foi concedido ainda com determinação também judicial, que ele fosse alojado em cubículo isolado dos demais presos até posterior ordem judicial. Como essas situações eram atípicas da divisão de segurança, pois poderiam causar problemas

¹⁶ Espaço na entrada da unidade inapropriada para desembarcar o preso, é um local tão somente para revistas de veículos que adentram a unidade.

com a massa carcerária que reivindicariam os mesmos benefícios, fui questionar o Diretor e a resposta foi: “Não posso impedir, são determinações judiciais. Temos que cumprir”.

Esse não foi o maior problema gerado com a vinda desse preso. O que veio depois trouxe mudanças ainda maiores. O preso em questão, muito inteligente e prestativo, conseguiu rapidamente implante de trabalho na biblioteca da unidade. Recebia visita de políticos estaduais e federais. Certa vez, em pleno corredor, recebeu um abraço fraterno do promotor que lhe acusava; sua maior contribuição “negativa” para o processo de transformação da unidade era ter conseguido “cativar a amizade de alguns agentes”. Amizades essas que burlavam regras de conduta há muito tempo seguidas por todos. A partir de então, a exceção passava a ser regra.

O segundo episódio marcante para a transformação da rotina da unidade foi a mudança alçada pelo Decreto n. 2471, publicado pelo Governo do Estado em 2004, referente à escala de serviço dos guardas em todas as unidades prisionais do Estado, passando de 24 horas de trabalho por 48 horas de descanso, a 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, conforme explicação a seguir:

As equipes se mantiveram intactas na sua formação durante todo esse tempo, com rara exceção de um caso ou outro, o que significa dizer que durante oito anos as pessoas se relacionaram intensamente dentro e fora da unidade, a grande maioria dos agentes era solteiro na época. Nesses anos que se passaram quase todos casaram, tiveram filhos, separaram, se tornaram padrinhos uns dos outros, casaram novamente e tudo isso foi acompanhado por todos. O grupo era unido porque na vida privada também se relacionavam. Quando surgia um problema na unidade, além da forma profissional de resolvê-lo, tinha o afeto e a preocupação pessoal das pessoas por conhecer, também, mães, pais, esposas, filhos e filhas.

Com a mudança de escala, das três equipes que havia, o efetivo foi transformado em quatro grupos. Primeiro, as turmas foram separadas e as equipes mescladas, com isso os vínculos profissional e pessoal adquiridos há anos foi afetado, o que se agravava com o surgimento dos “amigos do preso” apresentados acima, dos quais sabiam da existência, mas não sabiam quem eram. Segundo, diminuiu o efetivo da segurança que já era defasado. Duas equipes trabalhavam somente durante o dia (7h00 às 19h00) e as outras duas somente a noite (19h00 às 7h00). Quem trabalhava no período diurno mantinha a rotina cotidiana da cadeia, correndo os riscos inerentes de ter uma cadeia “solta” e tendo que desempenhar

mais pela falta de efetivo. Quem trabalhava no horário noturno não podia e nem devia fazer muita coisa a não ser a vigilância, pois o número de guardas era muito baixo, insuficiente para abrir uma cela. Caso fosse preciso, a orientação era que somente em caso extremamente excepcional isso fosse feito (e com o auxílio da Polícia Militar).

Nesse sentido, era preciso solicitar viaturas da rua para não correrem o risco de serem feitos reféns. Os presos, cientes dessa fragilidade operacional, passaram a provocar os guardas, usar sem cerimônia drogas nos cubículos, coagir colegas de celas. Com isso, a indisciplina foi aflorando na cadeia, e o que demorou anos para se construir, em poucos meses foi desconstruído. O cansaço físico, mental e psicológico do agente, causado em função de estar mais vezes na cadeia, colaborou para que ocorresse a fuga de 15 presos desta unidade prisional; mais uma vez, a exceção virou regra.

Nos dias atuais, a PEM possui uma população carcerária mais jovem do que se via antes, a ligação de grupos criminosos ou a expansão de facções dentro da unidade têm incitado a indisciplina – ou por imposição do medo ou por conluio – procurando adquirir espaços e privilégios dentro da unidade. A saída de funcionários do sistema penitenciário para outras profissões e a não reposição do quadro tem dificultado os trabalhos. A falta de um maior comprometimento das Direções e órgãos responsáveis pelo tratamento penal dispensado aos presos como a VEP (caso do regime semiaberto obrigatório na PEM), Promotoria Pública, Familiares de presos, etc., compromete (e por vezes) dificulta o trabalho de reinserção do apenado. Sem contar a falta de investimento em logística e tecnologia para auxiliar os trabalhos da segurança. Necessário ainda um trabalho de inteligência atuando dentro e fora da unidade penal e em conjunto com os demais órgãos de segurança pública para benefício comum, sem isso, criam-se lacunas para se desenvolver e alcançar melhores resultados no tratamento penal.

Doze anos após a inauguração da PEM, foi criado o Centro de Detenção Provisória de Maringá. Abaixo, passo a descrever esse momento marcante na história das prisões da cidade, no intuito de analisar a importância desta unidade penal no tocante ao tratamento penal dispensado aos presos atendidos e sua contribuição na diminuição da superpopulação da 9ª SDP e demais cadeias da região.

4 CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MARINGÁ

O Centro de Detenção Provisória de Maringá (CDPMGÁ) foi inaugurado em 9 de junho de 2008, no Governo de Roberto Requião – PMDB (2003-2010), que teve como Secretário Estadual de Justiça e Cidadania o Desembargador Jair Ramos Braga, e na época o Prefeito Municipal de Maringá era Silvio Magalhães Barros.

O presídio consiste na 24ª unidade prisional construída no Estado, e se caracteriza por ser um estabelecimento Penal de Segurança Máxima, com capacidade para alojar 960 internos do sexo masculino, em regime provisório. Sua competência é a segurança e a custódia “temporária” de pessoas à espera de decisão da Justiça, no que se refere ao seu processo criminal.

Localiza-se na divisa das cidades de Maringá e Paiçandu, a 50 metros da sua unidade prisional co-irmã e de regime fechado, a Penitenciária Estadual de Maringá. Entre essas duas unidades prisionais será inaugurada, em breve, a unidade de regime semiaberto (Colônia Penal) – obra que atualmente está em estágio avançado de conclusão. As três unidades juntas formarão o complexo penal da cidade de Maringá. Formado por três unidades prisionais de regimes prisionais distintos; fechado (PEM), provisório (CDP) e semiaberto (CP), as três unidades estarão literalmente ligadas estruturalmente entre si, pois estarão na mesma área, separadas apenas por muralhas.

O CDP conta com uma área total de 26.230,86m, sendo que possui uma área construída de 8.406m². Sua estrutura física é composta de:

- 160 cubículos, com capacidade para 6 presos cada;
- 10 solitárias;
- 18 galerias;
- 16 Pátios;
- 02 Refeitórios;
- 01 Consultório Médico;
- 01 Consultório Odontológico;
- 02 Enfermarias.

Seu quadro funcional contou, inicialmente, com um total de 174 funcionários, a saber:

- 121 Agentes Penitenciários Masculinos;
- 16 Agentes Penitenciários Femininos;
- 08 Agentes profissionais (3 psicólogas, 2 assistentes sociais, 1 médico, 1 psiquiatra e 1 dentista);
- 26 Agentes de Execução/ Saúde (1 enfermeiro, 4 auxiliares);
- 03 Cargos de Comissão (Diretor, Vice-Diretor e Chefe de Segurança).

Como funcionário do sistema prisional do Paraná desde 1996 e atuando como agente penitenciário na PEM desde sua inauguração, me foi estendido pelo então Diretor desta unidade, Dr. Antonio Rodrigues Tadeu, um convite para ser o responsável pela Divisão de Prontuários e Movimentação (DIPROM) da nova unidade que estava prestes a inaugurar. Essa divisão é responsável por toda a movimentação de presos da unidade: saída ou entrada de presos, cadastramento e organização dos prontuários dos presos alojados na unidade. Aceitei o convite, depois de um prazo de reflexão, pois há 13 anos exercia a função de agente, “fundão de cadeia”, como dizem aqui. Já cansado, aceitei enveredar pelo trabalho burocrático. Esclareço que esse convite me foi feito devido à respeitosa observação desse diretor em relação ao meu descontentamento profissional, logo após a fuga de 15 presos da PEM, na madrugada do dia 24 de março de 2008.

No dia 4 de junho de 2008, eu e mais dois funcionários recém contratados começamos efetivamente os trabalhos no Centro de Detenção Provisória de Maringá (CDPMGÁ ou CDP), sendo em função desta minha ocupação que otimizei o trabalho de campo e a observação participante, que passo a descrever a seguir:

Na data de 24/11/2010, o Centro de Detenção Provisória de Maringá sofreu uma alteração de nomenclatura, passando a chamar-se Casa de Custódia de Maringá (CCM), de acordo com o descrito no decreto n. 8839/2010, publicado no Diário Oficial n. 8349, de 24/11/2010.

Da mesma forma como no início dos trabalhos da PEM, quando a equipe de transição foi formada por agentes lotados nas unidades prisionais da capital do Estado, incumbidos de ensinarem os trabalhos aos agentes novos, formou-se uma equipe de transição de agentes da própria PEM para essa mesma tarefa na CCM. Foi acordado com o Departamento Penitenciário do Estado que esses funcionários voltariam para sua unidade de origem logo após cumprirem esse período de

trabalhos, situação que não ocorreu totalmente até hoje, ou por vontade própria do servidor que se adaptou a CCM ou em função da mudança de nome à frente da Secretaria da Justiça e Cidadania.

Diferentemente dos agentes da PEM, que eram todos novatos quando adentraram no sistema prisional, os agentes da CCM possuíam experiência funcional no sistema, em média de dois a três anos, devido ao fato de terem sido aprovados em concurso público para trabalharem na CCM. Porém, com a demora da conclusão predial da nova unidade, eles foram otimizados em unidades prisionais de diferentes regiões do Estado, inclusive na própria PEM. Essa situação comporia um fator crucial para o futuro funcionamento da CCM.

Um mês antes de começar a receber os presos da 9ª SDP e da região metropolitana, os agentes assumiram a unidade para fazer o mesmo trabalho de limpeza que foi feito na PEM: tirar ferros expostos, apontar e consertar irregularidades encontradas na estrutura predial, pintar paredes já que algumas foram derrubadas e modificadas em seu projeto inicial, marcar faixas no piso para indicar locais de saída e de entrada – uma vez que a unidade é grande, sendo muito fácil ficar sem saber se você está saindo ou indo mais para o interior. Organizaram o material de higiene pessoal que seria disponibilizado aos internos, definiram as equipes, articulando a melhor estratégia para receber os presos e alojá-los nas galerias e celas, objetivando diferenciá-los por crimes, reincidência, regime, periculosidade e facções distintas.

Nesse momento, a chefia da CCM, em contato com o responsável pela carceragem da 9ª SDP, acertaram uma maneira de identificar os presos, uma vez que inicialmente seriam recebidos presos somente daquele estabelecimento, que na época contava com mais de 568 presos. Os funcionários da 9ª SDP conheciam todos os presos ali recolhidos, seus crimes praticados, periculosidade, etc. Sabedores também do comportamento disciplinar de cada um deles, a maneira era a seguinte: todo preso recolhido na delegacia possuía uma ficha cadastral preenchida com seu nome, foto, crime(s) praticado(s) e outros dados pessoais. O chefe da Nona então mandou algumas dessas fichas antes para a divisão de segurança da CCM, identificando-as uma a uma, assinalando à caneta uma cruz, logo acima da foto, caso o preso em questão fosse “problemático” para a segurança. Com duas cruzes o preso que era de maior periculosidade ainda do que o que possuía uma cruz, com três cruzes a mesma situação em relação aquele que

possuía duas e assim sucessivamente. Alguns presos não possuíam nenhuma cruz, portanto, tratava-se de um preso disciplinado. Outros, por alguma razão, eram marcados pelo funcionário da Nona com mais de 10 cruces. A equipe de transição objetivava principalmente seguir aquilo que, na sua interpretação, foi assertivo na PEM, já que a equipe de servidores era originalmente lotada naquela unidade prisional. Em contrapartida procuravam descartar as ações equivocadas lá tomadas.

Como responsável pelo setor de prontuário e movimentação e contando somente com dois colegas de trabalho, tínhamos também que criar estratégias para identificar os presos, tirar fotos e cadastrá-los no sistema informatizado do Estado. Também fazia parte do trabalho receber ofícios direcionados à unidade, escrever e enviar ofícios da unidade, receber e confeccionar documentos de escoltas de saídas de presos para audiência, atendimento médico, além de dar cumprimento aos alvarás de soltura encaminhados às pessoas aqui presas, tarefa essa que viria a ser uma das mais árduas e até motivo de uma ameaça de prisão por desobediência à justiça, feita em “manuscrito” pelo então Juiz Corregedor a esse pesquisador, enviada por *fac-símile*.

De comum acordo com a Vara de Execuções Penais de Maringá, na pessoa do Juiz Corregedor, responsável absoluto pela entrada e saída de todos os presos nas três unidades prisionais da cidade, Delegado chefe da Subdivisão Policial e Direção da CCM, acordou-se que o estabelecimento receberia vinte e cinco (25) presos por dia para cumprir a estratégia acima especificada. Nos dois primeiros dias assim ocorreu. No terceiro, atendendo pedido feito pela Nona, o Juiz autorizou a entrada de trinta (35) presos ao dia. Menos de duas semanas depois, a CCM já recebia mais de cinquenta (50) presos ao dia, até a sua completa lotação, o que desarticulou todo planejamento da Divisão de Segurança, assim como a da Divisão de Prontuário que, além de ter pouco efetivo funcional, possuía pouca experiência em cadastrar, fotografar, tirar impressões digitais, preencher ficha cadastral dos presos, registrar e incluir a entrada do preso na unidade e no sistema informatizado do Estado.

Sem tal inclusão no sistema informático, não há como saber se o preso está alojado na unidade e, caso esteja, não se saberá em qual cubículo e galeria ele se encontra. Ou seja, não se tem qualquer outra informação referente a ele. Agravante desse processo ainda é o fato dessas informações também servirem para alimentar

os trabalhos das outras divisões da unidade: assistência social, jurídica, psicológica, médica, odontológica, psiquiátrica e divisão de segurança.

Um grande transtorno judicial se deu por conta da transferência dos presos da 9ª SDP e demais cadeias da região para a CCM em relação ao fato de que todos os documentos referentes aos presos (Mandado de Prisão, Cartas Guias, Prontuários individuais, dados de ordem processual, Audiências para condução do preso ao Fórum de Maringá ou outras comarcas da região, encaminhamento dos presos para Hospitais, Velórios, entre outros documentos) foram enviados para as comarcas antigas, onde os presos estavam recolhidos. Isso fez com que o Diretor da CCM, por sua vez, não conduzisse os presos para esses compromissos processuais, por não ter em mãos a determinação judicial necessária. Às vezes, muitos documentos eram enviados para a CCM sem que o preso estivesse recolhido na unidade, causando tremendo desgaste dos funcionários e direção da CCM com os servidores do judiciário. Os casos de Audiências, Mandados de Prisões e Alvarás de Soltura merecem aqui um comentário mais amplo:

As audiências, quando marcadas para realização no fórum, requerem toda uma reunião das partes envolvidas no crime: juiz, promotor, escrivão, oficial de justiça, advogado de defesa e acusação, familiares da(s) vítima(s), testemunhas, aparato Policial para condução e segurança, quando não da aglomeração da imprensa no local, faltando apenas para completar o cenário o réu, que está preso. Sem ele não acontece o julgamento. E como mandar esse preso para o compromisso se a unidade não tiver conhecimento com antecedência dessa remoção? Era o que acontecia na CCM.

Além de contatos pessoais ou por ofícios com todas as Varas Criminais de Maringá e região e Delegacias, foi necessário remeter quase que diariamente listas atualizadas dos presos que ali estavam recolhidos para prevenir esse imbróglio. Outra dificuldade referente ainda às escoltas de remoção dos presos foi a quantidade de presos removidos diariamente para compromissos externos. Muitas vezes, por não haver espaço no veículo de condução da CCM, com capacidade para 8 internos, a direção da unidade requereu ao micro-ônibus do 4º Batalhão de Polícia Militar. Porém, os presos em suas audiências possuíam horários e locais distintos. Alguns precisavam estar no hospital, outros no Fórum, outros em Sarandi e, lembrando, há também a necessidade de sempre haver um Policial na companhia

do preso para evitar fuga. Essa dificuldade ainda persiste, por haver números insuficientes de efetivo Policial em Maringá para fazer as remoções, segurança das muralhas e o trabalho preventivo de rua.

Quanto aos Mandados de Prisão, o maior problema é aquele anteriormente comentado: a existência de uma lacuna entre sua expedição e seu registro para conhecimento dos interessados. Exemplo claro ocorreu quando, ao verificar todos os antecedentes de um preso que havia recebido Alvará de Soltura na CCM, não constou na averiguação dos dados nenhum motivo que pudesse manter o interno favorecido preso. Consequentemente, o mesmo foi posto em liberdade. No dia seguinte à sua liberação, chegou um Mandado de Intimação (M.I) requerendo que a pessoa em tela comparecesse à uma audiência de julgamento no Fórum de Maringá, ou seja, ele deveria estar preso e não solto.

Esses casos são entendidos pelo Judiciário não como falha do administrador penitenciário, no caso o Diretor da unidade, já que é o mesmo que assina a autorização de saída no Alvará de Soltura, mas do processo burocrático, ou seja, parece não haver culpado. A pergunta que fica à espera de resposta é: caso esse mesmo preso, que foi indevidamente liberado venha a praticar um crime que comprometa a integridade física ou até leve a morte de outrem, após sua liberação, quem será responsabilizado? Essa situação não é rara em Maringá e nem em outras cidades da região e do Brasil.

No entanto, nenhuma tarefa operacional no DIPROM, inicialmente a inauguração da CCM, foi mais desgastante e complicada do que a de dar cumprimento aos Alvarás de Soltura, encaminhados aos presos recolhidos na unidade. Cabe lembrar que a CCM recebe presos de Maringá e região metropolitana. São mais de 130 cidades, sendo também uma unidade prisional de regime provisório, o que significa dizer que a pessoa inicialmente é conduzida à 9ª SDP de Maringá.

Pessoas acusadas de praticar algum crime ficam aguardando presas o período de tempo estipulado; ou quando da decretação pelo juiz do processo de sua prisão temporária, que é de cinco dias, podendo ser prorrogáveis por mais cinco ou a decretação da prisão preventiva que compreende até 90 dias. Dependendo da “competência” de argumentação jurídica de seu advogado de defesa, a pessoa pode ficar presa por vários dias ou pode ser liberada em poucas horas. Nesse meio tempo, enquanto não é expedido o Alvará, ela pode ser transferida para a CCM, já

que a 9ª SDP, atualmente, realiza uma vez por semana a remoção dos presos que se encontram na sua carceragem. Assim, é preciso respeitar o número de vagas disponibilizadas no momento das transferências, removendo somente o número autorizado pela Direção da Unidade. Ou seja, se porventura 10 presos recebem alvarás de soltura ou são transferidos da CCM no decorrer de uma semana, somente 10 presos são autorizados a serem transferidos da 9ª SDP de Maringá.

Para entendermos como funciona o processo de Alvarás de Soltura é preciso esclarecer seu procedimento: quando da entrada de uma pessoa acusada de algum crime na 9ª SDP, o Delegado imediatamente informa uma das quatro Varas Criminais existentes em Maringá. Esse mesmo procedimento existe em outras delegacias da região, o que difere é o fato de que são notificadas as prisões dessas pessoas às Varas Criminais das cidades que possuem Fórum. Essa notificação gera um auto de prisão e um número referente a ele. Se no decorrer do processo a pessoa receber o Alvará de Soltura, o mesmo deverá conter descrito: nome completo, filiação, data da prisão e o número idêntico ao do mandado de prisão descrito acima. Se a pessoa presa tiver contra ela mais de um motivo (outros crimes praticados), o Alvará de Soltura deverá conter todos os números referentes a cada prisão, bem como todas as datas de prisões às quais foi responsabilizada.

Todavia, o preso em questão pode ter em seu desfavor mandado(s) de prisão em várias Varas Criminais da cidade (que são quatro) da região metropolitana (que são 37) do Estado e até do país, sendo preciso, então, que o responsável pela liberação da pessoa presa tenha conhecimento de todos esses históricos processuais. Também por isso visualizamos a necessidade de uma interação de todas as Varas Criminais do país e, em particular, as Varas Criminais de Maringá e região. Realidade que não ocorre. Uma Vara Criminal não sabe se a pessoa possui mandado de prisão em seu desfavor nas demais Varas. Existe um programa denominado “Oráculo” que deveria conter todas essas informações, porém, por falta de alimentação, por falta de pessoal ou de estrutura (ou tudo isso junto), não são repassadas essas informações ao destino do Alvará de Soltura.

Os mecanismos informatizados que dão, mesmo que de forma inconsistente, a verificação desse histórico processual são o “Polícia Online” – atual “SESP-INTRANET” – a nível do Estado do Paraná, e o “INFOSEG”, Rede Nacional de Segurança Pública-SENASP, de âmbito nacional, pertencente à Polícia Federal. Ocorreu que nós não tínhamos esses acessos, os quais foram disponibilizados um

ano após a inauguração da CCM. Nesse meio tempo era preciso auxílio da 9ª SDP e de Curitiba para promover uma maior tranquilidade e segurança na liberação de cada preso que era beneficiado. Cabe informar, ainda, que Alvarás de Soltura não têm hora específica para serem expedidos (inclusive fora do horário de expediente não era possível ter esse auxílio). Assim, todos os Alvarás de Solturas possuem descritos no corpo de seu texto os seguintes dizeres: “*ponha incontinentemente em liberdade, se por outro motivo não estiver preso*”, pois se uma pessoa está presa e recebe Alvará de Soltura e não for solta, alguém poderá ser responsabilizado criminalmente por mantê-la em cárcere indevido. Portanto, em casos de Alvarás conduzidos nas sextas-feiras após o expediente, o que fazer para averiguar as consultas? Daí a ameaça de prisão do manuscrito encaminhada a mim, anteriormente mencionada.

Em todas as outras unidades prisionais do Estado, os Alvarás eram enviados de forma diferenciada da forma da VEP de Maringá. Nas outras Varas de Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios do Estado, os Alvarás enviados aos estabelecimentos prisionais vinham instruídos na forma como deveria ser dado o seu cumprimento. Cumprimento este “EM TERMOS” que é a forma dada quando o preso em questão possui mais de um processo e recebe Alvará de Soltura de um dos processos que tem contra ele, identificado no documento pela data de prisão e número da ação processual que originou aquela prisão. Neste caso, continua preso por ter outro(s) processo(s) em trâmite judicial ou alvarás emitidos para serem cumpridos de forma definitiva.

Neste caso, configura que a pessoa em questão não possui mais nenhum processo em andamento que possa mantê-lo preso. Importantíssimo salientar que um preso removido para uma unidade prisional, por falta de um advogado que acompanhe judicialmente seu caso, por falhas de alimentação dos sistemas, ainda não tendo nenhum motivo para permanecer preso, pode permanecer por vários anos recolhido. Casos assim já ocorreram na CCM e ocorrem em vários presídios do Brasil.

Um fato que exemplifica a situação relatada acima diz respeito a um determinado dia em que um alvará de soltura chegou via *fac símile* para a DIPROM da CCM em favor de determinado preso. O documento era datado de 32 dias anteriores ao envio. Sabendo que o preso em questão poderia entrar com uma ação judicial cobrando do estado os dias que ficara preso indevidamente e, também,

sabendo que um Alvará de soltura nunca pode sofrer nenhuma alteração de data, segundo o Código de Normas do Judiciário, solicitamos à Vara de Execuções que se manifestasse assumindo a responsabilidade pelo ato, para então darmos efetividade ao cumprimento do referido documento. Assim, a escrivã da Vara Criminal que expediu o Alvará de soltura fez uma declaração assumindo o equívoco. Quanto ao preso, o mesmo foi informado sobre o fato e nem se demonstrou indignado.

Como consequência deste fato, a divisão de prontuário e o Diretor da unidade, ao realizar os seus afazeres, precisa se ocupar tão somente daquilo que lhe compete, não podendo se responsabilizar com o que é inerente às funções do Judiciário de consulta às Varas Criminais do Estado e do País. Toda essa problemática só ocorria aqui na CCM. Comprovamos isso por meio de resposta ao ofício expedido pelo DIPROM/CCM a todas as demais unidades prisionais do Estado.

De fato, o que ocorria em função disso era que os Alvarás enviados a CCM chegavam à unidade de todas as formas possíveis: pelas mãos de advogados, de familiares, via *fac-símile*, por telefone. Houve até um que foi deixado na portaria da unidade sem se saber por quem. Havia aqueles entregues em mãos aos presos após uma audiência no Fórum, quando por lei deve ser conduzido a unidade por Oficial de Justiça. Nesses casos, os presos, sabendo da expedição do Alvará, queriam ser postos em liberdade. Os familiares vinham até a frente da unidade para aguardar a liberação, advogados chegavam com alvarás em mãos de dia, à noite e finais de semana. Por saberem desta dificuldade, muitas vezes tentavam induzir o servidor a cometer erro e liberar o preso. Atualmente o problema persiste, mas algumas medidas foram tomadas para amenizar tal situação, mesmo sabendo-se que há uma inconsistência nesta liberação. Em contrapartida – e em função de vários processos conduzidos pela CCM ao DEPEN – expediu-se determinação judicial pelo Superior Tribunal que a responsabilidade de soltura é de quem está liberando o preso, ou seja, a unidade e não o Judiciário.

Os presos que estavam prestes a serem transferidos da 9ª SDP tentavam desesperadamente uma fuga em massa da delegacia, pois sabiam que a possibilidade de fuga seria mais difícil na nova unidade. O regime na CCM é mais rigoroso. Em relação às visitas dos familiares, aumenta-se a dificuldade em provar vínculos. Caso não seja comprovado, não entram. As revistas a pertences pessoais e nas celas são mais frequentes. É proibido fumar cigarros dentro da unidade (uma

grande maioria de presos fuma). Não é permitido que preso porte dinheiro ou qualquer material de valor, como: corrente de ouro, pulseira, relógios, entre outros, no interior da unidade. Os agentes penitenciários cobram maior disciplina e, principalmente, há falta de espaço físico para a realização de visitas íntimas. Somase a isso o clima de confronto praticamente inerente à relação preso x agente penitenciário.

Nos meses seguintes ao que sucedeu a inauguração da CCM, uma forte divergência profissional entre uma boa parte dos agentes penitenciários, o corpo administrativo e a Direção e Vice-direção ocorreu. O diretor trouxe um agente penitenciário de Curitiba e trocou o então chefe de segurança por esse funcionário, que seria seu “homem de confiança”. Acreditava-se que assim poderia ter maior controle sobre os agentes e sobre a unidade (lembrando que o chefe de segurança são os olhos do diretor no fundo da cadeia). De divergências profissionais, surgiram divergências pessoais. Daí, para iniciar um processo de perseguições, acusações e uma série de processos administrativos foi questão de dias.

Resultado disso foram as mudanças de pessoas de um determinado setor para outro, agentes penitenciários foram trocados de equipes e alguns foram proibidos de entrar na unidade. A direção acreditava que esses agentes estariam torturando presos, o que resultou na exoneração de seis desses. Além disso, o antigo CDPMGÁ foi manchete “negativa” de primeira página quase que todos os dias na imprensa maringaense à época, pois as famílias reclamavam do tratamento dispensado aos presos, e a promotoria, sem saber se o que era dito era verdade ou não, pedia providências emitindo para a Direção da unidade “Autos de Providências”. O Juiz Corregedor e outros Juizes das Varas Criminais distintas criticavam o rigor da CCM em relação às escoltas e aos cumprimentos de Alvarás de Soltura, entre outras.

Os presos, em contrapartida, faziam reivindicações por uma melhor alimentação e maior agilidade na entrada das visitas aos finais de semana. Acusavam e ameaçavam a direção e funcionários caso suas esposas parassem de visitá-los, alegando que a culpa seria dos funcionários por não improvisarem local adequado para a visita íntima. O diretor, devido aos momentos de transição dos presos para a CCM e todo o contexto de documentação descrito acima, acirrou o relacionamento com as Varas Criminais e também com a Vara de Execuções Penais

dadas as cobranças e questionamentos feitos a eles. Situação essa que gerou muito desconforto em tão pouco tempo de efetiva operacionalidade da CCM.

Além disso, esse contexto conturbado na CCM eclodiu na tarde do dia 2 junho de 2008, quando presos de um cubículo começaram a chutar a porta da cela e passaram a quebrar as camas, armando-se de ferros retirados das paredes e ameaçando os agentes de morte caso entrassem na cela. Ato contínuo a isso, os demais presos do estabelecimento, ouvindo a gritaria e em incentivo aos presos daquele cubículo, começaram também a chutar as suas portas, quebrar as camas, provocar algazarra, rasgar e jogar em chamas pelas portinholas dos cubículos os seus uniformes e roupas de cama. A direção da unidade adentrou ao presídio tentando acalmar os presos rebelados e sendo totalmente ignorada por eles, com a iminência de agravar a situação, pois alguns cubículos estavam se abrindo em razão das fortes pancadas. Foi então solicitado pela direção da CCM a intervenção da tropa de choque do 4º Batalhão de Polícia Militar, que, por coincidência, estava naquele exato momento reunida no quartel de Maringá com alguns integrantes da tropa de choque de Curitiba, praticando treinamento de atividade de gerenciamento de crise e intervenção em aglomeração de pessoas.

Bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, cassetetes e o canil foram usados. O barulho alcançava as muralhas da PEM, uma vez que as unidades são próximas, causando preocupação para os agentes de lá, que temiam que os presos ali alojados tomassem o mesmo partido em apoio aos presos da CCM. Alguns guardas daquela unidade vieram em apoio aos guardas da CCM. Por volta das 23h00 tudo estava mais calmo. A PM se retirou da unidade prisional deixando para trás o local silencioso, mas não menos tenso. Presos feridos, alguns em estado grave e as estruturas do espaço danificadas.

O grupo de *Rap* nacional *Os Racionais*, na letra abaixo, retrata uma realidade parecida. Qualquer semelhança não é mera coincidência nas cadeias do Brasil:

[...] ladrões, homicidas, estelionatários, uma maioria de moleques primários. A maioria se deu envolver por causa de cinco ou seis que não tem nada a perder. Era a brecha que o sistema queria. Avise o IML, chegou o grande dia. Depende do sim ou não de um só homem. Que prefere ser neutro pelo telefone. Ratatata, caviar e champanhe. Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe! Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo...quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio!. O ser humano é descartável no Brasil. Como *modess* usado ou bombril. Cadeia? Claro que o sistema não quis. Esconde o que a

novela não diz. Ratatátá! sangue jorra como água. Do ouvido, da boca e nariz. O Senhor é meu pastor... perdoe o que seu filho fez. Morreu de bruços no salmo 23, sem padre, sem repórter, sem arma, sem socorro. Vai pegar HIV na boca do cachorro. Cadáveres no poço, no pátio interno. Adolf Hitler sorri no inferno! O Robocop do governo é frio, não sente pena. Só ódio e ri como a hiena. Rátátátá, Fleury e sua gangue vão nadar numa piscina de sangue. Mas quem vai acreditar no meu depoimento?¹⁷

Essa música retrata o terrível massacre ocorrido no Presídio do Carandiru, em São Paulo, ocasião em que morreram 111 presos. Segundo a letra, o incidente teria iniciado por divergências entre os próprios presos, tanto que nenhum servidor foi feito refém. Logo em seguida, relata a atuação das forças Policiais do Estado e dos seus governantes.

A primeira Direção da CCM conseguiu ficar no cargo até o dia 28 de dezembro de 2009 daquele ano. Em janeiro assumiu outra, da qual fiz parte como Vice- Diretor. Com o aval e a pedido do novo Diretor da unidade, escolhi um novo chefe de segurança, restabeleci as pessoas nos setores e equipes de origem e fiz reuniões com os servidores objetivando uma melhora nos trabalhos. Porém, na madrugada do dia 29 para o dia 30 de dezembro (dois dias depois de assumirmos), parando o carro no estacionamento ao lado da portaria, por volta das 06h30min em frente à unidade, ouvia de dentro do meu carro uma voz característica de locução de rádio. Pensei que teriam esquecido um rádio ligado ou então alguém estava ouvindo alto o rádio do carro. Para minha surpresa, era um profissional da imprensa maringaense, anunciando ao vivo a fuga de dois presos da CCM.

Existem dez (10) cubículos ao lado da enfermaria que servem para isolamento médico e como isolamento celular, casos como tuberculose, outras doenças respiratórias contagiosas, presos machucados que precisam de maior assistência, além dos presos postos ali por indisciplina; enfim, havia seis presos neste local. Dois em cada cela. Durante a madrugada eles retiraram o tanque de cimento que serve para higiene pessoal, descobrindo quatro parafusos de mais de 30cm cada. Com esses parafusos quebraram a louça do sanitário (boi) e descobriram uma facilidade nem imaginada nos piores pesadelos de engenharia pela guarda.

Embaixo da louça quebrada que ficava ao lado da parede, meio metro cavado para baixo e 20cm cavados para o lado e pronto. Estavam fora do cubículo. Quando

¹⁷ Letra da música “Diário de um Detento”, de 2003, da banda *Racionais MC's*.

os presos descobriram essa falha na estrutura predial da unidade, repassaram para as celas ao lado, que também iniciaram as escavações. Os presos de uma cela começaram antes, mas não conseguiram ir embora pelo fato de os dois presos alojados ali serem gordos, devendo abrir um perímetro maior no buraco. Os presos da cela ao lado, quando viram que era possível fugir quebrando a bacia turca, começaram a escavar, porém, já era tarde e não deu tempo para terminar o trabalho, pois foram descobertos pelos guardas na hora em que serviam o café da manhã aos presos. Do contrário, caso tivessem mais tempo, todos teriam fugido.

No dia 2 de janeiro de 2010 todos os presos da unidade sabiam da falha estrutural, mesmo com todo o cuidado da equipe de segurança em preservar o segredo (impossível). Assim, houve uma tentativa de fuga em massa, descoberta pela equipe de segurança que, em função dos acontecimentos, reforçou as rondas externas ao presídio, feitas de meia em meia hora, diariamente. Outros cubículos foram quebrados demandando o aumento da quantidade de rondas externas e a mudanças de celas de presos de alta periculosidade e com mais condenações, dos cubículos no primeiro piso, onde se detectou o problema, para os cubículos do segundo andar. Foram alojados nas celas do primeiro piso presos de pouca condenação, presos de crimes não violentos, presos por brigas, causas domésticas, primários, até que se desse o conserto dos cubículos, que só veio a acontecer nove meses depois da fuga.

Mesmo com esse problema era preciso resolver dois outros muitos sérios: procurar junto à empresa fornecedora de alimentação uma melhoria na qualidade das refeições e, principalmente, adequar um local para visita íntima dos presos, (lembrando que a CCM é uma unidade prisional de regime provisório, por isso não foi planejado inicialmente locais de trabalho, estudo e visita íntima). Quanto ao espaço adequado para visitas íntimas, o Diretor sugeriu à Coordenação do DEPEN a possibilidade de utilizar nos finais de semana aqueles mesmos 10 cubículos utilizados para isolamento médico e celular, de onde ocorreram as fugas. Obviamente, adequando-os para tal finalidade, com colchões melhores e chuveiros quentes. Vale destacar que a unidade foi inaugurada sendo a primeira unidade prisional do Estado a adotar instalação de equipamento de aquecimento solar, que aciona o sistema elétrico automaticamente, mas que, no entanto, não entrou em funcionamento desde sua inauguração. Assim, com a autorização da coordenação, o apoio do Conselho Penitenciário da Vara de Execuções de Maringá e com ajuda

ainda de entidades religiosas, foi possível estruturar os espaços de visitas íntimas dos presos.

A implantação deste espaço reservado ao convívio íntimo entre o preso e sua companheira veio a amenizar o clima de tensão na unidade, o que refletiu de maneira positiva no processo de disciplina vivenciado no interior da cadeia. Levando em conta a grande importância desse benefício, os internos passaram a se comportar de modo a não cometer nenhuma falta que viesse a comprometer os momentos de intimidade com suas esposas. Em uma situação onde todos os internos alojados em uma mesma cela são impossibilitados de realizarem a visita íntima, estes passam a se comportar como se não tivessem nada a perder – o que os motiva, por exemplo, a chutar as portas de suas celas, entre outros comportamentos inaceitáveis. Diferentemente, quando existem presos que, numa mesma cela, possuem o benefício da visita íntima, os outros presos, igualmente, obrigam-se a manter a ordem e a calma a fim de que os colegas não percam a regalia. Caso isso venha a ocorrer, o clima pode ficar bastante tenso entre eles – o que não é bom para ambas partes.

A implantação do espaço de visita íntima também elevou a estima e consideração dos presos pelos agentes, uma vez que viram como a equipe de segurança se mobilizou para estruturar e adequar o espaço que era utilizado como celas de isolamento para espaço de convivência íntima. Essa reestruturação, inclusive, contribuiu novamente para a boa disciplina, uma vez que todos os presos foram avisados de que o pleno funcionamento das visitas íntimas estava condicionado à não reocupação daquele espaço de isolamento.

Em relação à alimentação, a situação por algumas vezes quase saiu do controle da segurança e da direção. Cabe lembrar que a alimentação fornecida tanto para a CCM quanto para a PEM é terceirizada pelo governo do Estado, sendo de responsabilidade da Empresa Eldorado, que possui matriz em Ortolândia-SP e é fornecedora de refeições a vários presídios daquele Estado.

Acompanhado por uma funcionária do Setor de Finanças da Unidade Penal (DIAF), passamos a fazer visitas surpresas regularmente à empresa de alimentação, configurando várias irregularidades de ordem de higiene, preparação, envasamento, armazenamento de produtos alimentícios e de rotatividade de funcionários da empresa, o que faz com que mude drasticamente a alimentação de um dia para

outro. Convocamos a nutricionista do DEPEN para vir até Maringá acompanhar os trabalhos.

A empresa fornece três refeições ao dia: café da manhã (chá ou café com dois pães franceses para cada preso) ao preço de R\$0,95 por preso. Almoço e jantar servidos em marmitex convencional ao preço de R\$3,19 a unidade. Os presos começaram a reclamar da qualidade das refeições e tinham razão, pois a preparação e envasamento provocavam às vezes mau cheiro, arroz duro, carne de péssima qualidade (cartilagem de frango), café e chá frios, pão com manteiga passada do lado externo do pão, caminhão de entrega com vários problemas de limpeza, entre outras.

Com as visitas surpresas e o interesse da gerente responsável pela empresa, conseguimos regularizar quase todos os problemas. Quase todos, porque o mau cheiro ainda persistia na alimentação. Foram inutilizados os antigos *rot-boks* (caixa de isopor que armazena marmitex) e comprados novos. O envasamento da refeição ocorria muito cedo e quando chegava à unidade já chegava frio. As instalações da empresa foram reestruturadas para armazenagem e produção dos alimentos. As saladas foram adequadas. Algumas por especificidade de alguns alimentos acarretam mau cheiro depois de algum tempo expostas. A carne foi trocada por outros pratos viáveis à empresa e mais saborosa aos presos, mas mesmo com várias adequações o mau cheiro continuava. Os presos, com isso, provocavam gritarias, chutes nas portas, críticas aos guardas como se fossem eles quem preparassem a alimentação, o que provocava bate-bocas e desacatos e, conseqüentemente, sanções disciplinares.

Houve várias situações em que depois de entregue toda a alimentação no presídio, posteriormente, configurava-se que a alimentação estava cheirando azedo. Tínhamos então que retirar os marmitex das celas, comunicar a empresa e aguardá-la trazer lanche, para depois refazer novamente o procedimento de entrega aos presos. Esse procedimento iniciava às 17h00 e se estendia até à 00h00h, 01h00 da manhã – esse meio tempo era tenso e nada amistoso no clima dentro da unidade.

A Direção tinha que ter muito bom senso, pois se decidisse mandar toda a alimentação de volta para a empresa e determinasse que trouxessem outra, demoraria muito tempo, com isso o problema se instalaria. Por vezes, também como estava um clima de pressão e impaciência no ar, alguns presos incitavam a massa carcerária a se manifestar mesmo quando a alimentação se apresentava sem

alteração. Era a voz do comando, como eles dizem (determinação dos líderes das facções que se encontram recolhidos no presídio pretendendo causar nova rebelião), essa perspectiva se deu porque a empresa que fornece a alimentação para a PEM é a mesma da CCM e entrega quase ao mesmo tempo. No entanto, os presos da PEM não reclamavam da alimentação.

Com tantas reclamações, o DEPEN determinou a matriz da empresa a solucionar o problema. A empresa encaminhou duas pessoas à cidade para tentar solucionar o caso. Depois de muitas tentativas de escolhas de alimentos que poderiam ser tirados do cardápio e de outros que poderiam ser acrescentados, como por exemplo, o repolho que foi retirado, pois, se acondicionado durante muito tempo quando aberto causa impressão de azedo, o frango deixou de ser feito como iscas, a cartilagem foi retirada e o alimento passou a ser feito ao molho. Uma equipe de recebimento da alimentação na unidade foi criada para prevenir maiores problemas provando o almoço e o jantar antes da distribuição aos presos. Porém, o que realmente trouxe um grande alívio foi o acondicionamento do feijão separado do restante do marmitex, pois alegavam que o cheiro azedo era em função do envasamento dele junto ao resto da alimentação muitas horas antes de ser servida na CCM. Passou-se então a servir no marmitex o arroz, a guarnição, a salada e o feijão em vasilhas separadas para cada cela, diminuindo quase que totalmente as reclamações de alimentação.

Os problemas mais urgentes a serem resolvidos foram (e continuam sendo) os ligados à estrutura física da unidade, além do exposto anteriormente nas bacias turcas, que originou a fuga dos dois presos, cujos desfechos foram: um deles foi posteriormente morto em confronto com a Polícia militar e o outro foi recapturado, trazido para a CCM, transferido para a PEM nos dias subsequentes e atualmente se encontra preso na unidade prisional de Foz do Iguaçu. Existem, entre os cubículos, alguns espaços para ventilação das celas. Diferentemente da PEM, estes espaços não possuem grades, são abertas, possibilitando passar o braço inteiro por eles, isso facilita a passagem de materiais de um cubículo para o outro. Um material que se queira passar do primeiro cubículo até o último da parte inferior será tranquilamente possível. As muralhas, além de não serem tão altas, ficam muito próximas das celas, de outro lado está a menos de cinco metros de distância da Escola Milton Santos, do Movimento Sem Terra, vizinho da unidade, justamente por onde os presos fugitivos saíram.

Nas rondas externas procura-se coibir essa atividade de passagem de materiais dos presos de cela para cela, bilhetes, drogas e outros materiais. Sendo que já foi encontrado por duas vezes, em invólucros dentro de sacolas de acondicionar laranjas, jogados pelas muralhas, objetos como: serras, arco de pua, celulares e carregadores, de um lado os invólucros e do outro uma pedra, amarrados em uma corda de varal, possibilitando que os presos de dentro das celas pudessem “pescar” o objeto jogado no terreno. A preocupação hoje é colocar telas de proteção para tentar evitar essa atividade.

Com a determinação da Portaria n. 01 de 27 de janeiro de 2010, expedida pelo Juiz da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Maringá, que determina adequação do regime semiaberto nas unidades, foram reservadas 16 celas para esses presos, enquanto os presos denominados seguros (aqueles que por algum motivo não podem conviver com os demais presos, pois correm risco de morte), foram alocados em celas reservadas estrategicamente entre as de baixo, uma vez que, como eles têm muitos desafetos querendo suas mortes, dificilmente dão prosseguimento aos materiais que passam de cela em cela cortando a corrente. Essa transposição de materiais é passada por linhas denominadas “tias”¹⁸. Outra galeria alojada estrategicamente é a de evangélicos, que como é sabido pela guarda, também é uma galeria de seguro, como dizem: “é *seguro desbaratinado*” (seguro não dito claramente). Entre os presos, isso diminui as contravenções dentro da CCM.

Alguns canteiros de trabalho foram criados na CCM, tentando ocupar os presos, ao todo, contam com o número de 69, a saber:

- 10 Conservação;
- 13 Distribuição de Alimentos;
- 32 Faxina;
- 09 Manutenção;
- 05 Rouparia;

Tentou-se instalar uma sala de aula para no mínimo 15 presos na CCM, que contava com o total apoio da Secretaria de Educação por meio do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEBEJA), porém, sem sucesso. Era preciso cobrir um pátio de sol para que isso ocorresse. No entanto, a falta de

¹⁸ Pedacos de linhas retiradas das próprias roupas e usadas para amarrar material e servir como meio de transferir objetos de um cubículo a outro.

orçamento impossibilitou essa expectativa. Entretanto, se mantêm como um projeto da Direção para o futuro próximo.

5 RELAÇÕES ENTRE AS UNIDADES PRISIONAIS DE MARINGÁ E AS ETNOGRAFIAS DE GOFFMAN

5.1 A relação entre as unidades prisionais de Maringá

Inaugurada há pouco mais de três anos, 12 anos após a PEM e 26 anos após a 9ª SDP, o antigo Centro de Detenção Provisória de Maringá (CDPMGÁ) e atual Casa de Custódia de Maringá (CCM) trouxe consequências operacionais significativas para as Subdivisões Policiais das comarcas da região metropolitana e mais ainda para as unidades prisionais instaladas anteriormente na cidade polo, a PEM e a 9ª SDP.

A 9ª Subdivisão Policial possibilitou a transferência de uma população carcerária de 586 internos, que se encontrava amontoada em um local planejado para 120 pessoas, reduzindo a população dessa unidade ao número de 76 presos. No momento em que foi feita a transferência dos detentos, a segurança da nona ficou desguarnecida pela saída da Polícia Militar, que fazia a segurança da área externa, e foi conduzida à CCM, deixando a delegacia ainda mais tensa pelas várias tentativas de fuga e rebeliões que se deram na época das remoções. A VEP de Maringá, por sua vez, privilegiou o mini-presídio, determinando as remoções do maior número de presos daquela cadeia pública. Trata-se de cerca de 90% dos presos alojados para CCM, tendo a cidade de Sarandi recebido inicialmente 70 vagas e Marialva 40 vagas. Em função da precariedade que estavam essas cadeias públicas, outras vagas foram disponibilizadas pela VEP às comarcas que possuíam presos de alta periculosidade e com risco de resgate nas delegacias ou por outro motivo que o Juiz Corregedor entendesse necessário.

Atualmente ainda é a 9ª SDP quem conduz mais presos para a CCM, uma vez por semana, respeitando agora a disponibilidade de vagas da unidade, dado que o presídio está com sua capacidade máxima, mas recebe cerca de 10 a 15 presos por semana. Os Juízes das outras comarcas não têm autonomia para remover presos para a CCM, no entanto, se de alguma forma convencer o juiz corregedor de Maringá por risco iminente de resgate, risco de vida do preso, rebelião, entre outras razões, há a possibilidade de que ele autorize a remoção, inclusive de presos da Delegacia Federal de Maringá.

Quando da inauguração da PEM, a 9ª SDP reduziu sua lotação carcerária para 58 presos. No entanto, meses depois, já se encontrava com número elevado de presos recolhidos. A PEM, sendo uma unidade de regime fechado, não recebe presos de regime provisório. Assim, a delegacia de Maringá só pode mandar para essa unidade presos já condenados. Somente em casos extremamente excepcionais é que são disponibilizadas vagas para esse regime na PEM. Há também a possibilidade de autorizarem a ida desses presos para PEM com tempo previamente determinado no M.I. de (30 a 60 dias). Já para CCM não, pois a 9ª SDP remove presos de todos os regimes, ficando essa unidade com a responsabilidade de transferir esses presos para outra unidade adequada a seu regime condenatório.

Para a PEM, a efetivação da CCM trouxe mais consequências do que a simples disponibilização de vagas. Trouxe mudanças de ordem administrativa e pessoal, pois agentes penitenciários foram transferidos para a CCM, diminuindo o efetivo que já era defasado. Após a transição, alguns agentes não conseguiram retornar para a unidade de origem. Agentes novatos que deveriam assumir na CCM ficaram lotados na PEM e não quiseram mais ir para a CCM devido aos riscos serem maiores e por terem mais trabalho naquela unidade prisional. Trabalho de ordem disciplinar, pois os presos que em vários momentos se uniram para causar tumulto na CCM foram os mesmos transferidos para PEM. Alguns de forma definitiva, outros, temporariamente, até que fosse normalizada a situação de conflito na CCM.

Exemplo de um desses casos foi o do preso que empreendeu fuga em 2008 da CCM e, quando recapturado e reimplantado na unidade, passou a responder pelo “comando” e incitar a massa carcerária contra a guarda e a Direção, em especial, dos problemas de alimentação acima referidos e de ordem operacional. Um dos resultados da pressão exercida pelos presos na CCM, exigindo que separassem os estupradores e “alcaguetes” do convívio dos demais, sob o risco de que se não fossem atendidos, incorriam num evento de derramamento de sangue e mortes, anunciado pelos “líderes” dos presos. Foi dali em diante que a PEM, depois de mais de 13 anos, também passou a separar os presos em galerias e celas diferentes.

Oportuno lembrar de uma passagem ocorrida recentemente, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2010, em uma unidade prisional de Curitiba que funciona como justificativa para essa mudança. O chefe de segurança e seu subchefe foram presos após a morte de 7 presos causada por desafetos dentro da cadeia e que, segundo a acusação, os diretores teriam conhecimento de que esses presos eram mal quistos

pelos demais e não foram separados em galerias distintas. A pressão feita pelos familiares dos próprios presos junto à Promotoria Pública, Vara de Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios de Maringá, forçou a separação dos presos segundo as tipologias de crime na PEM. Ação que para os administradores dessa unidade é um equívoco, uma vez que fortalece a formação de grupos organizados no interior da cadeia e rompe com o princípio de que todos os presos deveriam ser tratados da mesma forma. Ou seja, o crime de estupro em relação a um latrocínio (roubo seguido de morte) não deveria ser considerado como de maior ou menor potencial agressivo e nem maior ou menor que quaisquer outros delitos. Ambos devem ser considerados naquilo que realmente são: crimes duplamente graves. Entretanto, na sociabilidade vivenciada no interior da cadeia, difícil se torna para o administrador responder pelo homicídio cometido pelos internos entre si, caso não faça a separação dos presos pelos crimes que cometeram.

A CCM trouxe também um nível de tensão muito grande para os servidores da PEM. Em especial para os agentes penitenciários, pois a gritaria feita diariamente na CCM ao final dos expedientes, mesmo com todos os esforços dos agentes e direção para conter tal situação, atingiu os presos da PEM, que muitas vezes responderam também aos chamamentos com gritarias. O receio era que uma ocorrência em uma das unidades pudesse contar com o apoio da massa carcerária da unidade vizinha, tal como o caso recente da primeira rebelião com tomada de refém ocorrida na PEM, depois de 15 anos de inauguração. Nesse episódio, as direções das unidades tomaram ciência que determinado preso alojado na CCM ficou incumbido de dar o aviso inicial no exato momento em que a tropa de choque da Polícia Militar agisse para conter a rebelião da PEM. Nesse momento eles começariam uma rebelião na CCM, com um total de 1272 presos rebelados. Todas essas situações somam-se ao receio de possíveis transferências de servidores de uma unidade para outra, ou por motivo de retaliação por parte das direções ou por preferência dos funcionários, já que a maioria quer ficar na PEM por achar que ela é uma unidade mais segura e menos trabalhosa.

Também é válido tecer algumas observações quanto à inauguração da unidade de regime semiaberto que está sendo construída no terreno exatamente entre a PEM e a CCM, bem como as consequências operacionais para ambas. Sua efetivação sanaria e/ou atenuaria o transtorno operacional, reflexo da expedição da Portaria n. 01 de 27 de janeiro de 2010 pela VEP de Maringá: as duas unidades

estão mantendo presos de regime semiaberto (120 presos na PEM e 119 na CCM), presos que deveriam estar alocados na futura Colônia Penal Industrial. Essa situação provoca uma preocupação a mais para os servidores da PEM e da CCM, pois estes presos saem durante o dia e voltam à noite para dormir. Sabemos do risco que se corre e da incerteza de segurança caso algum preso queira se prestar a trazer drogas, celulares ou armas para outros presos comparsas que ainda terão que cumprir vários anos de cadeia. Somado a isso, a falta de efetivo no quadro funcional das unidades é outro agravante para administrar a rotina operacional e burocrática de saída e entrada diariamente dos presos do regime semiaberto, o controle dos empregos, o controle da segurança em relação às duas unidades (muito próximas umas das outras) – já que um preso mal intencionado poder lançar facilmente materiais indevidos para dentro das outras unidades.

Outra situação que tem gerado várias reclamações das autoridades Policiais de Maringá e Paiçandu é o fato do aumento de crimes praticados nas duas cidades por conta das saídas temporárias dos presos determinadas pela VEP. Segundo eles, alguns desses detentos não vão para suas residências e ficam na região praticando crimes e retornando para as unidades prisionais ao término do prazo de saída estipulado pelo Juiz corregedor (de 4 a 7 dias), ficando isentos desses crimes. Em detrimento disso, pediram à Direção da PEM e da CCM que, em todas as saídas de presos, enviassem para as delegacias as fichas com fotos dos presos favorecidos com o benefício.

5.2 Relações das unidades prisionais e o trabalho de Goffman

As prisões, assim como um hospital psiquiátrico, possuem uma tendência de “fechamento” diferente umas das outras, depende muito das instalações físicas e do espaço da unidade, do tipo de preso, do profissional engajado no trabalho, da organização e da operacionalidade funcional com que o grupo dirigente conduz a rotina. A forma como se trabalha com a pessoa reclusa faz com que uma prisão e seus participantes possam ser mais interligados à vida social fora dos muros, bem como podem agravar o distanciamento delas do mundo social de onde foram retirados. Caracteriza-se também como um local onde todos fazem as mesmas coisas, no mesmo espaço, no mesmo horário e sob a mesma autoridade. Estão

subordinadas ao mesmo controle das necessidades humanas por uma organização burocrática e de ordem legal com pretensos interesses sociais.

Nesse sentido, podemos analisar a 9ª SDP, a PEM e a CCM como modelos de instituições totais, nas quais há um grupo que coordena e outro que precisa ser coordenado. Um grupo que manda e outro que acata as ordens. Um grupo que é socialmente “normal” e outro que é socialmente “perturbado”, criando assim dois mundos, nos quais valores e concepções são válidos e tidos como normais, de acordo com os indivíduos e com o mundo do qual cada um deles participa.

Dentro de um espaço físico específico e por um longo tempo convivem várias pessoas de origens diferentes. O processo de admissão do internado, a “desfiguração pessoal” e a “mortificação do eu” que Goffman (2001) descreve no trabalho de campo do Hospital Central têm similitudes com o processo dessas unidades prisionais. É também um momento em que há uma mudança entre a vida que o preso levava em sociedade e a que deverá levar a partir da entrada nestes estabelecimentos prisionais. Para os agentes penitenciários, é como um divisor de águas, momento crucial em que começa a se configurar a aceitação dos presos recém chegados às regras estabelecidas pela casa (se este tentará subvertê-las ou confrontá-las).

A 9ª SDP em função de logística e estrutura física, suponho, é menos rigorosa quanto aos pertences que ficam com os presos. Já a PEM e a CCM recebem o preso somente com a roupa do corpo, disponibilizando roupas e materiais de higiene pessoal. Após toda a retirada dos objetos pessoais e a entrevista na qual são passadas as “regras da casa”, suas roupas são lavadas, secadas e passadas, é cortado seu cabelo em máquina nº 2. Normalmente as vestes dos presos vindos das comarcas emanam um “*cheiro desagradável e forte*”. Por vezes sugere-se usar produtos de assepsia para retirada de piolhos e percevejos trazidos das delegacias de polícia. Na sequência eles recebem seus *kits* com produtos de higiene pessoal e são postos em uma cela com mais cinco presos que dividem o mesmo espaço.

Após seu ingresso, os presos nestas unidades procuram criar seus espaços, iniciando o processo que Goffman (2001) observou e denominou como “territórios”, alguns amplos e mais gerais, outros denominados de “territórios de grupos”. Esses territórios de grupos se diferenciam dos primeiros, pois somente presos que se julgam iguais e com o mesmo propósito ideológico de vida criminosa se agrupam em

“mantas”¹⁹ dentro dos pátios de sol das unidades ou dos pátios de visitas e, principalmente, dentro dos cubículos – local em que a separação e a retaliação aos outros presos se configuram de forma mais acentuada longe dos olhares da segurança. Os presos considerados menos “dignos do crime” não podem usufruir de espaços reservados aos “*presos de responsa*”²⁰. Nesse sentido, torna-se um território de grupo, pois no horário noturno a vigilância aos presos dentro do cubículo diminui, facilitando essas ações. Segundo Goffman (2001, p. 197):

[...] O conceito original de território deriva da etologia, sobretudo da ornitologia; refere-se à área que um animal ou grupo de animais defendem, sobretudo contra machos da mesma espécie. Esta área varia muito quanto ao que inclui; num extremo, abrange apenas o ninho ou cubículo do animal e no outro, toda a "amplitude do lar", isto é a área dentro da qual o animal limita suas atividades regulares" [...].

Também são práticas rotineiras dentro das unidades prisionais de Maringá os “territórios pessoais”. Descritos por Goffman (2001) enquanto espaços utilizados pelos presos para guardar ou esconder bens pessoais, material de higiene, roupas e materiais proibidos pela segurança – que uma vez descobertos, poderão ocasionar sanção disciplinar aos mesmos. Esse é um dos trabalhos dos agentes que precisam encontrar materiais indevidos, tanto para uso pessoal quanto para utilização de fuga e rebelião.

As três unidades descritas acima são, portanto, compostas por dois grupos de pessoas que convivem juntas por um longo tempo em um mesmo “espaço delimitado”. Um grupo possui a legitimidade da autoridade e todos os presos estão sujeitos a ela, passíveis ainda de serem julgados e levados a responder administrativamente ou criminalmente pela quebra de regras que cometerem. Para Goffman (2001, p. 45):

[...] essas regras difusas ocorrem num sistema de autoridade escalonada: qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe dos internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção.

¹⁹ Lençol ou cobertor estendido no chão, utilizado para as pessoas sentarem ou deitarem.

²⁰ Criminoso de alta periculosidade e com vasta experiência na vida do crime, mas que nunca complicou nenhum outro preso ou praticou estupro.

Fragmentando ainda esses dois grupos (interno e funcionário), formam-se mais dois que, em síntese, explicam muitas coisas observadas por Goffman (2001), são eles: entre o grupo de dirigentes há os que são profissionais e corretos e os que são “acomodados” e corruptos, isso se observa na PEM e, em certo grau, na CCM. Entre o grupo de presos existem os que são passivos e obedientes e os que são agressivos e procuram subverter as regras, isso também já foi constatado nas três unidades.

As ações que os presos manifestam refletem aquilo que Goffman (2001) observou como “prêmio ou privilégio e castigos”, ou seja, os internos que não criam problemas para os funcionários conseguem uma vaga no “pátio” – setores de serviços para trabalhar, remissão de pena em função de horas trabalhadas e participação no ensino escolar. Com um pouco mais de esforço e usando dos ajustamentos secundários, atrasam minutos a mais no uso do motel com a esposa aos domingos, participam de cursos profissionalizantes e de ensino religioso e até podem ganhar um pouquinho de café do guarda. Já o preso “zica”²¹ não tem vida fácil. A maioria do tempo fica em isolamento celular, sem sol, sem cigarro, sem visita, sem televisão, não recebe correspondência e ainda recebe marcação de cruz em cima de sua foto quando for transferido da nona para a CCM, até se tornar um preso obediente às regras. É possível estabelecer aqui uma comparação com as diferenciações de enfermeiras e de pacientes no Hospital Central e as identificações que Goffman estabelece entre “fracasso e triunfo” do “eu”.

No entanto, a complexidade encontrada na sociabilidade dentro do estabelecimento estudado por Goffman (2001) (e igualmente encontrada na 9ª SDP na PEM e na CCM), nos leva a observar que, sentimentos como o medo, o individualismo, o autoritarismo, o histórico de vida pessoal, as experiências e as qualificações individuais tornam essas relações previstas e solucionáveis por um lado, mas passíveis de surpresas e de difíceis soluções por outro. A interpessoalidade e a relatividade são os motivos mais importantes, enigmáticos e imprevisíveis desse mundo de relações entre pessoas. Um mundo fora do mundo, uma regra dentro de várias regras, um indivíduo solitário no meio de várias pessoas, uma situação que muitas vezes não se consegue definir o que é certo ou errado, o que é justo ou injusto, quem é amigo e quem quer te prejudicar, quem quer cumprir

²¹ Preso que vive metido em confusão, considerado preso problema.

a lei ou quem quer burlá-la. Como se portar, agir ou falar nesse ambiente em que um erro pode significar a própria vida. Goffman (2001) nos alerta para aquilo que ele entende como relaxamento e fadiga moral das pessoas que se encontram dentro das instituições totais:

[...] E essa moratória é certamente uma expressão da alienação e da hostilidade que os pacientes sentem com relação àqueles que estão fora e aos quais estão intimamente ligados. Além disso, temos provas dos efeitos destrutivos do fato de viver num mundo dentro de outro mundo, e em condições que tornam difícil levar a sério qualquer um dos dois (GOFFMAN, 2001, p. 140).

O autor acima citado fala sobre os ajustamentos primários e os secundários nas ações rotineiras dos pacientes do hospital Central; sendo o segundo o mais importante e revelador dentro da instituição total, porque fornece mais informações sobre a sociabilidade que esta subentendida a essas ações. Destaco que essa modalidade de ajustamento secundário também é recorrente e reveladora do que são as formas de sociabilidade dentro das prisões de Maringá.

A visão que a sociedade maringaense, as famílias dos presos e o Poder Judiciário têm da operacionalidade das unidades nem sempre condiz com o que ocorre na prática em suas rotinas. “Ninguém quer ficar preso”, nem o guarda e muito menos o preso que por várias vezes acredita estar recluso injustamente. Isso faz com que se quebre, por vezes, a rotina das unidades, podendo observar as mesmas atividades e concepção que Goffman (2001) descreve como “Cerimônias Institucionais”: visitas de alunos de várias universidades, cursos para conhecer as instalações, outras organizações que se prontificam a ministrar cursos aos presos como igrejas de várias denominações, a comemoração do dia da família na cadeia quando as portas (ou melhor, as grades) são abertas aos parentes dos internos para visitação, festas e teatros organizados pelas professoras da escola (CEBEJA) e encenados pelos presos alunos, dentre outras atividades. Essas festividades e manifestações são eventos em que se estabelecem claramente as três formas de exibição que Goffman (2001) expõe em sua obra, quais sejam:

1. O que é escondido dos internos;
2. O que é revelado;
3. O que é apresentado aos visitantes.

O histórico do preso, a sua origem, sua família, seus amigos, sua escolaridade e, principalmente, o crime que cometeu é decisivo no que diz respeito ao modo como ele será tratado pelos funcionários e, principalmente, pelos demais presos dentro da prisão. Destruir uma concepção de mundo que há anos se construiu dentro das cadeias e dos presídios do estado e do país inteiro é mudar toda uma cultura prisional já existente. Uma herança cultural prisional que se arrasta há anos. Essa visão distorcida do que é correto ou errado fora e dentro das unidades, da relação com internados, por vezes cria dúvida em como proceder nos dois contextos sociais (principalmente entre a segurança e o preso). O que é realmente certo ou errado, o que é verdadeiramente fato concreto e o que é mentira e enganação nessa relação.

O individualismo muitas vezes sobrepõe-se às ações e às vontades coletivas dos dois lados; o “se virar sozinho”, a que Goffman (2001) se refere em sua obra. Ao adentrar na prisão, o interno precisa se adaptar o mais rápido possível às regras do jogo, tanto no que se refere à Lei de Execuções Penais quanto às leis do “fundo da cadeia”²², com consequências que vão desde um simples aviso, ao risco de agressões à sua integridade física. Essa sociabilidade é definida por Goffman como a prática do dia a dia dos pacientes e a forma que eles usam como estratégia para sobreviver na instituição, quais sejam: afastamento da situação, intransigência, colonização, conversão e tática do conto triste.

Se, por um lado, há ações individualistas dentro dos estabelecimentos prisionais, por outro, é claro, acontece a união dos participantes das instituições, com objetivo de burlar, subverter ou pelo menos tentar destruir o “eu” que as instituições totais querem implantar na consciência dos internados; facções que insurgiram dentro das prisões do país inteiro são exemplos latentes disso. A conquista, individual ou coletiva, daquilo que seria proibido dentro dos presídios causa realmente no preso a sensação de que ele ainda possui sua liberdade ou seu livre arbítrio. Agindo de maneira contrária às determinações da unidade e independentemente dos riscos que ele incorrer, agindo de forma agressiva com a equipe dirigente ou outras pessoas com quem deva relacionar-se, ele demonstra sua repulsa ao sistema. Goffman (2001) denomina essa ocorrência de “insubordinação ritual”.

²² Local onde se concentram alojados a grande maioria dos presos.

No entanto, os presos que se prontificam a ações de ajustamentos secundários, tanto os que confrontam diretamente os funcionários quanto os que o fazem de forma dissimulada, têm em seu desfavor os presos que delatam suas ações ao grupo dirigente. Informações essas que somente presos que estão no mesmo meio e territórios dos internos teriam conhecimento e poderiam repassar ao grupo dirigente de maneira que possam proceder de forma a antecipar ações de vigilância. Dizem dentro das cadeias que todo o preso “cagueta”²³ basta ter uma necessidade individual de proteção ou favor.

A sociedade não trabalha no sentido específico de evitar que as pessoas não cometam crimes e funciona menos ainda no que tange a ressocialização do preso ou ex-presos quando de sua saída da prisão. O detento, a depender do tempo que passou recluso, estará sujeito a “desculturação e ao estigma”, observados por Goffman (2001). Isso, na realidade, se dá na falta de oportunidade do reingresso à sociedade e do retorno ao contato social (falta de trabalho, vida familiar, política de apoio, etc.), isto é, obstaculiza em muito seu retorno à sociedade, causando uma grande margem de reincidência criminal.

Goffman (2001) aponta duas formas de ajustamentos secundários: os perturbadores e os contidos. Em grande medida é possível observar esses tipos de ajustamento nas unidades penais de Maringá, quando descobrimos ações que visam burlar as regras dentro das três unidades. Os tipos de ajustamentos contido são os mais frequentes nas unidades, já que usa da própria estrutura existente para quebrar as normas de segurança – parentes mal intencionados que visitam os presos nos fins de semanas e os que usam o motel como lugar para repassar materiais proibidos aos internos. O local é escolhido por ser um lugar inviável e perigoso para se fazer uma revista no casal. O deslocamento dos presos de uma galeria para outra ou em seus locais de postos de trabalho e o horário do banho de sol diário são momentos oportunos que corroboram com essas ações. Já entre os ajustamentos perturbadores, há alguns que se valem da tentativa de homicídio e de rebelião (GOFFMAN, 2001). Essas ações ocorrem e geralmente acontecem em momentos rápidos e efêmeros, como as fugas do mini-presídio, a rebelião e a fuga da PEM e a rebelião da CCM.

²³ Delatar, pessoas e/ou fatos.

Se no hospital psiquiátrico as ações de ajustamentos secundários são vistas, na maioria das vezes, como um processo evolutivo do tratamento do interno. Na cadeia é necessário observar que o contexto é outro. O que está subentendido nessas ações de ajustamento, o que estrutura e sustenta essa sociabilidade, as pessoas que fazem, como fazem e onde fazem são modalidades de compreensão de um fenômeno realmente importante. O modelo de “substituição” de material que os presos executam constantemente nas unidades é um exemplo de um processo semelhante observado por Goffman (2001) no Hospital Central.

Ferros expostos nas paredes servem para confecção de facas e buracos, sabonetes e papéis higiênicos são usados para confecção de bilhetes passados de cela em cela pelas frestas das ventanas dos cubículos da CCM. Armações de cadeiras escolares e garrafas de refrigerantes podem virar armas, bem como qualquer material à disposição dos presos pode, de forma potencial, ser utilizado para fazer estoques²⁴ ou para ajudar de alguma forma na tentativa de fuga da prisão. O papel higiênico é usado para fazer fogo, ocasionando curto circuito na fiação elétrica. Cascas de legumes são utilizadas para fazer bebida alcoólica (choca). Além do uso pelos presos do que Goffman (2001) define como “exploração do sistema” – processo em que o preso se concentra exclusivamente em tirar vantagens sobre as ações de rotina da guarda, como: revista pessoal, revista dentro dos cubículos, condução de presos de uma galeria para outra, conseguindo benefícios pessoais. Agem de forma dissimulada, mas consciente, a partir de uma ação estudada com cuidado estratégico para não ser pego.

Contudo, cabe ao grupo dirigente estar à frente das ações estratégicas, o que não é tão fácil assim. Os presos têm 24 horas, sete dias por semana, 30 dias por mês e até 365 dias por ano para observar o grupo dirigente. São capazes de reconhecer a voz do guarda e sua forma de andar sem que o veja, tanto aqueles funcionários que são mais operacionais quanto os que não o são; sabem perfeitamente o momento certo para cada ação delituosa. No entanto, a mudança de rotina da guarda ajuda a dificultar essa exploração do sistema usado pelos presos (horários e locais alternados para revista pessoal, diferenças de rotinas de revista dentro das celas, mudança de preso de um cubículo para outro, etc.).

²⁴ Facas artesanais feitas de ferro ou outros materiais perfurantes.

Os “locais” que Goffman (2001) relata em sua obra (espaço fora do alcance, espaço de vigilância e espaço não regularizado) definem grupos hierárquicos nas unidades. Como no hospital, a parte predial em que trabalham os funcionários administrativos e técnicos são, portanto, locais de trabalho para os guardas e de permanência para os presos que têm acesso a esses locais, locais livres, territórios de grupos, territórios pessoais, bem como os esconderijos “fixos e portáteis”, drogas, celulares, serras e todo tipo de material proibido que somente pode circular e, em certa medida, ficar seguro, se for utilizado o subterfúgio de introdução desse material no corpo, o que Goffman (2001) determina como “forma de transporte”.

Os usos mais frequentes desses esconderijos portáteis são: os órgãos genitais de algumas visitas que se prontificam a isso, o ânus de alguns presos (por vezes de maneira voluntária, por vezes de forma forçada, engolindo coisas proibidas ou mantendo-os retidos na garganta), o transporte dentro do cóis da calça de bilhetes, contendo informações de interno para outro preso ou para visitas, esconderijos portáteis e fixos dentro de tênis, sapatos e chinelos. Todavia, a pior e mais preocupante forma de esconderijo portátil e, porque não dizer fixo, é o envolvimento de alguns funcionários (corruptos) para esses fins, pois normalmente eles têm toda liberdade para circular dentro da cadeia.

A coerção que Goffman (2001) desvenda em seu trabalho de campo, em especial a “coerção particular”, que é para ele a “utilização do outro”, também se faz notar no interior das unidades, como lembrado em um exemplo acima. Além de outros, como exploração dos familiares que são obrigados a trazer drogas ou efetuar pagamentos a visitas dos presos, ameaça de seus parentes, etc. A necessidade de traficantes em negociar e receber drogas dentro das unidades estimula negociatas de todo tipo, gerando situações paralelas que fazem com que alguns presos mais violentos oprimam os mais fracos. A submissão de um preso a outro não se dá somente em função da transação de drogas, os motivos são variados: imposição simples e pura de força física, disputas para garantir um dos territórios dentro da unidade, favores e abusos sexuais, o conhecimento adquirido das rotinas da cadeia e dos funcionários.

É interessante fazer um paralelo dos fatos acima narrados com o que Goffman (2001) identifica como “pagamento econômico”. O que existe nas unidades prisionais são maneiras de pagamento de uma dívida. No entanto, diferem no sentido do valor do bem recebido e do valor que tem o pagamento do bem. Quando

nos referimos ao pagamento social, falamos em “bens rituais”, o que também é observado nas unidades. Presos têm o costume de tentar auxiliar outros presos que para eles são “dignos do crime”. Quando chegam na unidade e não recebem mercadorias de familiares, recebem materiais e alimentos ofertados por presos mais antigos. Posteriormente é concedido certo tipo de lealdade, ou seja, existem muito mais coisas em jogo nessa troca do que uma troca econômica.

Já no pagamento cerimonial, este se dá de forma ritual. Se pagam bens recebidos com demonstrações de consideração e amizade, a própria homossexualidade pode ser uma forma de pagamento social. Há até bens rituais entre o grupo dirigente e o preso, ou seja, uma ajuda prestada por um dos lados: funcionário que auxilia o preso em uma doença, um problema de ordem familiar, ou o auxílio de alguns presos quando informam aos funcionários sobre uma iminente rebelião ou em relação à vigilância da unidade. No pagamento econômico, a devolução dos materiais ou dos favores recebidos pelo devedor é suficiente para a quitação da dívida com seu credor, não ficando nenhum tipo de obrigação pendente na relação.

Ponto importante a ser salientado é a “insubordinação ritual”, exposta por Goffman (2001) em sua obra e também presente na rotina das unidades prisionais de Maringá, traduzida na situação de presos que se insurgem contra funcionários, companheiros de cela e/ou que mantêm uma constante insatisfação com as pessoas e o local onde se encontram. Houve alguns casos na PEM, em que presos ficaram de 13 a 14 meses fechados na galeria de isolamento, sem visitas, acesso à televisão, relação sexual, cigarros, etc. por não conseguirem conviver com as demais pessoas do estabelecimento. Exemplo tal qual aquele que Goffman descreve como sendo a maneira que o internado tem de se manter livre das regras da instituição. Tratam-se de ações que o internado pratica para preservar sua individualidade e autonomia, não aceitando as regras do estabelecimento e nem a ordem de outras pessoas.

[...] tais práticas dão às pessoas mais do que aquilo que aparentam dar: independentemente do que dêem, tais práticas parecem demonstrar-pelo menos para o praticante-que ele tem individualidade e autonomia pessoal que escapam às garras da organização (GOFFMAN, 2001, p. 254).

Em função desse confronto de interesses dentro da unidade e muitas vezes do temor de morrer, cria-se uma relação de proteção entre os grupos participantes, bem como a preocupação do controle social pelos grupos dirigentes para a manutenção dessas relações. Um grupo de pessoas realmente se faz mais forte do que uma ou poucas pessoas unidas. Há um dito dentro da prisão que é assim: “*contra a força não há resistência*”. São cerca de 1500 presos nas três unidades para um grupo de mais ou menos 50 funcionários por plantão nas unidades de Maringá. A proporção é em torno de 30 presos para cada agente. O que impede ou sustenta então certa harmonia no espaço prisional são fatores que vão para além de uma visão superficial ou racional dessas relações. Esse intercâmbio é o que mantém e conduz a paz dentro da cadeia, ao mesmo tempo em que poderá trazer rebeliões e mortes no interior dela.

Entender a sociabilidade existente entre os indivíduos que convivem nesses locais nos faz pensar na incerteza de que o tratamento proposto aos pacientes dos hospitais psiquiátricos ou as punições dispensadas para as pessoas nas prisões terão sucesso. Se o indivíduo em sociedade já está sujeito a determinações impostas por leis, restrições familiares, profissionais, etc., nas instituições que Goffman (2001) define como totais, a liberdade individual se torna ainda mais difícil. Locais com muros altos, grades, cadeados, vigilância constante e outros instrumentos de controle obriga a quem está nesse meio a sujeitar-se a determinações de outras pessoas.

A impossibilidade de ir e vir, a obrigatoriedade de cumprir as regras impostas a contragosto, ter hora certa para comer, dormir, levantar ou mesmo falar, conduzem as pessoas a três caminhos, como aponta o autor: total afastamento do indivíduo do mundo social, o conformismo com a situação em que está envolvido e intransigência absoluta para com as regras que se querem introduzir. Todas essas ações somadas tornam complexo o tratamento ou as punições propostas tanto no meio hospitalar como prisional. As elucidações feitas por Goffman (2001) sobre o mundo dos enclausurados são esclarecedoras, pois o autor cria métodos para cada fase do processo de internamento nessas instituições, ou seja, antes, durante e depois, quando descreve o pré-internamento, a vida íntima dentro das instituições e o processo de saída do estabelecimento. O entendimento do autor sobre o convívio social dentro dessas instituições nos remete a compreender que há toda uma especificidade nas relações interpessoais intramuros. A cultura dos enclausurados é

única, se conhecida profundamente tornar-se-ia parte indispensável para um tratamento humano e assertivo.

As vontades dos funcionários e dos presos ou internados não são as únicas a serem observadas, há um processo social, jurídico e político de criação e implementação desses espaços de reclusão. Existem também leis a serem seguidas pelos participantes das instituições que implicam em obrigações e deveres; como há também uma necessidade, por parte dos servidores das unidades prisionais da cidade e de qualquer instituição, em dar uma satisfação referente aos seus trabalhos à sociedade maringense, aos poderes constituídos, bem como aos familiares das pessoas que estão, por qualquer motivo, cerceadas de sua liberdade temporariamente. Assim, construir manicômios ou prisões somente como espaço de depósito humano e com o único objetivo de isolar pessoas indesejadas no meio social não resolve problemas algum, pelo contrário, agrava a situação. O aumento exorbitante da violência urbana é um exemplo.

A referida obra de Goffman (2001) é um trabalho primoroso para autoridades e estudiosos do assunto direcionar procedimentos mais eficientes para recuperação de pacientes de manicômios ou ressocialização de pessoas presas nas prisões, bem como pensar numa maior qualificação profissional e na qualidade de vida dos funcionários desses locais de trabalho.

No capítulo a seguir, analiso o papel da agente penitenciária feminina no sistema prisional: quais suas percepções quanto ao seu papel no tratamento penal dentro das unidades prisionais, o relacionamento com os colegas de trabalho e o reflexo dessa atividade profissional nas suas vidas pessoais e familiares. Minha proposta caminha no sentido de uma análise de como as agentes penitenciárias desempenham suas funções dentro do sistema prisional e, por meio da perspectiva por elas apresentada, quais outras dimensões da dinâmica de constituição e organização de unidades prisionais podemos vislumbrar em suas falas.

6 AGENTES PENITENCIÁRIAS FEMININAS DO PARANÁ

Pretendemos neste capítulo descrever e analisar o papel da agente penitenciária feminina dentro do sistema penitenciário do Estado do Paraná. Em especial as servidoras lotadas na Penitenciaria Estadual de Maringá (PEM) e na Casa de Custódia de Maringá (CCM). O objetivo desta análise é compreender o que é ser agente penitenciária feminina no sistema penitenciário do Paraná, apresentando as dimensões da dinâmica de constituição e organização de unidades prisionais.

Seguindo esse propósito, as seguintes indagações nortearam o nosso olhar: Quais suas concepções acerca do trabalho e qual o impacto do exercício da profissão em suas vidas? Quais suas opiniões e olhares a respeito do papel exercido na aplicação do tratamento penal? Como vêem o ambiente de trabalho e como se sentem, em termos de reconhecimento profissional, fora da unidade prisional? Por meio das respostas aos questionamentos realizados buscamos entender o que significa para estas profissionais atuarem como agentes e, portanto, quais as características do próprio sistema prisional.

Para tanto, elaboramos um questionário com 15 questões que abordavam particularidades do ambiente de trabalho, relações com os colegas, rotina de serviço e questões familiares. Aplicamos a um número de 08 agentes penitenciárias femininas. Seis lotadas na PEM e duas na CCM. Ressaltamos que a grande maioria delas trabalhou em outras unidades prisionais do Estado anteriormente à unidade prisional em que trabalham atualmente.

As primeiras cinco agentes penitenciárias femininas foram contratadas em 1964, uma vez que, no início de sua formação, o Sistema Penitenciário do Paraná contava apenas com a presença masculina no exercício da função de agente penitenciário. Hoje, no estado do Paraná, temos um total de 315 agentes mulheres distribuídas da seguinte forma:

1. **Penitenciária Estadual de Cascavel - PEC = 8,**
2. **Penitenciária Industrial de Cascavel - PIC = 7,**
3. **Departamento Penitenciário - DEPEN = 1,**
4. **Centro de Observação Criminológica e Triagem - COT = 6,**
5. **Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba - CRAF = 20,**

6. **Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu** - PEF = 7,
7. **Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II** - PEF II = 10,
8. **Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão** - PEFB = 11,
9. **Penitenciária Industrial de Guarapuava** - PIG = 8,
10. **Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava** - GRAG = 9,
11. **Penitenciária Estadual de Londrina** - PEL = 10,
12. **Penitenciária Estadual de Londrina II** - PEL II = 14,
13. **Casa de Custódia de Londrina** - CCL = 11,
14. **Patronato de Londrina** - PATR LONDRINA = 3,
15. **Penitenciária Estadual de Maringá** - PEM = 14,
16. **Casa de Custódia de Maringá** - CCM = 17,
17. **Complexo Médico-Penal do Paraná** - CMP = 23,
18. **Penitenciária Feminina do Paraná** - PFP = 63,
19. **Penitenciária Central do Estado** - PCE = 12,
20. **Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná** - CPA = 8,
21. **Penitenciária Estadual de Piraquara** - PEP = 11,
22. **Penitenciária Estadual de Piraquara II** - PEP II = 11,
23. **Penitenciária Estadual de Ponta Grossa** - PEPG = 10,
24. **Casa de Custódia de São José dos Pinhais** - CCSJP = 10,
25. **Casa de Custódia de Curitiba** - CCC = 11.

Desse total, 14 agentes são amasiadas, 140 são casadas, 25 divorciadas, 13 separadas, 120 solteiras e três delas são viúvas. Outros dados como idade, escolaridade e quantidade de filhos não foram possíveis de serem obtidos junto ao setor de recursos humanos do Departamento Penitenciário do Paraná.

Procuramos englobar no perfil das entrevistadas algumas mulheres jovens, outras mais maduras, casadas, solteiras, com pouco tempo de serviço, com muito tempo, que tivessem trabalhado em diferentes unidades ou não, para que tivéssemos uma abrangência de informações a serem comparadas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das agentes e o material foi todo transcrito e compõe parte deste texto. Tais entrevistas foram concedidas fora do espaço de trabalho, outras foram feitas nas unidades onde elas trabalham. Todas as entrevistadas foram receptivas ao meu pedido, porém, senti a preocupação delas em não aparecer suas identidades. Nesse sentido, procuramos garantir às mesmas

a certeza do anonimato na discussão dos dados da pesquisa, dando-lhes o codinome de agentes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8.

O que é ser agente penitenciária feminina? Operacionalmente as funções dessas servidoras variam em duas formas distintas, e o que determina essa forma de trabalho é o tipo de unidade prisional em que elas atuam. Unidade essa que pode ser destinada à custódia de pessoas do sexo masculino (a maioria dos casos), e do trabalho específico realizado por elas em unidade prisional exclusivamente para o abrigo de pessoas do sexo feminino.

No primeiro caso, em unidades que abrigam pessoas do sexo masculino, elas executam trabalhos na área administrativa, não participam de trabalhos rotineiros que envolvem diretamente os presos, como: revista pessoal, abordagem, revista em cubículos e pertences de preso, atuação em ocorrências dentro do presídio que diz respeito aos presos, envolvimento com drogas, brigas, buscas de informações diretamente com os presos, a fim de prever situações de risco para o bom andamento da segurança, acompanhamento da limpeza da unidade, dentre outras atividade correlatas. Tais atribuições cabem, exclusivamente, aos agentes penitenciários masculinos.

A elas cabe o papel de leitura de cartas que entram e saem do presídio, identificação de funcionários ou público externo que adentram nas instalações prediais da unidade penal, liberação de veículos que adentram e saem da unidade, revistas de materiais trazidos por familiares aos presos (alimentos, roupas, material de higiene, dentre outros produtos), postos de serviços existentes na parte administrativa e principalmente a revista pessoal e o trato com familiares femininas que visitam os presos aos finais de semana (avós, mães, esposas, filhas, irmãs, amigas, primas, tias e outras.).

Assim, analisaremos em um primeiro momento esse grupo de agentes que trabalham nas unidades prisionais masculinas e logo em seguida as agentes que, em determinado momento de sua trajetória profissional no DEPEN, trabalharam nas unidades femininas e hoje estão na PEM ou na CCM. Na PEM, as agentes penitenciárias são em número 14, sendo que seis possuem mais de 16 anos de serviço e oito são funcionárias que estão exercendo a função há pouco mais de quatro anos. Não existe distinção no cargo de agente penitenciário masculino e feminino, o que difere são os postos que cada um ocupa no turno diário de trabalho. As mulheres são proibidas de assumirem postos no interior da penitenciária. Os

postos ocupados por elas são em sua maioria na parte administrativa da unidade prisional.

Das 14 agentes lotadas na PEM, 12 possuem curso superior completo e duas completaram o ensino médio, que é o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo. Nove delas são casadas e cinco solteiras. Todas são unânimes ao dizer que o exercício de suas profissões reflete de modo negativo em suas vidas pessoais e familiares. Como demonstrado em algumas falas abaixo reproduzidas:

Eu me sinto muito cansada, muito estressada, eu acho que esse estresse todo, do ambiente, é, diminui a qualidade de vida em casa, com certeza, menos paciência com criança, menos tolerância com as adversidades do dia a dia. (AGENTE 6)

A fala anterior denota o cansaço e o reflexo do seu trabalho na família. A fala seguinte demonstra os motivos porque a família é alvo desse estresse:

A gente tende, como é da natureza humana, eu digo às vezes, a gente tende a descarregar as nossas, ah, os nossos pesos, em quem está mais próximo e geralmente quem está mais próximo da gente é a família. Então quando você chega em casa cansada, você chega estressada em casa, você desconta em quem está mais próximo, geralmente na família por isso eu tenho essa impressão essa opinião de que, é, nosso trabalho, nossa função trás muito mais, é, negativo do que positivo na relação familiar. (AGENTE 1).

Na fala a seguir, há um ponto interessante em que a agente não percebe os problemas advindos do seu trabalho durante o desempenho de suas funções, e isso porque está envolvida nele. Somente quando está longe do ambiente de trabalho é que nota o quanto é atingida pelo estresse provocado pelo exercício de suas funções:

Eu tenho sim influência negativa do meio, com certeza. Percebo isso, nas férias e nas licenças, é só quando eu me afasto do local de trabalho é que eu percebo o quanto aquilo me toca, então eu só me dou conta disso (ZEU) quando me afasto, que quanto eu estou na rotina eu não me dou conta que eu tenho um temperamento alterado [...] (AGENTE 7).

Na unidade masculina, a maioria dos homens exercem postos de comandos na área de segurança. Postos que as mulheres não podem assumir. Logo, elas ficam sujeitas às determinações dos agentes. A confecção das escalas de serviço, o

local onde elas estarão escaladas, a escolha dos dias de folgas e de férias, bem como os direcionamentos das rotinas de cada plantão também são decisões que cabem a um agente penitenciário. Esse comando, dentro da unidade para presos masculinos, é fonte embrionária de um dos maiores problemas apontados por elas:

A minha maior dificuldade é a questão de relações interpessoais, não era a visita, não era o preso, era a rotina maçante das relações interpessoais, e relações de divergências, né, divergências de pensamento, né, é eu acho que esse modelo prisional não deu certo, é um modelo que não está dando certo, mas que persiste [...] essa incompatibilidade de ideias é minha maior dificuldade (AGENTE 1).

As relações humanas em que as agentes estão inseridas e as atitudes pessoais dos colegas de trabalho são situações mais agravantes segundo elas para o convívio harmônico no ambiente de trabalho:

[...] mais difícil pra mim é conviver nesse ambiente, com as pessoas que já, já, estão totalmente contaminadas com esse, sistema prisional, acho que quem está aqui acaba se contaminando mesmo né, é, acho que minha maior dificuldade é lidar com as pessoas, é, é, é o humano mesmo, nem é o ambiente, nem os presos é as pessoas [...] minha dificuldade é essa, é lidar com as pessoas, as fofocas.(fica muda). (AGENTE 3).

Logo nas primeiras entrevistas ficou claro que, num ambiente vivenciado em uma unidade tipicamente masculina, existe um confronto interpessoal que cria atritos sérios entre as agentes femininas e os agentes. Os conflitos são ainda mais acentuados porque a especificidade do presídio masculino as impede de assumir cargos de chefia do grupo de segurança. Os homens estão constantemente preocupados com as tarefas necessárias para as rotinas de trabalho, como por exemplo: soltar presos para o banho de sol, atendimento com os técnicos (advogados, psicólogos, assistentes sociais e outros), condução de escoltas, servir alimentação e questões relacionadas à segurança e à disciplina. O que faz com que eles dêem pouca valorização ao serviço executado pelas mulheres. Alguns depoimentos refletem até o menosprezo que as mesmas dizem sentir por parte dos colegas de trabalho. A fala dessa entrevistada abaixo relata a dificuldade dessa relação de gênero no interior das unidades prisionais e o menosprezo dado ao seu trabalho.

Na mentalidade dos homens que trabalham aqui, trabalhar é descer em cada cela, solta preso, acompanhar, dar geral em preso. Eu penso que num ambiente de trabalho, cada um tem uma função, se uma é mais importante que o outro ou menos importante, não dá pra você medir assim, porque a gente trabalha em conjunto, então cada um desenvolve um papel, então dentro da minha função, dentro do que cabe a eu fazer, eu faço bem feito. Eu não posso comparar duas medidas diferentes, duas, grandezas diferentes. Colocar na mesma medida. Se são diferentes não dá pra comparar. É diferente da Polícia militar que daí, tem a feminina e a masculina que saem em campo e desenvolve a mesma função, mas aqui não, aqui nós temos funções diferentes e eles (agentes masculinos) não entendem isso. (AGENTE 1).

Sinto um menosprezo pelo nosso trabalho, um trabalho à margem, não é um trabalho. O trabalho importante é lá em baixo, o fundo da cadeia. Eu tenho essa concepção: o importante é o fundo da cadeia.[...] ah, vocês estão aqui na frente e a gente que está lá no fundo. (AGENTE 6).

Nas falas anteriores, notamos que os agentes não dão muito valor ao trabalho das agentes. A fala a seguir indica que esse problema persiste da inauguração até os dias atuais da PEM:

Na verdade, digamos assim entre aspas é uma briga, de quinze anos que a gente vem tendo com os agentes masculinos, de tentar convencê-los que a nossa função é tão importante quanto a deles dentro da instituição [...]. (AGENTE 1).

Não obstante, como se não bastasse esses descréditos pelas suas funções, as agentes sabem da importância de seus trabalhos no todo da unidade prisional. Sabem que fazem parte de um grupo e que suas atividades contribuem, em muito, na excelência da segurança da unidade. O que acontece com visitantes na parte administrativa chega ao conhecimento do preso. Igualmente, o que ocorre nas revistas de familiares pode insinuar o preso a ter comportamento disciplinar adequado à segurança ou não, dependendo do que ocorrer com sua visita.

A possibilidade ou a preocupação de encontrar nas revistas pessoais das mulheres que adentram à unidade prisional nos dias de visitas – materiais proibidos como drogas e celulares –, faz desse momento um período de muito estresse para as agentes penitenciárias, sendo, inclusive, para algumas, a pior parte de seu trabalho. Tal situação é ilustrada na fala abaixo:

[...] mais especificamente o que eu acho que é bastante difícil, que é a parte mais difícil da nossa função é a revista corporal. Porque é bastante constrangedor é uma revista em que a pessoa fica nua na nossa frente, então assim, da mesma forma que eu penso que é constrangedor pra visita, é constrangedor pra nós também, é, a gente não é indiferente a esse constrangimento, a gente procura manter a postura profissional, tenta trabalhar dentro da ética e do profissionalismo. No entanto, é bastante constrangedor [...] (AGENTE 3).

Dentre as mulheres revistadas, chama atenção a preocupação das agentes com as mães, como destaca a fala abaixo:

Bem, sempre que eu estou revistando um familiar, eu acho assim, a parte que mexe com o sentimento da gente, é o fato da gente lidar com mulheres mães, que ali estão visitando os filhos, porque a gente sabe que a esposa, amasia tem opção de estar, ali visitando ou não, a mãe, é, o ditado mesmo já diz: “mãe não abandona filho”, então assim, mexe bastante com meu sentimento em relação às mães principalmente aquelas mães idosas que vão ali, passam por aquele constrangimento, e a gente acaba absorvendo um pouco disso sim [...] (AGENTE 4).

Mesmo não lidando diretamente com os presos, por diversas vezes fica evidente nas entrevistas a pressão sofrida pelas agentes penitenciárias, por lidarem com as correspondências dos presos, com as mercadorias que os familiares levam e elas têm que revistar, mas principalmente com o contato direto com familiares dos presos na revista pessoal feita nos dias de visitas. Além disso, as falas demonstram a possibilidade de sofrer ameaças ou qualquer tipo de retaliação por parte de visitas de presos ou dos próprios presos após serem libertados.

Quando o assunto em discussão era o tema de ameaças sofridas, surgiu-me um questionamento: em sua grande maioria, as agentes das unidades masculinas demonstraram sofrerem pouca ou nenhuma ameaça. Nossa dúvida então seria: a agente penitenciária feminina que exerce suas funções num presídio especificamente para mulheres presas, se sentiria mais ameaçada que as agentes dos presídios masculinos aqui tratadas? Desse questionamento, surgiu a necessidade de entrevistar agentes que trabalharam nessas unidades prisionais. Oportunamente apresentarei sua perspectiva sobre o assunto.

De qualquer forma, o fantasma do perigo eminente não deixa de assombrar os pensamentos das agentes, como fica claro nas falas seguintes:

Nunca me senti ameaçada, nem por visita, nem por preso, nem por chefe, nem por colegas de trabalho, nunca senti essa ameaça, de forma alguma. Assim perseguições, né, se houve não percebi. [...] eu acho que por ser um presídio masculino, né, onde, o universo a população encarcerada é masculina, eu acho que o agente masculino ele está mais submetido sim, né, ele está mais submetido sim a sofrer algum tipo de ameaça [...] (AGENTE 5).

Se, por um lado, a ameaça sentida pela agente que trabalha na unidade masculina não é tão intensa, por outro lado, dá-se na preocupação com os filhos. Diz essa outra entrevistada:

Se meu filho comenta que sou agente penitenciária na escola, aí já surge uma é, várias perguntas, ah, mais tua mãe não tem medo de trabalhar lá, então eu sinto assim, que tanto pra mim quanto para minha família, reflete de forma negativa, é, a questão da ameaça por ser agente penitenciário, às vezes a gente tem que fazer assim, é, um certo sigilo da profissão pra não prejudicar um filho. (AGENTE 3).

A entrevistada abaixo, casada com um agente penitenciário, teve informações de possíveis retaliações aos seus filhos, devido ao fato de seu marido responder pela chefia da segurança do presídio, como conta:

[...] A gente ficou sabendo que os presos tinham informação onde as crianças estudavam, e tudo mais, então quer dizer, você fica naquele. Você quer proteger, mas ao mesmo tempo você tem que deixar as crianças um pouco a vontade se não eles é que vão viver numa prisão, né. Então acho que isso é o que é mais, difícil assim, na questão com a família. (AGENTE 3).

Se a ameaça não é o que mais preocupa a agente penitenciária que trabalha na unidade prisional masculina, notamos que o exercício das suas funções acarreta uma carga de estresse muito alta. Em todos os casos entrevistados, foi registrada a presença de depoimentos que apontam problemas relacionados à questão psicológica, como estresse, ansiedade, nervosismo exagerado, síndrome do pânico e outros. Nesse sentido, muitas delas viam-se obrigadas a procurar ajuda de profissionais da área. Não existe dentro das unidades um trabalho voltado para essa problemática que atinge também o agente masculino. Aliás, o ambiente prisional machista despreza e ironiza os “fracos” e todos que se mostram com problemas para gerir suas funções profissionais e conviver nesses locais. Logo, as agentes

femininas sofrem também pelo fato de alguns agentes observarem nelas tais problemas, não escapando da crítica dos colegas. Como evidenciam essas falas:

Como a maioria é homem, eu senti certo menosprezo, em relação ao nosso trabalho sim, talvez uma exigência maior, uma cobrança maior, diante de mesmas atitudes, e, também certo ciúmes [...] ah, por que, mulher não faz nada, só a gente que trabalha, só fica lá em cima, nós estamos correndo risco elas não, né, então assim, esse é um discurso assim muito masculino, que é pra mim, enquanto pessoa, enquanto ser humano afeta sim, no meu desempenho do trabalho, por que eu via assim, a questão de gênero muito presente homem-mulher muito presente, e o que me faz pensar, é como num mundo tão diverso, como nós estamos vivendo hoje, com a diversidade tão presente, ainda existe esse tipo de discurso, que, nos afeta enquanto gênero, e quanto mulher, uma cobrança maior, as vezes uma falta cometida por ambos os sexos, pra mulher pesa mais, é discursivamente, nas brincadeiras, nas piadas, nos gestos, isso nos afeta, mas assim nossas opiniões, nossas idéias de trabalho, o espaço. Quando o chefe chega a falar assim: olha infelizmente não dá pra colocar mulher na chefia, por que vai que tem que usar a força, como se o sistema prisional fosse só dirigido pela força [...] e pelas mulheres também tipo :oh, tinha que ser mulher, oh o tanto de fofoca [...] Só homem pode ser diretor de cadeia... uma mulher nunca pode ser diretora, vai que tem que usar a força. (AGENTE 7).

As críticas sofridas pelas agentes, no exemplo acima, são, segundo elas, agravantes para um problema muito sério dentro do sistema prisional que diz respeito à saúde mental dos funcionários, como aponta a seguinte entrevistada:

É bastante frequente a gente sentir alterações de humor, é, alterações, tolerância, em função do nosso trabalho. Mas a gente tem algumas opções: eu já procurei fazer atividade física pra tentar minimizar esses efeitos, é, não, não, posso dizer assim, no momento mais crítico, eu procurei ajuda profissional. Eu fiz tratamento, é, com profissional de psiquiatria durante dois anos e meio, então nós temos essas formas alternativas de tentar minimizar esses efeitos, mas esses efeitos ocorrem e é bastante perceptível na vida social, na vida familiar, a gente consegue perceber alterações bastante significativas de humor de tolerância, de ânimo, é, bastante, a gente está bastante suscetível assim a essas alterações. (AGENTE 1) .

O problema do equilíbrio psicológico afeta as agentes e ocorre com maior intensidade com aquelas que trabalham nas unidades penais específicas para presas do sexo feminino, como indica a fala abaixo:

Eu tive um problema de saúde, eu tenho, vai fazer ano, eu estou fazendo tratamento, é, estava com a pressão alterada, fiz uma bateria de exame e clinicamente eu não tinha nada, foi constatado que eu estava com estresse, eu até nem acreditava muito nisso. Oh sua pressão é alterada devido o estresse do seu trabalho, desde fevereiro desse ano que eu estou fazendo tratamento, e, eu tomo remédio pra pressão, né. Não sei se tem alguma coisa a ver, dizem que não tem muito a ver, mas meu tipo não é nem pra pessoa hipertensa, né, tenho alimentação saudável, pratico esporte, mas realmente minha pressão altera, tinha uns picos, perigosíssimos, eu tive assim. (AGENTE 8).

A condição de gênero dentro da unidade prisional masculina é vista pelas agentes como um problema de falta de valorização por parte dos colegas masculinos. Sobretudo, as críticas dirigidas diariamente a elas pelas funções que exercem, a pouca importância dada à ação operacional, mesmo sabendo que o resultado do seu trabalho reflete diretamente no bom ou no mau andamento do “fundo”²⁵ da cadeia.

A interpessoalidade agrava seu convívio no ambiente de trabalho. Se, num primeiro momento, acredita ela ser igualmente valorizada quanto aos seus colegas masculinos, num segundo momento elas sentem na pele o peso de uma instituição machista por excelência. Uma mulher e uma mãe que sente o impacto emocional das pessoas que adentram no presídio para visitarem seus familiares, mas precisam se Políciar para não deixar transparecer esse seu lado emocional de mulher e de mãe para poder prestar um serviço isento de pessoalidade, procura o tempo todo externar tão somente o seu lado profissional, visto nestas falas a seguir:

Eu me identifico sim, enquanto pessoa humana, eu ser humano, visita, ser humano. Então assim, eu me vejo às vezes identificado com aquela pessoa sim, nessa condição de pessoa humana, embora em lugar diferente, mas eu me identifico sim. (AGENTE 5).

No prefácio da obra *Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre Agentes Penitenciários*, Moraes (2005) menciona qual a origem do estrato social do qual os funcionários que trabalham com os presos no sistema prisional advêm:

²⁵ Segundo Moraes (2005), em seu trabalho com agente penitenciários, o “fundo” diz respeito a uma dicotomia moral/imoral-amoral; ali estariam os piores presos, os mais moralmente questionáveis. Assim, o que observamos é que quanto mais criminoso, mais no fundo, quanto mais dentro da cadeia, maior a possibilidade de contágio moral do agente penitenciário porque está em contato com esse tipo de preso.

[...] lidar com o refugo da humanidade não é uma atividade enobrecedora. Desse modo, os agentes finais do processo de imobilização precisam ser recrutados nos mesmos estratos potencialmente anti-sociais e perigosos, pois somente os membros das camadas desfavorecidas se disporiam a este trabalho impuro. (MORAES, 2005, p. 20).

Esse argumento acadêmico é confirmado pela seguinte fala de uma das agentes entrevistadas:

[...] Pela leitura das cartas que eu faço, pela ortografia, pela sintaxe, pela língua, eu vejo quem está preso. O pobre, ainda o predomínio preto, ou seja, o que sai, o que sai do gueto vai pra prisão, então a prisão é feita para uma parcela da população. Mas eu acredito ainda, que é trabalho, que é educação, que é formação, né, que é qualidade de vida, é, isso que pode fazer a diferença, talvez seja isso que está fazendo a diferença na minha vida, porque eu também vim do gueto. (AGENTE 5).

O argumento reforça a fala de Moraes (2005), sobre qual camada social fornece mão de obra para trabalhar nas cadeias. Por outro lado, o quadro dos funcionários tem mudado significativamente no que diz respeito à formação cultural das pessoas que estão adentrando o espaço da DEPEN-PR, como aponta essa entrevistada:

[...] Então assim, não é uma tarefa fácil, não, tem que ter um preparo psicológico, um preparo físico, e assim, é, não é, um trabalho reconhecido ainda pela sociedade, talvez nem pelo familiar do preso. Porque o tempo todo nosso trabalho é muito criticado, nós somos muito mal vistos ai fora, e, muita coisa mudou, hoje a cultura do agente penitenciário já é outra. Antes o agente penitenciário era visto ainda como aquele, é, carcereiro, espancador, ainda existe o ranço de tudo isso. Mas a gente já vê grandes avanços, é, a cultura do agente penitenciário, já é outra, hoje o agente penitenciário, ele está se graduando, buscando conhecimentos, e assim, a gente está conseguindo desmistificar essa realidade do passado. (AGENTE 4).

Prova disso é a quantidade de agentes com nível superior nas duas unidades, 12 das 14 agentes da PEM e 11 das 17 da CCM possuem diploma de curso superior.

Questionamos as agentes que trabalharam em unidades femininas sobre as suas opiniões, a fim de descobrir se as funções exercidas por elas dentro daquelas unidades continuavam desprestigiadas em relação ao trabalho masculino. A fala a

seguir demonstra que, para essas agentes, pouco se nota desse sentimento de desprestígio:

[...] Eu penso que não, eu já trabalhei em penitenciárias femininas e agora estou tendo o prazer de trabalhar numa penitenciária masculina, então, ou seja, são tarefas, distintas, né, mais é aquilo que eu falei, é, tanto o homem quanto a mulher, o que é cobrado da gente é o que? Responsabilidade é tudo que o homem tem a gente, tem que ter também, então, independente de sexo, é cobrado da mesma forma, não vejo diferença não. Tem funções é lógico que cabe a nós mulheres, e tem as funções específicas que cabem aos agentes masculinos [...] agora fora isso não, é a mesma responsabilidade para os dois. (AGENTE 4).

Já outra entrevistada que trabalhou somente na PEM ou CCM – unidades masculinas –, a visão difere da fala anterior por acreditar que o desprestígio continua e ainda se acentua por serem elas a minoria dentro do quadro funcional de agentes das Unidades. Observemos a fala abaixo:

Quando você é minoria em certo ambiente, a diferença é clara e visível, e, particularmente nós trabalhamos num ambiente em que nós somos, digamos dez por cento, do efetivo total, ou seja, nós temos aí, em torno de, cem agentes masculinos, pra dez doze femininas, isso implica que tudo que você vai pleitear, tudo que você vai requerer, é, tudo que você deseja pro seu ambiente de trabalho, você tem que, digamos assim você tem que convencer uma grande maioria de que aquilo é importante de que aquilo é necessário. (AGENTE 1) .

Indagamos as agentes a respeito da aceitação de seus amigos e parentes quanto à sua decisão de ingressar na carreira penitenciária. A fala seguinte demonstra a preocupação e a concepção de seus familiares acerca da aceitação da profissão pela agente penitenciária:

[...] Ah, não entenderam porque, é, questionaram muito, em princípio, me aconselharam a não aceitar, nem começar a trabalhar, e hoje se acostumaram com a idéia, mais ainda ninguém concorda ninguém entende porque, [...] o trabalho seria provisório [...] não de forma alguma meu trabalho não é valorizado, é um trabalho que parece que ninguém quer fazer, até brincam: alguém tem que fazer o serviço sujo, né, mas não tem valorização (fica muda) (AGENTE 6).

A convicção da entrevistada sobre a falta de valorização do seu trabalho pela sociedade e familiares é evidente. Ela reforça a ideia de desvalorização dada pela sociedade, o que é possível ser observado na fala de outra entrevistada:

Pelos meus familiares e amigos, muito valorizado, para sociedade, não, é, pra sociedade a gente não tem valor nenhum. Absolutamente nenhum, é muito mais importante pra sociedade o Policial militar, o bombeiro do que o agente penitenciário. A sociedade não vê o agente penitenciário com bons olhos. [...] porque a gente está tratando do lixo da sociedade, né. Esse lixo vai ter aquele que vai ser reciclado e tem aquele, que não é reciclado. Então, a sociedade quer que o ladrão se exploda, conseqüentemente, quem cuida dele, não tem importância nenhuma. Eles não pensam que um dia o ladrão vai voltar pra, o preso vai voltar pra sociedade, e, dependendo do trabalho do agente penitenciário se for bem desenvolvido, se a gente tiver condições adequadas de fazer um bom trabalho, esse preso pode voltar a sociedade e não ser um delinquente novamente, não fazer a sua família ou a minha família, mais uma vítima. (AGENTE 8).

Com o objetivo de retomar o questionamento surgido logo nas primeiras entrevistas – se haveria diferenças no comportamento e opiniões das agentes penitenciárias femininas operacionalmente dentro das unidades pelo fato de trabalharem em unidades prisionais distintas, uma especificamente para presas do sexo feminino e outra própria para tratamento penal de presos masculinos –, entrevistamos agentes que trabalharam na Penitenciária Feminina do Estado (PFP), que abriga somente pessoas presas do sexo feminino, e na unidade do Complexo Médico Penal (CMP), ambas unidades localizadas na cidade de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba-PR.

O resultado dessa comparação é interessante e surpreendente. As agentes que trabalharam em penitenciárias femininas apresentam uma visão um tanto quanto diferente das outras agentes da unidade masculina. Sobretudo quando questionadas sobre as ameaças sofridas por elas. Oportuno nesse momento lembrar que em uma unidade prisional que abriga pessoas do sexo feminino, os papéis mudam. São as agentes femininas que administram a segurança e a disciplina dentro da cadeia. Os agentes masculinos fazem os papéis que elas desempenham em uma unidade masculina, ou seja, ficam em postos de serviço na parte administrativa do presídio, não podendo manter contato onde as presas ficam. É exatamente o oposto da unidade masculina.

A percepção que se tem é que o fator efetivo das obrigações profissionais de um lugar e outro condicionam essa agente penitenciária a tomar atitudes parecidas com as dos agentes masculinos. Mostramos a seguir algumas falas dessa mudança em função da unidade ser feminina:

Ah, sim entre o agente masculino e a agente feminina, nas funções desempenhadas na unidade feminina, pelas agentes, é totalmente diferente das funções desempenhadas aqui (CCM), né, a agente penitenciária feminina é muito mais operacional, é muito mais ativa, é, não que seja, é, responsabilidade, mas ela tem muito mais a se doar, do que uma agente que trabalha numa unidade masculina. Você, você tem que ter uma visão mais ampla daquilo que você está fazendo, estar muito centrada naquilo que você está fazendo, você é um vínculo da, do preso com a sociedade aqui fora, né, muitas presas, a única pessoa que ela vê, e a única pessoa que ela tem contato fora da carceragem, do mundo externo é a agente penitenciária. Então é através dela que ela vê, né, o mundo externo. A maioria não tem visita, visita íntima muito menos, né, então, a presa mulher a família abandona literalmente. (AGENTE 8)

A fala acima demonstra diferença na forma operacional de trabalho entre as funções exercidas por elas nas distintas unidades. Além de mostrar concepções a respeito de como elas enxergam os agentes masculinos, ocupando os postos que elas ocupam na PEM e na CCM. E são interessantes essas entrevistas no sentido de analisar o que ocorre com essas agentes recorrentes do contato direto com as presas no interior do presídio. Vejamos,

Oh, olha na penitenciária masculina, a agente penitenciária ela é ignorada. Assim, o serviço dela, é, sem importância né. Agora na, acho que num ponto de vista geral, assim, até os outros funcionários, os outros agentes né. Agora na unidade feminina não, a gente tem um, a gente tem voz ativa, a gente que comanda, tal, quem domina o espaço na unidade feminina são as agentes [...] ó, olha, eles (os homens) são mais respeitados do que na unidade masculina, eles são mais respeitados. (AGENTE 8).

Suas falas demonstram sensivelmente a diferença do tratamento dispensado a elas nas unidades masculinas, inclusive alegando que elas respeitam mais os agentes masculinos nas unidades femininas. Porém, impressiona a percepção da possibilidade de alguns tipos de ameaças que elas podem vir a sofrer e isso se ocorre em função do tipo de atividade que desempenham dentro da unidade feminina, agora não mais em postos fora do interior da cadeia e sim no contato

direto com as presas. Cabe as elas nessa unidade o papel de gerenciar, como dito anteriormente, a segurança e a disciplina da unidade prisional.

A fim de exemplificar melhor essa diferença, expomos alguns depoimentos que descrevem fatos por elas vividos dentro e fora da cadeia. Situações que posteriormente analisaremos pelo questionamento das ameaças, mas também pela problemática dos danos psicológicos advindos desses momentos:

A gente se sente ameaçada sim, principalmente quando está fora do horário de trabalho, eu como já, trabalhei em outra penitenciária na capital, já passei por situações, assim, de ameaças, estando andando na rua, em dia de folga, e isso, refletiu um pouco na minha vida emocional, então é assim, é, uma constante ameaça sim. (AGENTE 4).

Essa agente com mais de 20 anos de experiência no trabalho exercendo função na unidade feminina, relatou as ocorrências sofridas por ela e outra colega de serviço. O relato dado mostra a dificuldade e o perigo desse trabalho nas unidades femininas, como veremos abaixo:

Eu convivi com uma presa, que ela teve ,é, durante seis anos presa lá no manicômio judiciário por tráfico de drogas, e um dia na minha folga, eu estava passando por uma avenida lá de Curitiba onde ela fazia ponto. Ela e outras prostitutas. E ao passar pela aquela rua, fui reconhecida por ela, aí ela veio atrás de mim, bateu nas minhas costas e disse eu conheço a senhora. Quando eu me virei, eu logo a reconheci, aí ela me pediu dinheiro e eu falei que não, que naquele exato momento, eu não iria dar o dinheiro pra ela. Aí eu perguntei por que, qual a razão dela estar pedindo, ela me explicou que ela estava com HIV, e que ela precisava de dinheiro pra comprar medicação. Mas a gente tem conhecimento que essa medicação existe em postos de saúde, então eu percebi que o dinheiro não seria pra isso, seria pra uso de substancia entorpecente ou quem sabe, substancia alcoólica. Aí eu pedi pra que ela viesse até a esquina comigo, pra que eu pudesse conversar com ela longe das demais prostitutas, nesse momento, as prostitutas amigas dela perguntaram pra mim o que eu fazia lá. Ela falou: eu conheço ela lá da penitenciária. Ai eu falei minha profissão, ai essas prostitutas começaram rir e quiseram me encurralar. Ai, essas ex-presidiárias, vendo que eu estava sendo ameaçada, me tirou do meio delas e falou: não dona "E", vamos até a esquina e daí lá a gente conversa. Ai naquele momento eu falei minha situação: falei olha eu não concordo com você estar pedindo na rua, quanto a medicação você sabe que tem, na secretaria, você pode estar procurando e tudo. Aí ela falou assim pra mim: então a senhora me arruma pelo menos dois reais. Eu falei : se você me falar pra que é o dinheiro eu vou te arrumar. Aí ela falou que era pra poder, estar adquirindo a droga. Aí eu fui até a esquina com ela, até uma farmácia, pra não abrir a bolsa, ali na rua, naquela situação, e,

graças a Deus, encontrei um colega de trabalho, que estava fardado, ela percebeu a presença dele, aí ela me pediu os dois reais, eu entreguei, ela agradeceu e foi embora. Mas assim eu não sei o que poderia ter acontecido, né, neste momento se eu não tivesse encontrado esse amigo de trabalho. (AGENTE 4).

Além dessa ocorrência, outro momento difícil passado por ela e por uma amiga nas ruas de Curitiba foi relatado:

E teve outra situação também, de uma outra presa, lá do manicômio judiciário, também, que me encontrou num ponto de ônibus e estava eu e mais uma colega, agente penitenciária, e essa presa havia tido uma discussão com essa agente, minha amiga, aí, ela embarcou no mesmo ônibus que a gente e nos perseguiu. Aí ela falou que estava armada, e que a hora que nós descêssemos do ônibus ia ter um acerto de contas. Ai ao descer do ônibus, lógico, a gente se preparou pra tal situação, né. Aí nós nos dirigimos até um ponto de taxi, cujo o taxista era amigo nosso, também, porque a gente morava numa cidade pequena, conhecia todo mundo. Aí nós entramos rapidamente nesse taxi, ela atrás, chegou a pegar outro carro, seguiu nosso carro e assim, é, o taxista conseguiu desviar, entrar numa rua diferente lá, e ela perdeu o alvo, né. Então foi mais uma situação, assim, que não aconteceu porque a gente encontrou uma pessoa conhecida. (AGENTE 4).

Tais relatos não são encontrados nas falas das agentes que trabalharam somente em unidades prisionais masculinas. Aliás, em muitas falas dessas agentes as mesmas alegaram que as ameaças preocupavam mais em função da segurança dos seus familiares, e não com elas mesmas. Entretanto, a fala abaixo de uma entrevistada que trabalhou na Penitenciária Feminina do Estado em Curitiba é extremamente mais convicta do risco de retaliações:

Me sinto ameaçada, lógico, (risos) ainda mais quando você sai na rua, de repente você encontra ex presa, ex preso, você se sente coagido sim, independente do trabalho que faz dentro da unidade, fora dela você se sente, é, você é uma vítima em potencial. [...] dentro da unidade você sabe quem é o preso, você sabe que ele está contido, e fora dela ele não está, você não sabe o que ele está pensando a seu respeito. Se ele vai querer se vingar de uma situação ou outra, é, ou se não tem situação, se ele vai aprontar alguma com você, você não sabe o que vai vir dele, você é frágil. (AGENTE 8).

Questionei, então, o que poderia acontecer com uma agente penitenciária que trabalha em uma unidade feminina e o que não ocorreria aqui na PEM e CCM com

as agentes em função da especificidade das unidades masculinas. Ela nos responde:

Então, com preso o que aqui (CCM) não aconteceria é ser ameaçada. Eu já fui ameaçada de morte por presa, foi uma situação bem assim, ruim pra mim, que pra ser bem sincera, me tirou o sono, né? Aqui essa situação não aconteceria, né. (AGENTE 8).

Pedi ainda que nos contasse como se deu o ocorrido,

Ah, essa situação, é: a presa cometeu uma falta grave dentro da unidade, ela tinha que ser isolada, no isolamento, daí, eu era inspetora e fui conduzir a presa para o isolamento e, nesse espaço do cubículo dela até a galeria de isolamento, ela foi me ameaçando e falando palavras de baixo calão, tal e falou que o dia que ela saísse de lá ela ia atrás de mim, nem se fosse no inferno. Daí o dia que eu tivesse no caixão, eu ia ver o que era bom. Então foi bem assim, me tirou o sono, né, e essa foi uma das situações, né, tem outras situações que pode acontecer. (AGENTE 8).

Ela ainda nos descreveu situações em que as presas acusam as agentes de levarem droga para dentro da cadeia e do assédio sexual que são acometidas algumas profissionais:

[...] Pode entrar alguma coisa na unidade, e a presa falar que foi você, né, é pode acontecer da presa se apaixonar por você. Acontece bastante assim, né, presa se apaixonar por você. [...] Já aconteceu casos na feminina (PF) [...] olha, se há, caso que aconteceu lá, que a presa se declarou pra funcionária, vai para o isolamento, né, aí várias situações, que leva a isso, a carência da presa, falta de vínculo com as pessoas da sociedade, família. Família não visita, ninguém visita, né, esse tipo de coisa. Às vezes você conversa com o preso dá atenção, houve lá o que ele tem pra falar, e acaba achando que é outras coisas, é, no meu ponto de vista, o que mais faz acontecer isso é a carência do ser humano, mesmo. Aquele que está mais próximo é o mais importante pra você, que no caso é o agente penitenciário. (AGENTE 8).

Com a obtenção desses depoimentos com as agentes que trabalharam em unidades femininas, podemos observar que o desgaste dessa funcionária e os problemas recorrentes da função são exatamente os mesmos que ocorrem com os homens dentro das unidades masculinas. Inclusive, os efeitos psicológicos advindos do exercício das funções, como podemos notar na fala abaixo:

Bastante, eu trabalhei nove anos no complexo medico penal. Como eu já falei, é assim, lidei com presas com problemas psiquiátricos, então todo plantão era ah, uma alteração de emoções, né. Eu lidei com presas que estavam doentes, final de HIV, haseníase, tuberculose, com presas que se agitavam o tempo todo. Tinha uma delas que cortava a pele com caco de vidro. Então, assim, a gente acaba, é, transferindo pra gente um pouco de toda essa emoção também. Até então eu não fazia uso de medicação psiquiátrica, e, com o passar do tempo, agora, trabalhando, aqui na PEM eu senti que, todo aquele efeito, é, foi meio que retardatório, agora que eu estou sentindo toda aquela emoção que ficou contida lá no passado. A gente acaba tendo que fazer uso de medicação também. (AGENTE 4).

O fato de trabalhar dentro da cadeia – seja com o preso masculino ou feminino –, causa um desgaste psicológico muito maior em quem está diretamente trabalhando com os presos do que aquele funcionário ou funcionária que trabalha em setores administrativos, afastado das ocorrências disciplinares e do convívio com a massa carcerária. Essa entrevistada que teve a oportunidade de trabalhar nas duas diferentes unidades faz um comparativo operacional entre elas. Sua fala aponta o efeito que a transferência de uma unidade feminina para uma masculina (CCM) causou em seu cotidiano:

Atualmente aqui eu não tenho medo de sair, se eu tiver que ir num show eu vou, em aglomerado de pessoas, quando eu morava em Curitiba e trabalhava na feminina, eu tinha medo de ir em aglomerado de pessoas, eu me privava de muita coisa, pela profissão. Agora aqui, eu já não me privo porque eu não tenho contato com o preso. Aqui eu me sinto mais segura, mais tranquila, [...] se tiver que ir ao centro de Maringá, eu vou, e fico tranquila, não fico assim, meio, que cuidando de tudo que é lado pra ver se eu vejo alguma presa, e tal, eu não tenho essa neura aqui, lá eu convivia muito com isso, e isso me atrapalhava bastante. Assim, viver com essa, esse fantasma. Será que vou encontrar será que eu nem sei o que. Eu chegava em casa à noite, geralmente chegava oito e meia, oito e quinze, olhava pra ver se não tinha ninguém, é, perto da entrada do meu prédio, às vezes nem entrava no prédio, dava uma volta pra ver se tava tudo normal, né. [...] (AGENTE 8).

Além da rotina desgastante do dia a dia da agente feminina dentro do presídio, como ameaças, confrontos pessoais e físicos com as presas, há casos de rebeliões, como esses relatos passados por uma agente penitenciária que presenciou de perto uma situação assim em unidades de Curitiba, como nos conta:

Olha, nos dias, continuei trabalhando normal e até meses depois com o andamento da unidade tive que continuar, eu, eu não senti. Eu fui sentir mesmo foi quase um ano depois, né, foi em torno de uns oito meses depois (da rebelião). Eu ia trabalhar, chegava em casa com náuseas, dor de cabeça, é, não me sentindo bem, aí o outro dia que eu tava em casa passava melhorzinha, no outro dia, que ia pro plantão, tal, voltava, não voltava bem, aí eu achava até que eu estava, com labirintite, algo assim, aí foi quando fui procurar um médico e ele disse que não, que eu estava estressada, que era do trabalho, tal. Estou fazendo acompanhamento psiquiátrico, com psicólogo, com psicóloga, com psiquiatra e com o médico, com clínico, né. Que é a pressão. (AGENTE 8).

Essa mesma funcionária foi transferida para a CCM poucos dias antes de ocorrer ali a maior rebelião de presos que aconteceu em uma unidade prisional do interior do Estado do Paraná. Em razão do levante dos presos, vários cubículos foram inutilizados e a capacidade de 960 presos passou para pouco mais de 300 presos. A agente, por sua vez, relata sua atitude no decorrer dessa rebelião:

Foi meu terceiro plantão, me senti bem ruim, já não queria, tanto é, que geralmente quando acontece essa situação os agentes de outros plantões vêm né, pra dar apoio, tal. Eu não vim, eu estava de folga, eu vim aqui só na outra semana. [...] não acompanhei, fiquei sabendo, porque me ligaram avisando, porque eu nem estava sabendo que tinha estourado a cadeia. [...] Eu sai de plantão e me ligaram avisando, nem acompanhei pela televisão, não quis acompanhar. [...] ah, devido o fato de estar tomando remédio pra pressão, achei que não era, pensei que não seria bem-vindo pra mim. (AGENTE 8).

O comportamento dessas agentes femininas nos parece que se assemelha muito às falas do agente masculino visto inicialmente nesta dissertação na etnografia da PEM. E, por muitos momentos, em função desses depoimentos, o gênero ou a identificação dele fica em segundo plano. As diferenças de gênero se assemelham quando ambos exercem as mesmas funções profissionais em ambiente específico e idêntico de trabalho, o fundo da cadeia: o centro nervoso da profissão e das divergências.

Em determinado momento, uma agente feminina que já trabalhara no “fundo da cadeia”, expôs uma observação de uma atitude protagonizada por um agente do sexo masculino em uma unidade masculina, sendo criticado por uma agente que trabalhou somente em unidade masculina. Observava ela que, por várias vezes ele (o agente) saía do interior da cadeia para a parte externa da unidade a fim de tomar

café e fumar um cigarro. Enquanto para ela essa atitude não passava de uma intenção de se esquivar do serviço ou coisa parecida. Para a agente com mais experiência funcional e que já havia trabalhado em unidade prisional feminina, aquela atitude não era feita pelo agente para fugir das obrigações funcionais e sim como uma maneira de amenizar o estresse funcional, como nos é apresentado nesse depoimento:

Os meninos sobem aqui pra cima e fala: oh lá oh, fala que não tem funcionário, mas oh, está ai, né. Na realidade está lá, pra dar um tempo, ele está que não aguenta mais, fica lá em baixo. Eu sei muito bem como é, você ficar oito horas, dez horas, dentro da unidade, é, lidando com diversas situações que vai te deixando estressada no decorrer do dia, chega uma hora que você quer sair de lá. Às vezes você não quer ir tomar café, ah, só vive tomando café, não é isso. A pessoa quer sair de lá, quer dar um tempo, quer dar uma arejada na cabeça, né. Eu entendo bem esse lado assim. Agora a gente vê, olá meia hora sentado lá, oh. Você não sabe o que está acontecendo lá em baixo. Então, às vezes tem uma situação pra resolver, né, às vezes a gente acha que é importante, aqui na portaria, às vezes você chama a inspetoria, eles pedem pra dar um QRX²⁶, agora eu não posso, né, ai, fica lá insistindo com a inspetoria, se tem que entender que agora, não. Lá deve ter alguma situação muito mais complicada e muito mais urgente de ser resolvida do que a sua, né. Então você tem que ter esse bom senso de entender que, lá, lá é prioridade. Situação aqui em cima que você está segura, que você está tranquila você vai resolver a hora que der pra resolver. Às vezes a gente quer coisa boba, tipo assim, quer trocar folga (risos) não é nada que às vezes quer passar uma ligação, que não é, lá é muito mais importante e às vezes não entende fica insistindo e ai o cara acaba ficando irritado, então. (AGENTE 8)

Outra entrevistada também com experiência profissional dos dois modelos de presídio, questionada sobre o que achava do trabalho do agente masculino, respondeu à pergunta expondo não só a função do agente, mas também a sua própria, pois já havia exercido a mesma função na unidade feminina, como nos conta:

Eu vejo como uma tarefa bastante difícil, né, porque na penitenciária feminina eu exerci o papel que eles exercem aqui, e é aquela coisa de você entrar pra uma galeria de trabalho e você saber que você tem que estar de frente com o preso, e que a segurança do teu colega de trabalho depende do outro. Então, assim, é uma cumplicidade muito grande que você tem que ter um com os outros, né e, eu admiro bastante a tarefa do agente penitenciário, e, pena

²⁶ Não posso responder no momento, volto a chamar mais tarde

que as pessoas ai fora não, não saibam como é feito um trabalho dentro de uma penitenciária, independente dela ser masculina ou feminina. É uma tarefa muito árdua do agente penitenciário. Ele convive uma parte, é, é, como posso explicar. Parte de sua vida fica ali dentro, dentro daquelas celas, eu posso garantir que a gente acaba cumprindo pena junto com os presos. (AGENTE 4)

Quando perguntada sobre quais motivos as levaram a exercer a profissão, a maioria indicou: estabilidade profissional, o salário, além do fato de algumas inicialmente pensarem que seria uma ocupação temporária, visto que pretendiam (ou ainda pretendem) investir em outra profissão. O mesmo pode ser confirmado neste depoimento abaixo transcrito:

Vocação pra trabalhar (risos), sonho de agente penitenciário, não (risos), assim, é uma coisa assim, não me incomoda, se eu disser pra você que eu estou, eu quero sair, não quero me aposentar no sistema prisional, mas se não conseguir, não me incomoda não, assim, estou lá, estou tranquila, eu só não quero ficar mais quinze anos. Daqui a cinco anos eu vou arrepiar pra outro lado aí (risos). [...] é, assim, não é por que eu não escolhi ser agente penitenciária, no instante estou agente penitenciária, e sou agente penitenciária, que eu sou amadora, não sou amadora procuro fazer meu trabalho com responsabilidade com seriedade, com compromisso, né, então, mas não é o sonho da minha vida não (risos) (AGENTE 7).

Com os depoimentos colhidos junto às agentes femininas, fica indicado que o gênero é uma questão central. Estando o debate sobre a diferença de gênero vinculado, sobretudo, à lotação das agentes em unidades tipicamente masculina ou tipicamente feminina. Suas observações no contexto profissional em relação aos homens são de valorização, inclusive as agentes que só trabalharam em setores da unidade que não têm acesso ao preso. Com conhecimento de causa (ou não) elas são sabedoras de sua importância para a operacionalidade da rotina do presídio. Elas não são alheias às dificuldades masculinas dentro da PEM e CCM, como exemplifica essa fala:

[...] a gente aqui, a gente não é uma ilha, a gente, apesar da gente não descer, a gente ficar mais aqui para cima, não ter contato com os presos, a gente sente também quando a cadeia não está bem, reflete em todos os setores (AGENTE 2).

As agentes são convictas do papel exercido por elas para um bom andamento do processo de tratamento penal dispensado aos presos e presas recolhidos no

sistema penitenciário do Estado do Paraná. Do mesmo modo, possuem consciência das necessidades que a instituição prisional precisa para dar um melhor tratamento penal. E, nesse sentido, não deixam de acreditar no grupo de serviço, por entenderem que só dessa forma conseguem uma excelência no trabalho. Assim, buscam para si, por meio de muito diálogo, sua valorização e respeito – inclusive dos próprios colegas na PEM e CCM –, como indica a fala abaixo:

[...] não muito pelo contrário, eu acredito que se faltar agente feminina ali dentro, visita de domingo não acontece. Então quer dizer, de certa forma o serviço em si depende da gente. Isso é um dos casos, vamos dizer assim, [...]. Já ouvi bastante que mulher ali não trabalha ali, na penitenciária, né. Infelizmente tem alguns amigos que pensam dessa forma, mas os masculinos que tem a oportunidade de trabalhar num posto, que vamos dizer, seria exclusivamente feminino, eles falam: poxa, nunca mais vou falar que as mulheres não trabalham. Porque é puxado o serviço, né. Dias de visitas, revista de sacolas, enfim, aquela portaria que às vezes é uma loucura, se tem um guarda masculino lá, não sabe trabalhar. Fica perdido, não sabe se abre o portão ou atende o rádio, então, quer dizer, eles, a partir do momento que vem trabalhar ali, fazendo o que a gente faz nossas atividades, que são rotinas nossas, eles veem que, que, eles mudam o pensamento. (AGENTE 3).

Pensar que o sonho de profissionais que lidam com a custódia de presos nas unidades penais sempre foi o de ser Agente Penitenciário não é realista. Como disse Moraes (2005), no prefácio à obra *Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre Agentes Penitenciários*, que o agente penitenciário lida com aquilo que é o *refugio da humanidade*. Assim, trata-se de uma tarefa não enobrecedora e, portanto, as pessoas recrutadas para o exercício de tal profissão originam-se de camadas desfavorecidas da sociedade. Camadas que só se disponibilizariam para este trabalho.

A afirmação de Moraes (2005) se dá porque o mundo dentro das cadeias lembra mais favelas do que mansões. Mais periferia do que centros da classe alta. E, de fato, no cotidiano do trabalho do profissional agente penitenciário, a convivência com sujeira, infecções transmissíveis de todo tipo, doenças, insetos, alimentação ruim, provocações, ameaças, histórias tristes e trágicas de vida e tantas outras problemáticas são constantes. Há ainda a necessidade de o agente comunicar-se com os presos, entender sua ideologia, seus valores, conhecer suas artimanhas, trejeitos e gírias para conseguir informações junto a eles que possam

evitar confrontos de gangues dentro da unidade, rebeliões preparadas, tomadas de reféns, cobranças de dívidas, apreensão de armas e drogas, rixas, envolvimento de funcionários, fugas, etc.

Retornando à nossa discussão acerca do universo feminino nas Unidades Prisionais, desde 1964, data que marca a entrada das primeiras mulheres no sistema penitenciário do Paraná, muita coisa mudou. O universo de agentes penitenciárias no DEPEM, cujo número chega hoje a 315, tem contribuído significativamente para o bom andamento do tratamento penal. Contudo, como anunciado neste capítulo, existem dificuldades encontradas por essas mulheres no exercício de suas funções profissionais, independente do tipo de unidade prisional em que estejam lotadas: prisão masculina ou feminina. Muitas delas ainda cumprem o papel de esposa e de mãe, o que só aumenta as dificuldades dessas mulheres.

Recentemente, devido ao novo tipo de gestão implantado no DEPEM, já é possível, através de concurso interno da SEJU, mulheres alcançarem o cargo de Diretora Geral de uma unidade prisional. Entretanto, há ainda muito a ser garantido às agentes penitenciárias. Garantias relacionadas ao respeito dos colegas de trabalho, investimento em tecnologia para que elas possam exercer de forma menos constrangedora seu trabalho de revista nos familiares de presos em dias de visita, melhores salários, etc.

Como vimos até aqui, são muitas as dificuldades enfrentadas por profissionais que atuam na custódia dos presos. Pesa sobre seus ombros a responsabilidade de realizar um tratamento penal capaz de tornar os delinquentes homens e mulheres melhores. Como diz Moraes (2005), essa tarefa é residual e não apenas não conseguimos dar cabo a ela, como também o universo prisional acaba por ser capaz de transformar a vida dos agentes em termos de embrutecimento e sofrimento psíquico. Vejamos o que o autor nos escreve,

O que temos observado de forma efetiva no caso das instituições prisionais é que não só a capacidade de melhorar os supostos delinquentes que passam por suas celas é residual, como elas são capazes de piorar. Não somente os encarcerados, mas também outros indivíduos ou grupos profissionais que atuam no seu interior. O caso dos agentes penitenciários [...] é, talvez o mais exemplar no que diz respeito à produção de sofrimento e de embrutecimento de um grupo profissional que compartilha uma parte dos destinos com os encarcerados (MORAES, 2005, p. 151).

Penso igualmente a Wacquant (2001), em sua obra *Prisões da Miséria*, quando se refere ao tratamento penal dispensado às pessoas presas atualmente:

[...] Afinal de contas, enquanto a prisão mantiver sua missão primordial de segurança pública, fundada em um modelo coercitivo, dissuasivo e repressivo, essa missão caberá aos guardas carcerários (não esqueçamos de incluir dentre esses profissionais, as Agentes Penitenciárias. (WACQUANT, 2001, p. 120).

A capacidade de melhorar os delinquentes é uma tarefa que o agente penitenciário jamais poderá cumprir sozinho e nem mesmo conjuntamente com o corpo técnico que atua nas unidades. Não apenas no Paraná, mas no Brasil e no mundo, o entendimento maior é da necessidade de priorizar as áreas sociais, como a efetivação de políticas públicas de inclusão, educação, saúde e distribuição de renda.

Se o agente masculino é pouco ouvido, as agentes sofrem ainda mais a falta dessa atenção. A prisão e as consequências dessa sociabilidade não atingem somente os presos, mas também os funcionários. Dessa forma, ser agente penitenciária é não padecer no paraíso (e o contraditório do local é literal). É uma trabalhadora que convive com adversidades dentro e fora da unidade prisional, advindo do exercício de suas funções. Quando há acúmulo das funções de mãe e esposa, o desgaste é potencializado. Certo é que, sem as funções das Agentes Penitenciárias nas unidades prisionais do Estado do Paraná e demais prisões do país, o tratamento penal oferecidos às pessoas presas estaria ainda mais seriamente prejudicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos construir um quadro analítico-descritivo acerca da sociabilidade das populações encarceradas no âmbito dos estabelecimentos prisionais do município maringaense: 9ª Subdivisão Policial, Penitenciária Estadual de Maringá - PEM e a Casa de Custódia de Maringá - CCM. O objetivo principal foi o de verificar o que avançou e o que retrocedeu a partir da inauguração destas unidades prisionais e, em especial, a partir da inauguração da CCM. Avanços ou retrocessos que, como observado, são resultantes das condições estruturais, da ampliação do número de vagas, das condições jurídicas e da humanização do cumprimento da pena imposta às pessoas presas. Além disso, procuramos analisar o papel das agentes penitenciárias femininas que exercem suas funções laborativas na PEM e na CCM, no sentido de refletir o que é ser agente penitenciária e qual o reflexo da sua função em sua vida profissional, pessoal e familiar.

Para tanto, a fim de responder aos questionamentos centrais deste trabalho, no primeiro capítulo lançamos o olhar para a constituição do nosso Sistema Penitenciário, cujo departamento encontra-se sob a jurisdição da Secretaria Estadual da Justiça Cidadania e Direitos Humanos. O intuito foi o de refletir a respeito do processo de implantação das unidades penais paranaense. Tendo por base a obra do sociólogo Alcione Prá (2009), descrevemos o surgimento dessas unidades penais – que de oito estabelecimentos prisionais, em 1996, passou para 24 no ano de 2012. Na descrição deste processo de implantação apontamos o processo de transformação burocrático pelo qual passou o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Nos três capítulos seguintes, com base em um estudo etnográfico, descrevemos e analisamos o cotidiano da Cadeia Pública de Maringá e das duas unidades penitenciárias com foco nessa cidade. Tal análise evidenciou as características de uma população encarcerada que se constitui, praticamente na sua totalidade, de pessoas advindas da camada mais pobre e desfavorecidas socialmente, o que nos remete à afirmação de Loic Wacquant (2003) de que, em nossa sociedade, a guerra contra a pobreza é substituída por uma guerra contra os pobres. Isso se confirmou em nosso estudo, tendo em vista a dificuldade que há em encontrar, no universo carcerário, pessoas oriundas de famílias abastadas.

Constatamos a significância da PEM e da CCM nos aspectos econômicos, sociais, políticos e jurídicos para a cidade de Maringá e Paçandu. Uma das manifestações disso está na infra-estrutura de transporte coletivo. A existência da PEM e da CCM proporcionou o aumento e a reorganização das linhas de ônibus coletivo que atendem as cidades de Paçandu e Maringá; no sentido de atender tanto as famílias dos presos quanto de todos aqueles que necessitam chegar até essas unidades. Em relação à malha asfáltica, muito embora ainda se faça necessário uma melhora significativa, percebemos, desde a implantação da PEM, um aumento das vias asfaltadas, tendo em vista o fluxo diário de pessoas e veículos que passaram a transitar entre as cidades de Maringá e Paçandu.

Em relação à taxa de aumento populacional, podemos dizer que houve um expressivo aumento no número de habitantes da cidade de Paçandu. Famílias continuam se mudando para lá em busca de maior proximidade com o parente preso em uma das unidades penais. Em decorrência do aumento no fluxo de pessoas a habitar e transitar na cidade de Paçandu, constatamos o crescimento do comércio local. De igual forma, em decorrência do crescimento local, a rede de energia elétrica e esgoto foram ampliadas, como observado.

Os estudos etnográficos realizados nos fizeram comprovar que, no campo jurídico, o poder judiciário mantém uma influência significativa em relação às unidades penais e às pessoas presas. Entretanto, o acompanhamento dos processos criminais dos presos por vezes é prejudicado pela falta de um diálogo mais estreito entre a VEP e as Varas Criminais, bem como entre as próprias Varas Criminais.

Em termos de avanço no campo da informação, uma alimentação mais precisa dos dados criminais – denominado “oráculo” – evitaria casos em que o apenado ficasse mais tempo preso daquele devido. Ou mesmo ser posto em liberdade sem o lapso temporal necessário para tal, como não raramente acontece. Ainda, constatamos como uma defensoria efetiva e atuante dentro das unidades da PEM e CCM corroboraria significativamente para o devido encaminhamento dos processos criminais ao Juiz Corregedor e Promotoria de Justiça identificando o restante de pena que cabe aos presos.

Enquanto caminhávamos para o processo de conclusão deste trabalho, foram inauguradas mais duas unidades penais no Estado do Paraná: a Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste – PECO e a Colônia Penal Industrial de Maringá –

CPIM. Com a inauguração da unidade de Cruzeiro do Oeste, instalou-se também uma Vara de Execuções Penais e uma Corregedoria dos Presídios naquela cidade, dividindo as 38 comarcas sob responsabilidade da VEP de Maringá, passando, de agora em diante, a se responsabilizar por apenas 20 comarcas. As 18 comarcas restantes ficam, agora, sob jurisdição de VEP de Cruzeiro do Oeste. Teoricamente, espera-se que a instalação de mais uma Vara de Execução Penal contribua para uma maior agilidade e eficiência nos processos de execução penal.

Em relação à inauguração da Casa de Custódia de Maringá, percebemos que nesses quatro anos de trabalho houve uma significativa melhora e um estreitamento maior nas trocas de informações entre o judiciário e o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná. Fato esse que garante maior agilidade na movimentação de presos entre a Nona, PEM e CCM, bem como maior rapidez nas remoções para o Complexo Médico Penal, Colônia Penal Agrícola e as delegacias da região, principalmente remoções destinadas à CCM.

Como consequência desta maior agilidade, apostamos na possibilidade de um gerenciamento mais eficaz dos problemas de superlotação de presos ou mesmo princípios de rebeliões, tentativas de fuga, etc. Sabemos que estamos muito longe da ideia de uma “condição ideal”, entretanto, comparado aos anos anteriores, notamos uma melhora fundamental na administração das unidades.

Dentre alguns entraves apontados na administração das nossas unidades, apontamos o problema que se arrastava desde a inauguração da CCM: a problemática dos alvarás de soltura. Recentemente, tal situação foi resolvida. Hoje, os alvarás são enviados e devidamente instruídos para as unidades. Ou seja, este documento explicita em seu texto quando o alvará deverá ser cumprido em definitivo ou quando deverá ser cumprido em termos. Isso revela uma maior sintonia e um aprofundamento no processo de comunicação entre as Varas Criminais, a VEP, o DEPEN-PR e o Tribunal de Justiça.

Com a inauguração da Colônia Penal Industrial de Maringá, a Portaria 01/2010 (do regime semiaberto), expedida pelo Juiz Corregedor de Maringá, passará a ser melhor efetivada, pois os presos que estão recolhidos na 9ª SDP, PEM, CCM e demais comarcas da região poderão ser alojados nessa nova unidade, já própria para esse tipo de regime mais brando.

Em relação aos presos que cumprem o regime semiaberto, visualizamos o fato de que as saídas temporárias – benefício gozado pelos presos ao adentram

neste modelo de regime prisional – têm se constituído como um fator preocupante para as autoridades Policiais e, principalmente, aos moradores das cidades do entorno maringaense. Há um receio no aumento da incidência de atos criminais praticados pelos presos em gozo de tal benefício.

Com a inauguração da CPIM e o funcionamento da PECO em Cruzeiro do Oeste, esperamos, em termos de tratamento penal, uma maior eficiência e um tratamento mais próximo do ideal na questão dos direitos humanos a serem vivenciados pelos indivíduos, que em nossa cidade, cumprem pena de reclusão.

Mediante as análises aqui feitas, uma coisa é certa: a realidade do sistema penal em nosso município é muito diferente da realidade de alguns anos atrás. Entrementes, Maringá não faz jus ao título de uma das cidades menos violentas do Brasil. A “Dallas Brasileira” não se confirma, uma vez que, além dos altos índices de pessoas encarceradas, a cidade ainda apresenta um elevado aumento no índice de criminalidade voltado à pessoa e ao patrimônio privado. Sem contar no aumento dos casos de tráfico de drogas, violência no trânsito, entre outros.

Tendo em vista o desenvolvimento deste estudo e o nosso histórico de atuação como agente de todo o processo aqui descrito, apontamos algumas medidas pertinentes. Primeiramente, a cadeia pública chamada 9ª Subdivisão da Polícia precisa ser desativada em função da precariedade de sua infra-estrutura. Em segundo lugar, apontamos a necessidade da Casa de Custódia de Maringá ocupar o lugar que a ela foi destinado, ou seja, ter seu número de vagas restaurado para o atendimento tão somente de presos em regime provisório. Nesse sentido, precisa se abster do atendimento dos presos condenados e daqueles que estão em regime semiaberto. Os presos condenados em regime fechado devem ser encaminhados para a Penitenciária Estadual que, para o bom andamento do trabalho, deverá atender apenas tais presos. Por último, a CPIM precisa iniciar suas atividades para que possa receber as pessoas condenadas em regime semiaberto que, nos dias de hoje, encontram-se na CCM e na PEM.

Para o cumprimento de todas essas medidas é preciso haver, entre as autoridades envolvidas, um estreitamento de diálogo e a proposição de ações mais assertivas. Sabemos que a reintegração do preso à sociedade não depende apenas do trabalho desenvolvido nas unidades penais e, portanto, uma unidade depende da outra. E a soma de esforços de todas elas, juntamente com os demais órgãos e

peças envolvidas com a causa prisional, é que levará a melhores resultados no processo de ressocialização dos apenados.

Na efetivação do trabalho desenvolvido pelas unidades prisionais, a atuação do profissional que realiza a segurança no interior destas instituições é de grande valor. Essa atuação se realiza de modo solitário, sem a devida atenção dos órgãos públicos, trazendo muitas vezes prejuízos psicológicos a quem a desenvolve. Na busca por discutir tal assunto, justificamos a inclusão do quinto capítulo. Nesta seção, optamos por desvendar a natureza e a complexidade da atuação das agentes penitenciárias no interior da Casa de Custódia e na Penitenciária Estadual de Maringá.

Evidenciamos as implicações que o exercício profissional destas funcionárias do Departamento Penitenciário traz para sua vida profissional, pessoal e familiar. O capítulo evidenciou o modo operante destas profissionais no desenvolvimento de suas atividades laborativas e como elas respondem às pressões advindas dos relacionamentos com os colegas, com os presos e com os familiares destes. Os discursos analisados mostram o sentimento de desvalia profissional vivenciado por essas agentes, assim como evidencia o alto nível de estresse que as abatem.

Por tudo isso exposto, finalizamos esta dissertação esperando ter contribuído para uma discussão acerca da questão prisional de Maringá e região metropolitana. Ainda há muito que se discutir em relação ao tratamento penal e a consequente tentativa de reintegração dos indivíduos que cometem crimes à sociedade maringaense. Segundo Coelho (2005), a própria sociabilidade das pessoas presas no ambiente hostil onde convivem dificulta e/ou impossibilita a pretensão de reintegração social. Sendo assim, não há como não considerar que a prisão, ao isolar o indivíduo, afasta-o do convívio com a sociedade e o incapacita para as práticas da sociabilidade. Continua válida a grande questão apontada por esse autor: como reintegrar o preso ao convívio social quando é a própria prisão que o impele para a “sociedade dos cativos”, onde a prática do crime valoriza o indivíduo e o torna respeitável para a massa carcerária? Trata-se de uma pergunta que ressoa em nossos ouvidos e que prescinde de muitos estudos sistemáticos.

REFERÊNCIAS

BONDEZAN, Silvio José. **Penitenciárias no Paraná**: contribuição aos estudos sobre sociologia da punição e políticas públicas de segurança. Brasil, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Simone Pereira; BONDEZAN, Silvio José; SANTOS, Eliseu Pereira. Alguns aspectos da violência na região metropolitana de Maringá. In: MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lucia (Org.). **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009, pp. 323-331.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

FILIPAK, Francisco. **Dicionário sociolinguístico paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. [Roberto Requião]. **Pronunciamento de abertura do Seminário**: Sistema Penitenciário Desafios e Soluções, em 23 de fevereiro de 2002. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.seminariosistemapenitenciario.pr.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional. 2003.

IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/>. Acesso em: 19 ago. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PIB - Dados Preliminares. Brasília: IPEA, 2001.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

PARANÁ ONLINE. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editorial/Polícia/425659/?noticia=agentes+penitenciarios+armaram+rebeliao+na+pce>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PARANÁ. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/>. Acesso em: 06 ago. 2011.

PARANÁ. Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 08 fev. 2011.

PRÁ, Alcione. Paraná: Das cadeias públicas às penitenciárias (1909-2009). Curitiba: Instituto de Memória, 2009.

PREFEITURA DE CURITIBA. Disponível em:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-fundacao-e-nome-da-cidade/207>.

Acesso em: 19 ago. 2011.

ROLIN, Rivail Carvalho. **O Policiamento e a ordem**: história da polícia em Londrina 1948-1962. Londrina: Ed. UEL, 1999.

SANT'ANA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 283-314.

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Pessuti assina ordem de serviço para a construção de penitenciária. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 03 fev. 2010. Disponível em:

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=54057&tit=Pessuti-assina-ordem-de-servico-para-construcao-de-penitenciaria>. Acesso em: 05 fev.

2011.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.